

RELATÓRIO FINAL



Cofinanciado por:



FICHA TÉCNICA

Título: Proposta Relatório Final do POCH

Edição: Programa Operacional Capital Humano

Data de Edição: julho 2025



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL	6
2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	6
3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO	8
3.1. Apresentação geral da execução	8
3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos do Programa	11
3.3. Objetivos intermédios e metas definidos no quadro de desempenho	11
3.4. Dados financeiros	11
4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES	12
5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)	16
6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS	19
6.a. Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas	19
6.b. Avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas	20
7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS	20
8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	20
9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, CASO ESSAS CONDICIONALIDADES NÃO ESTEJAM CUMPRIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DO PO	28
10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	28
10.1 Grandes projetos	28
10.1.a. Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução	28
10.1.b. Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional	28
10.2 Planos de ação conjuntos	28
10.2.a. Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos	28
10.2.b. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução	28
11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	28
11.1 Avaliação da informação constantes dos pontos anteriores e da realização dos objetivos do programa	28

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspectiva do género nos programas operacionais e nas operações	40
11.3. Desenvolvimento sustentável.....	41
11.4. Informação sobre o apoio consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas	42
11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa	43
12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO.....	44
12.1. Progressos realizados na implementação do plano de avaliação e seguimento dado às conclusões das avaliações	44
12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação	81
13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE	82
14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS	82
14.1 Progressos realizados na implementação da abordagem integrada de desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, ao abrigo do programa operacional	83
14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do estado-membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos	83
14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais	84
14.4 Contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas, quando aplicável.....	85
14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, quando aplicável	89
14.6 Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados	90
15. INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO.....	90
16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO.....	91



17.	QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE DESEMPENHO.....	93
18.	INICIATIVA PARA O EMPREGO DOS JOVENS (IEJ)	95



APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Em cumprimento do estipulado no artigo 50.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, a os Estados-Membros têm de apresentar à Comissão um relatório final sobre a execução do Programa a submeter ao Comité de Acompanhamento e à Comissão Europeia, transmitindo informação completa e rigorosa sobre a implementação efetiva do programa operacional nas suas diversas dimensões. com uma análise global da implementação do programa durante o período de programação.

O relatório final de execução informa sobre os principais aspetos da execução do POCH e suas prioridades, com base nos dados financeiros, indicadores comuns definidos no Anexo I do Regulamento UE n.º 1304/2013, indicadores específicos do Programa e metas quantificadas e, a partir do relatório apresentado em 2017, os objetivos quantitativos definidos no quadro de desempenho. Assim, o presente relatório final informa sobre os principais aspetos da execução do POCH e suas prioridades, com base nos dados financeiros, indicadores comuns (estabelecidos no Anexo I do Regulamento comunitário referido), indicadores específicos do Programa e metas quantificadas definidos no quadro de desempenho.

Inclui ainda uma síntese das conclusões das avaliações do Programa, apresentando uma retrospectiva daquilo que foram as principais evidências recolhidas por via das avaliações coordenadas pelo POCH em linha com a implementação do seu Plano de Avaliação e do seguimento dado aos resultados das mesmas e outras situações que afetem o desempenho do PO. É, assim, apresentada uma sumula das medidas adotadas em resposta a essas situações, visando maximizar os seus níveis de eficácia e eficiência, aos diversos níveis.

Em matéria de reporte de Instrumentos Financeiros, em complemento à informação geral da execução do Programa, são apresentados elementos específicos sobre a sua implementação e execução.

Atendendo a que todo o intercâmbio de informação entre os Estados-Membros e a Comissão é feito por via eletrónica (SFC 2014), o Regulamento de Execução define igualmente as especificações técnicas a que os dados a comunicar devem obedecer, incluindo, em regra, a dimensão limite que os textos podem ter por cada capítulo e subcapítulo, não sendo possível inserir informação no sistema para além desse limite. De modo a cumprir desde já esse requisito na proposta de relatório, a dimensão limite para cada ponto descritivo mantém-se conforme as especificações técnicas aludidas.

Informa-se ainda que este relatório, bem como o seu resumo dirigido aos cidadãos, serão objeto de publicitação (artigo 50.º, n.º 9, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013), nomeadamente através da sua divulgação nos *websites* do Programa que, agora, gere o POCH, ou seja, o PESSOAS 2030, após a sua aprovação pelo Comité de Acompanhamento (CdA) e pelos serviços da Comissão Europeia.



1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

CCI	2014PT05SFOP001
Título	Programa Operacional Capital Humano (POCH)
Versão	V2
Ano do relatório	Final
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	

2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O POCH mobilizou uma despesa pública total de 3 868 milhões de euros (M€), correspondendo a 3 296 M€ de FSE.

Até 31 de Dezembro de 2023, abriu 82 concursos para apresentação de candidaturas, envolvendo uma dotação indicativa de 4 382 M€ (FSE), a qual representa 137% da dotação do POCH (FSE). Foram submetidas 8007 candidaturas, tendo sido aprovadas 6 610 operações que representam um investimento total elegível de 3 868 M€ (3 296 M€/FSE), tendo sido validado 3 762 M€, correspondendo a 3 207 M€/FSE.

O PO chegou ao final da sua implementação com uma taxa de 100% de execução, tendo em consideração a data de referência da informação financeira apurada para a realização deste relatório final. Foi pago, a beneficiários, o montante de cerca de 3 204 M€/FSE.

O Eixo 1 contribuiu para o bom nível de desempenho, fruto da aposta que os Cursos Profissionais assumiram enquanto principal oferta no ensino secundário de dupla certificação (escolar e profissional). No Eixo, o investimento ascendeu a cerca de 2 142 M€ (1820 M€ FSE) de investimento total elegível para 4 254 operações aprovadas, correspondendo a uma taxa de execução de 105%, fruto sobretudo das necessidades de financiamento associadas aos cursos profissionais que ultrapassaram a dotação prevista no Programa para esse efeito, com os reforços ocorridos em sede de reprogramação do mesmo ao longo da sua implementação.

No Eixo 2, o investimento total elegível aprovado ascendeu a 624M€ (530M€ FSE), correspondendo a 102% da dotação prevista, executada a 98%. Neste Eixo, foram apoiadas Bolsas do Ensino Superior para Alunos Carenciados, Bolsas de Doutoramento e Pós-doutoramento, Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), até 2018. A partir desta data foi apoiado apenas o Instrumento Financeiro e a Tipologia CRII - Skills 4 Pós-Covid - Competências para o Futuro no Ensino Superior, medida para a qual foram abertos dois concursos ainda durante o ano de 2023, um dos quais para combate ao abandono precoce do ensino superior. A não execução plena da dotação deste eixo, compensada pela execução registada noutros eixos do Programa, deveu-se sobretudo a uma menor execução face ao esperado das únicas tipologias apoiadas após a reprogramação de 2018 – o instrumento financeiro e, nos últimos anos, o Skills 4 Pós-Covid.

No Eixo 3, o investimento total elegível ascendeu a 814M€ (692M€ FSE), decorrente da aprovação de 1 282 operações no âmbito da Aprendizagem ao longo da vida, nas tipologias C. EFA, C.de Aprendizagem e CQEP/Centros Qualifica. Salienta-se que a taxa de execução neste eixo se registou nos 90%, sendo o montante pago (FSE) na ordem dos 651 M€. A menor execução registada neste eixo, é fruto do facto do reforço do mesmo, assegurado no contexto da reprogramação de 2018, ter sido implementado fundamentalmente em plena pandemia, designadamente no contexto dos apoios aos cursos EFA, o que penalizou de forma mais significativa o desempenho das operações em curso nesse período.



O Eixo 4 apoiou a tipologia CRIL-Transição Digital da Educação, que contribuiu para o financiamento do PTDE, por via da aquisição e cedência de computadores e conectividade para alunos e professores das escolas públicas e por via do reforço da intervenção ao nível da formação de docentes nas áreas digitais. O investimento total elegível ascendeu aos 242M€ (214M€ FSE) com 932 operações aprovadas, tendo atingido uma taxa de execução de 101%. Para além das tipologias já mencionadas, destacou-se ainda neste Eixo as várias intervenções de contributo para a melhoria da qualidade do sistema de educação e formação, nomeadamente as iniciativas no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar e, na fase final do PO, o apoio ao Plano de Recuperação das Aprendizagens. Salienta-se ainda os apoios ao reforço da rede dos Serviços de Psicologia e Orientação e os apoios à Inovação Social.

No Eixo 5, a dotação total passou para 36M€ (31M€ FSE) após reprogramação e teve 14 operações aprovadas nas quais se verificou uma taxa de execução de 110%.

Até 31 de dezembro de 2023 o PO apoiou, 1 202 345 pessoas. Deste total, 55% são mulheres e 45% homens. O grande destaque vai para os CQEP/CQ que apoiaram 701 636 beneficiários, seguindo-se os cursos profissionais em que foram apoiados 263 002 jovens. 116 055 de bolsas de ensino foram atribuídas a alunos carenciados e 5 811 de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. Nestas intervenções destaca-se a primazia das mulheres, tal como na formação de docentes e outros agentes de educação, com 285 991 participações apoiadas. Para além disso, foram apoiados, 43 170 em Cursos de Aprendizagem, 58 975 em Cursos EFA, 21 198 nos CEF, 18 944 em Ensino Artístico Especializado, 7 056 em Cursos Vocacionais e 6 582 nos cursos TeSP.

No instrumento financeiro (IF) para empréstimos a estudantes do ensino superior, o POCH teve uma operação aprovada, com um investimento total de cerca 3,1M€. Foram apoiados 2 266 estudantes.

A AG promoveu uma articulação sistemática com os seus parceiros nos trabalhos prévios ao lançamento dos concursos, para alinhamento das estratégias e regras a implementar em cada aviso lançado. Os Comitês de Acompanhamento serviram ao longo do Programa para assegurar o ativo envolvimento de diferentes atores e parceiros. Salienta-se que o ano de 2023 e seguintes foram de particular intensidade na gestão do Programa, na medida em que foi necessário simultaneamente contribuir, primeiramente, para a programação do Programa Temático do FSE+, o PESSOAS 2030 e, já em 2024 e 2025, para o arranque desse programa. Efetivamente, o POCH passou, desde 2023, a ser gerido pela Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030, a qual tem a seu cargo, para além do encerramento deste programa, também o encerramento dos programas POISE e POAPMC. Esta situação trouxe condicionantes acrescidas à gestão dos recursos, e promoveu a necessidade de uma articulação mais próxima com outros elementos das diferentes redes nas quais o POCH esteve envolvido, nomeadamente parceiros, outros programas e diferentes setores de decisão política. Não obstante essa maior intensidade, a gestão do programa decorreu em linha com o cumprimento dos seus objetivos e metas de execução, assegurando globalmente o cumprimento dos indicadores do Quadro de Desempenho, a implementação da estratégia de comunicação, nomeadamente das recomendações retiradas da respetiva Avaliação e do Plano de Avaliação do POCH. A este respeito, em termos das avaliações coordenadas pelo POCH, o ano de 2023 compreendeu:

I) conclusão da Avaliação do contributo do PT2020 para a Digitalização da Educação, que foi apresentada publicamente em setembro de 2023.

II) produção do follow-up da Avaliação Intercalar do POCH, cujos resultados foram apresentados publicamente em fevereiro de 2023.

Todos os produtos das avaliações concluídas estão disponíveis no site do PT2030.

(Limite de caracteres: 7000)



3. EXECUÇÃO DO EIXO PRIORITÁRIO

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID do Eixo Prioritário	1
Eixo Prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
Foram apoiados Cursos Profissionais (PI 10.iv), CEF, Cursos Vocacionais e Ensino Artístico Especializado (EAE), tendo sido abertos 25 concursos que resultaram em 5 283 candidaturas submetidas e 4 254 aprovadas. Os Cursos Profissionais foram apoiados por 3 073 operações e representaram um investimento total elegível de 1 989M€ (1691M€ FSE). As demais tipologias somam 1 181 candidaturas aprovadas – 903 nos CEF, 199 nos C. Vocacionais e 79 no EAE - associadas a um investimento total elegível de 152M€ (130M€ FSE). A taxa de execução situou-se em 105% (1 797M€ FSE). Foram apoiados 310 200 jovens, nas várias tipologias, sendo que a maioria, neste caso, é do género masculino (59%). Os participantes rapazes são o segmento com maior índice de abandono escolar precoce, aspeto a que este Eixo visou responder. Os indicadores específicos de realização do QD, Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação ISCED 3 e Despesa Certificada, encontram-se nos 87% e 106%, respetivamente, face à meta de 2023, permitindo assim o cumprimento do Quadro de Desempenho. Em termos dos indicadores específicos de resultado verificamos uma taxa final de 84% de diplomados nas ofertas formativas de nível ISCED 2 e de 83% de alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED 2. Para além disso chegamos ao fim do programa com 71 % de diplomados nos cursos de nível ISCED 3 (67% masculino e 77% feminino), estando acima da meta fixada para 2023, de 70%. Por fim, dos alunos diplomados no âmbito dos cursos profissionais, 74% encontravam-se empregados ou prosseguiram estudos seis meses após a conclusão do respetivo curso (72% feminino e 76% masculino), acima da meta estabelecida de 50%. <i>Limite de caracteres: 1.750</i>	

ID do Eixo Prioritário	2
Eixo Prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
No Eixo 2 foram apresentadas 140 candidaturas, tendo sido aprovadas 128 candidaturas nos 12 concursos abertos. O investimento total elegível foi de 624 M€ (530 M€/FSE). Os Cursos TeSP somaram 50% do total de operações aprovadas, com um investimento total elegível de 24M€ (20M€/FSE). As restantes tipologias somaram 68 candidaturas aprovadas: 1 Instrumento Financeiro, 6 operações na tipologia Bolsas de Doutoramento, 12 operações para apoiar Bolsas do Ensino Superior (ES) para alunos carenciados e 49 operações da tipologia Skills 4 Pós-Covid. Foram apoiadas 128 449 pessoas, com predomínio do género feminino (79 813), sendo que o maior número de pessoas (116 056) foi apoiado pelas Bolsas do ES. Alcançou-se globalmente as metas de realização, com uma taxa de execução de 116% na tipologia das Bolsas para estudantes no ES, de 102% nas Bolsas de Doutoramento e de 124% para Estudantes apoiados nos Cursos TeSP, tendo sido, assim, cumprido o estipulado no Quadro de Desempenho. Os Indicadores específicos de resultado apurados para Bolsas do ES e TeSP revelaram que no final do programa 65% de estudantes apoiados pela ação social no ES concluíram o grau de ensino no tempo esperado (55% masculino e 70% feminino); 59% estudantes foram certificados nos TeSP ou prosseguiram estudos (51% masculino e 70% feminino); e houve uma taxa de sucesso de 53% (55% mulheres e 49% homens) em doutoramentos concluídos, dentro do tempo esperado para o efeito. Como referido em Relatórios anteriores, estes resultados ficaram aquém das metas do POCH para 2023 e indicam a necessidade de aprofundar o trabalho futuro no contexto do atual período de programação para uma melhor definição das metas e <i>baselines</i>, aliás como veio a verificar-se na programação do PESSOAS 2030. <i>Limite de caracteres: 1.750</i>	

ID do Eixo Prioritário	3
Eixo Prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
Neste Eixo foram aprovadas 1 282 operações, face a 1 540 candidaturas submetidas. O investimento total elegível foi de 814M€ (692M€/FSE). Os CQEP/CQ representaram 69% do total de operações aprovadas, com um investimento total elegível de 147M€ (125M€/FSE). As restantes tipologias somam 409 candidaturas aprovadas: 96 nos C.de Aprendizagem e 313 nos C. EFA, mobilizando 82% do total investido no Eixo 3 – 329 M€ e 337M€, respetivamente. No final do programa a taxa de execução deste eixo situou-se nos 90% (651M€ FSE). Foram apoiadas, até final de 2023, 640 335 pessoas (56% mulheres e 44% homens), sendo que 58 975 foram adultos apoiados nos Cursos EFA, o que permitiu ultrapassar a meta definida no QD. Nos cursos de Aprendizagem, 43 170 pessoas foram apoiadas, o que também superou meta de 41 000 pessoas. Os Indicadores específicos de realização mostram um cumprimento de 118% no indicador <i>adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional</i> e de 105% no indicador <i>pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem, superando assim as metas do quadro de desempenho</i>. Nos CQEP/Centros Qualifica foram apoiadas 701 636 participações (538 190 pessoas). Quanto aos indicadores específicos de resultado, o programa registou no seu final uma taxa acumulada de 52% de taxa de adultos certificados em cursos de certificação escolar e/ou profissional (53% feminino e 49% masculino) associada aos cursos EFA; e 57% de diplomados nos cursos de Aprendizagem (53% feminino e 60% masculino), ficando 4 p.p. abaixo da meta para 2023. A meta dos cursos EFA, mais suscetível aos choques sociais e económicos de 2020 e 2021, acabou por ficar 8 p.p. aquém do esperado, embora com valores em crescendo face ao período da pandemia. <i>Limite de caracteres: 1.750</i>	

ID do Eixo Prioritário	4
Eixo Prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
Foram abertos 29 concursos, tendo sido apresentadas 1030 candidaturas, com 932 candidaturas aprovadas e um investimento total elegível de 241 M€. Até ao final de 2023 foi assegurada a execução plena das tipologias CR11 – Transição Digital da Educação - com 14 projetos aprovados e 96M€ de FSE elegível, financiando a aquisição de computadores e respetiva conectividade, para alunos do ensino secundário com ação social escolar (ASE) de escolas públicas sediadas nas regiões Norte, Centro e Alentejo, bem como os alunos do ensino básico e secundário com direito à ASE das regiões de Lisboa e Algarve e docentes de escolas públicas do Continente. As restantes tipologias somaram 918 candidaturas aprovadas, com um valor FSE alocado de 118M€. Da dotação FSE do Eixo 4 (212 M€), 101% foi executada (213 M€). Em termos de indicadores específicos de realização destacam-se os 174 209 computadores cedidos a alunos e os 83 662 a docentes. Apuraram-se 285 991 participações de docentes e outros agentes de educação e formação em ações de formação contínua (97 001 mulheres e 23 235 homens, em termos de participantes) e mais 305 psicólogos em equivalente a tempo integral nas escolas das regiões elegíveis. Nos indicadores de resultado verificou-se no final do programa uma taxa de 96% de sucesso nas ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação, superando a meta prevista (95%). O rácio de alunos por psicólogo diminuiu para 811 alunos por psicólogo. Os rácios de alunos por computador do ano letivo de 2020/2021 (último ano apoiado na tipologia), indicam que foram atingidas as metas para as regiões de Lisboa e Algarve, sendo que no caso das regiões menos desenvolvidas, esse rácio se situou nos 2, para uma meta de 1,5 alunos por computador. <i>Limite de caracteres: 1.750</i>	



ID do Eixo Prioritário	5
Eixo Prioritário	Assistência Técnica
Este Eixo financiou fundamentalmente o apoio da SGECE ao funcionamento da AG, bem como a gestão delegada nos 3 organismos intermédios (OI), tendo sido apresentadas 14 candidaturas (4 da SGECE, 4 da ANQEP, 4 do IGeFE e 2 da AD&C). A despesa validada foi de cerca de 40M€ com uma taxa de execução de 110%. Em relação aos indicadores de realização, o n.º de avaliações produzidas é de 5 avaliações, embora uma das avaliações tenha sido dividida em duas tendo sido, na prática, desenvolvidas 6 avaliações. O contributo do POCH foi relevante para a consolidação de uma cultura de avaliação e para um maior e melhor conhecimento sobre as políticas públicas de educação e formação financiadas. Ao longo do PO foram desenvolvidas várias ações de comunicação no quadro da implementação da Estratégia de Comunicação aprovada pelo seu Comité de Acompanhamento, objeto de uma avaliação específica e que apontou para resultados globalmente positivos, embora carecendo de melhorias sobretudo na relação com os seus destinatários finais. Ao longo do período destacam-se os vários eventos anuais do programa, por norma associados a apresentação de resultados, o desenvolvimento da plataforma de apresentação de projetos E.volui, as múltiplas campanhas ou a produção de vídeos de <i>storytelling</i> e o desenvolvimento dos Prémios Capital Humano. Em relação ao número de VL concluídas até 31/12/2023, o valor foi de 488, ultrapassando largamente a meta de 2023, tendo sido consideradas as VL realizadas pelos OI's. O indicador específico de resultado relativo à despesa coberta pelas VL registou um valor final de 4,23 % (abaixo da meta de 6%), fruto de uma relevante dispersão do financiamento do Programa pelas operações apoiadas. <i>Limite de caracteres: 1.750</i>	

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos do Programa

- **Quadro 2A** – Indicadores comuns de resultado para o FSE
(por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região);
- **Quadro 2C** – Indicadores de resultado específicos do programa
(por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se aplicável);
- **Quadro 4A** – Indicadores comuns de realização para o FSE
(por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região);
- **Quadro 4B** – Indicadores de realização específicos do programa
(por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região).

3.3. Objetivos intermédios e metas definidos no quadro de desempenho

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013) — a apresentar nos relatórios anuais de execução a partir de 2017

- **Quadro 5** – Objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho.

3.4. Dados financeiros

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

- **Quadro 6** – Informações financeiras a nível do programa e do Eixo prioritário;
- **Quadro 7** – Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão;
- **Quadro 8** – Utilização de financiamento cruzado
- **Quadro 10** – Despesa incorrida fora da União (FSE).



4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Síntese das conclusões de todas as avaliações do Programa que foram disponibilizadas no ano financeiro anterior, com indicação do nome e do período de referência dos relatórios de avaliação, bem como do seguimento dado às principais recomendações

O Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) estruturou a função de avaliação, conforme o Acordo de Parceria e o Decreto-Lei nº 137/2014. Em resposta ao Regulamento Geral dos Fundos Europeus, foram elaborados os Planos de Avaliação dos Programas Operacionais, incluindo o Plano de Avaliação do POCH (PA POCH). No contexto do PGA PT2020 e do PA do POCH, foram desenvolvidas avaliações de processo e impacto, com ênfase nas de impacto, em linha com o foco em resultados. As avaliações abrangeram âmbitos global, programa, temático e territorial.

Devido à inter-relação entre os Programas Operacionais (PO) Temáticos e Regionais, foram realizadas avaliações transversais a diferentes PO, abordando intervenções e objetivos comuns. Essas avaliações combinaram meta-análises com análises específicas, garantindo a avaliação de todos os objetivos do POCH, alguns em maior profundidade nas avaliações temáticas e outros na avaliação intercalar.

De acordo com o cronograma do PA do POCH, até 2023, foram desenvolvidas as seguintes avaliações. Saliente-se que muitas das avaliações foram coordenadas pelo POCH ou contaram com o seu envolvimento, sendo que o detalhe sobre esta matéria pode ser conhecido no ponto 12 do relatório.

- 2015: realizou-se a avaliação *ex ante* do Instrumento Financeiro.
- 2016: Elaboração dos cadernos de encargos das avaliações de impacto QREN, incluindo a da Formação Avançada, coordenada pelo POCH.
- 2017 – 2018: Conclusão das avaliações de impacto QREN. Início das avaliações de processo do PT2020, com o envolvimento do POCH, e lançamento de concursos para avaliações temáticas, como a Promoção do sucesso educativo e a Empregabilidade dos jovens.
- 2019 – 2020: Conclusão das avaliações de processo do PT2020, iniciando avaliações de impacto temáticas, incluindo Qualificação e Empregabilidade dos Adultos (coordenada pelo POCH). Lançamento das avaliações de Inovação Social e Impacto Macroeconómico do PT2020. Início da elaboração dos cadernos de encargos para a avaliação intercalar.
- 2021: Conclusão das avaliações de impacto de Promoção do sucesso educativo e Empregabilidade dos jovens, além da avaliação de Custos Simplificados. Início da avaliação intercalar do POCH. Concluiu-se a avaliação do Impacto Macroeconómico do PT2020 e início da Avaliação Estratégia Nacional para o Mar.
- 2022: Conclusão de avaliações de Inovação Social, Qualificação e Empregabilidade dos Adultos, Bolsas do Ensino Superior e avaliação intercalar do POCH. Início da avaliação temática da Digitalização da Educação
- 2023: Conclusão da avaliação de impacto temática da Digitalização da Educação e da avaliação da Estratégia Nacional para o Mar.

A caracterização mais detalhada das avaliações concluídas em 2023 e 2024 encontra-se nas fichas por avaliação apresentadas no ponto 12 do Relatório. No que respeita aos conteúdos relativos aos “objetivos/abrangência temática” e às “conclusões” de cada avaliação, e para evitar redundâncias, remete-se para as fichas apresentadas no ponto 12.1 (onde se inclui também informação sobre o seguimento dado às recomendações das avaliações).

Os resultados das avaliações (relatórios finais, resumos, sínteses gráficas e Policy Briefs) estão disponíveis nos sites do P2020, AD&C e POCH. Todos foram elaborados pelas equipas de avaliação e aprovados pela entidade contratante, exceto os Policy Briefs, elaborados pela AD&C.

O Relatório Síntese dos Resultados das avaliações do PGA PT2020, foi discutido na Rede de Monitorização e Avaliação do PT2020, destacando as principais conclusões incluem i) o planeamento da avaliação do PT 2020 foi fundamental para o sucesso da função de avaliação, ii) o trabalho de preparação de cada avaliação beneficiou o processo, mas há margem para melhorar a antecipação dos requisitos avaliativos (com a contribuição dos estudos de avaliabilidade), iii) a implementação das avaliações exige acompanhamento para garantir qualidade e cumprimento de prazos além de capacitação no mercado de avaliação, iv) A comunicação das avaliações garantiu divulgação, mas a expansão da comunicação para outros atores será um desafio no PT2030; v) as avaliações realizadas contribuíram fortemente para o processo de aprendizagem e melhoria contínua das políticas públicas, com espaço para melhorar a qualidade das conclusões e o follow-up das recomendações e vi) a capacitação da “procura” e da “oferta” de avaliação é um investimento a continuar.

A revisão do Helpdesk da DG Regio (março de 2023) destacou a relevância das avaliações de impacto, o uso de Teorias da Mudança e a alta qualidade das avaliações. Apontou desafios como a falta de foco devido à abrangência das avaliações e a dependência excessiva de inquéritos e entrevistas.

O processo de follow-up das recomendações das avaliações envolve a análise das recomendações e o encaminhamento para os stakeholders indicados. Para as avaliações concluídas, o follow-up do POCH é o seguinte:

- Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a digitalização da educação – Avaliação sem follow-up, realizada entre 2022 e 2023, concluiu que o programa acelerou a transformação digital nas escolas, com grande adesão ao programa Escola Digital e aumento no uso de ferramentas digitais.
- Avaliação intercalar do Programa Operacional Capital Humano - avaliação de impacto, realizada entre 2021 e 2022 produz 22 recomendações que foram encaminhadas para conhecimento e para *follow up* e vão no sentido de reforçar a necessidade de uma governação estratégica, orientada para a monitorização contínua e foco nos resultados, garantindo que o novo ciclo de financiamento europeu (PT2030) seja mais eficaz na promoção da qualificação das pessoas e na resposta aos desafios do mercado de trabalho.
- Avaliação do contributo do P2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior – não teve processo de *follow-up*, uma vez que foi desenvolvida pelo *Competence Centre on Microeconomic Evaluation*, da Comissão Europeia, não tendo dado lugar a recomendações. Esta avaliação foi um estudo realizado por esse organismo e focou-se exclusivamente na análise contrafactual dos impactos das Bolsas de Ação Social no desempenho dos alunos do ensino superior.

Em 2023, foi concluído pelo POCH o *follow up* das Avaliações do contributo do PT2020 para o aumento da qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho dos adultos e para a melhoria das qualificações e melhoria da qualidade dos empregos dos adultos empregados. Estas avaliações totalizam 46 recomendações, das quais 14 foram encaminhadas para conhecimento e 32 para ponderação dos destinatários. Destas, 6 estavam total ou parcialmente implementadas, 18 com implementação em curso e 2 consideradas a implementar no futuro. Para 6 recomendações não foi disponibilizada informação suficiente.

Em 2021 e 2022, foi concluído pelo POCH o *follow up* das Avaliações Contributo dos FEEI para a formação avançada e Contributo do PT 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens. Estas avaliações totalizam 76 recomendações, das quais 1 não foi aceite pela entidade responsável pela avaliação, 28 foram encaminhadas para conhecimento e 47 para reação dos destinatários. Destas, 17 foram totalmente ou parcialmente implementadas, 11 com implementação em curso, 2 consideradas a implementar no futuro. 4 recomendações não foram implementadas e para 13 recomendações não foi disponibilizada informação suficiente.

O POCH realizou ainda a Avaliação da Estratégia de Comunicação, com um processo de follow-up das recomendações, implementadas durante o ano de 2022 e já depois no contexto do PESSOAS 2030.

Destacamos ainda que, em 2022, o POCH, em colaboração com o POISE, esteve envolvido no acompanhamento da Avaliação *ex ante* do PESSOAS2030, um trabalho essencial para a programação desse programa. Importa ainda



referir que, devido à assunção do POCH pela AG do PESSOAS 2030, os encerramentos dos processos avaliativos ainda em curso a essa data foram assumidos pela equipa unidade dessa AG responsável pelo acompanhamento dos processos de avaliação.

Cumpra ainda assinalar, a título de balanço, que as avaliações de impacto concluídas, designadamente as que terminaram no final do ciclo de programação anterior geraram recomendações estratégicas para o próximo ciclo (Portugal 2030), parte das quais classificadas como “para conhecimento”.

Por outro lado, outras recomendações tiveram seguimento mais direto, resultando em medidas operacionais concretas, como a implementação de planos de ação – e.g., na diversificação da oferta formativa e capacitação técnica das estruturas da AG e OI. Além disso, reforçou-se a monitorização para apoiar os processos de decisão em áreas como a formação avançada, qualificação de adultos e promoção do sucesso educativo. Essas medidas impactaram diretamente as políticas públicas, resultando na revisão e/ou no reforço de investimentos em instrumentos, instituições e programas de apoio.

A avaliação intercalar do POCH destacou a importância do ensino profissional, especialmente nas modalidades de dupla certificação, e a relação entre formação de adultos e aumento da empregabilidade, recomendando maior equilíbrio entre os recursos para jovens e adultos, princípio que procurou ser devidamente ponderado integrado no PESSOAS 2030.

No atual período de programação, mantém-se o investimento na qualificação inicial, diversificando as vias de conclusão do ensino secundário e pós-secundário não superior, contribuindo para a manter os níveis de abandono escolar e, sobretudo promover o aumento da empregabilidade dos jovens num contexto em que estes continuam a ser mais afetados por situações de desemprego. Em linha com a Avaliação dos FEEI para a formação avançada e das bolsas do ensino superior (PT2020), a estratégia definida no âmbito do Portugal 2030 visa ainda expandir o acesso à formação superior, aumentar o número de graduados e promover a inserção no mercado de trabalho, especialmente para estudantes de famílias com menos recursos.

As recomendações estratégicas das avaliações de impacto do PT 2020 foram traduzidas em medidas operacionais, no atual período de programação, incluindo a continuidade dos protocolos de acesso a dados essenciais para análises rigorosas, como análises contrafactuais. As recomendações não aceites são em número reduzido, refletindo o processo participado de discussão dos produtos de avaliação. Verifica-se ainda que algumas recomendações não respondidas, foram retomadas neste novo período de programação.

Limite de caracteres: 10500

Designação da avaliação: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Digitalização da Educação

Entidade responsável: POCH

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Mês/ano de início (De 2014 a 2023):

07/2022

Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):

07/2023

Tipo da avaliação:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

01. ☐ Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
02. ☐ Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
03. ☐ Reforçar a competitividade das PME
04. ☐ Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
05. ☐ Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
06. ☐ Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
07. ☐ Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
08. ☐ Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
09. ☐ Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
10. ☒ Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
11. ☐ Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

A Avaliação do contributo do PT 2020 para a Digitalização da Educação teve como objetivos:

- Avaliar a eficácia e eficiência dos apoios do FSE no âmbito da digitalização da educação, em matéria de promoção da igualdade de acesso à educação e na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem;
- Explicitar a forma como as intervenções apoiadas pelo PT2020 produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e contextos foram operacionalizadas e os seus fatores críticos de sucesso (insucesso).

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

- No fim do ano letivo 2020/2021, a taxa de adesão aos kits Escola Digital era de 81% dos alunos Ação Social Escolar e 75% dos docentes.
- Aumento significativo na intensidade de utilização das ferramentas e conteúdos digitais pelos docentes durante o período de confinamento. Do confinamento para o ensino presencial houve um retrocesso na intensidade de utilização, ainda assim com valores médios superiores aos reportados pré-pandemia.
- As características intrínsecas dos docentes, como a apetência digital, são provavelmente o que mais determina a intensidade de utilização das ferramentas digitais.
- A falta de RH para responder às exigências técnicas e administrativas das escolas e para auxiliar na configuração dos equipamentos foi o principal constrangimento no processo de distribuição dos kits.
- As medidas da Escola Digital contribuíram para a redução da desigualdade no acesso a equipamentos informáticos e à internet, possibilitando maior equidade no acesso à educação entre os alunos com diferentes necessidades educativas e recursos económicos.
- A utilização de ferramentas e conteúdos digitais em contexto letivo não parece, por si só, ter impacto significativo no sucesso e aprendizagem dos alunos.
- A irreversibilidade do digital na escola requer investimento forte nas suas infraestruturas.
- A intervenção dos fundos viabilizou a implementação do Planos de Transição Digital das Escolas, permitindo aumentar a escala e alargar a intervenção, conduzindo a uma abordagem holística.

Limite de caracteres: 1500

Designação da avaliação: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar

Entidade responsável: DGPM

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☒

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Mês/ano de início (De 2014 a 2023):

9/2021

Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):

06/2023

Tipo da avaliação:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

01. ☐ Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
02. ☐ Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
03. Reforçar a competitividade das PME
04. ☐ Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
05. ☐ Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
06. ☐ Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
07. ☐ Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
08. ☐ Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
09. ☐ Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
10. ☒ Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
11. ☐ Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

A Avaliação teve como objetivos:

- avaliar a implementação dos apoios dos FEEI no âmbito do ITI Mar e compreender, em relação aos resultados observados, as relações causais que ligam as intervenções às mudanças observadas;
- Avaliar os impactos, resultados e realizações dos FEEI na ENM 2013-2020
- Avaliar o contributo dos FEEI na área do Mar para os objetivos da Estratégia Europa 2020;
- Avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI, para a concretização do Plano de Ação da EMUEAA.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

- Os instrumentos de apoio revelaram-se globalmente adequados às necessidades do setor e alinhados com os objetivos da ENM 13-20.
- A grande maioria dos AAC não foram alvo de um alinhamento intencional com a Economia do Mar e a sua divulgação tendeu a não considerar as especificidades do público-alvo (exceção: PO Mar, algumas PI dos POSEUR e POCI)
- Observaram-se lacunas no financiamento dos FEEI face às necessidades (e.g. oceanografia, desenvolvimento de energias renováveis marinhas, C&T).
- Os apoios deverão ser capazes de produzir impactos relevantes na Economia do Mar através do reforço da capacidade científica e tecnológica nacional; estímulo de novas áreas de ação com elevado potencial económico; do reforço do capital humano; da criação de emprego líquido; e do contributo para a potenciação dos efeitos pretendidos na generalidade das áreas de intervenção.
- Os FEEI apresentam um efeito de adicionalidade muito relevante, viabilizando investimento que de outra forma não seria implementado e contribuindo também para aumentar, acelerar e antecipar o investimento que seria realizado. O efeito de *deadweight* revelou-se reduzido.
- Em média, cada euro de financiamento atribuído pelos FEEI alavancou 0,86€ de investimento privado pelos promotores.
- A complementaridade entre os diferentes instrumentos financiadores da ENM decorreu principalmente da atribuição articulada de financiamento às operações. Observam-se ainda áreas de indefinição em matéria de financiamento.

Limite de caracteres: 1500

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

(Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013) – não aplicável ao Programa.

Não aplicável ao Programa.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

6.a. Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

Um primeiro aspeto primordial que teve forte impacto no desempenho do programa prende-se com a alteração na fase da implementação do contexto económico que caracterizou o desenho da programação. Efetivamente, Portugal propôs o Acordo de Parceria à Comissão Europeia num contexto particularmente adverso, dado que, entre 2011 e 2014, o país esteve sob resgate financeiro, tendo o Plano de Ajustamento Económico e Financeiro adotado como grande objetivo a correção dos desequilíbrios orçamental e externo da economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2017 o contexto altera-se e assiste-se a uma recuperação económica e social, que permitiu reequacionar os termos da programação inicial dos FEEI. Por conseguinte, em 2018 é concretizada uma reprogramação que visou alinhar o esforço do programa aos objetivos de combate aos constrangimentos estruturais do país, dando continuidade à implementação das reformas estruturais, nomeadamente em matéria de educação e formação. Foi neste contexto que se recentraram prioridades, nomeadamente em termos de formação de jovens e adultos, com aumento do investimento financeiro e no terreno.

Um outro aspeto que impactou no programa e respetiva implementação, exigindo uma forte capacidade de adaptação e resiliência, diz respeito às diversas crises com efeitos à escala mundial que se observaram nos anos 2020, 2021, 2022 e também 2023. Num primeiro momento, a crise económica e social associada à pandemia provocada pela COVID-19 que se prolongou durante os anos de 2020 e 2021, e num segundo momento, na sequência da agressão da Federação da Rússia à Ucrânia, em fevereiro de 2022, a crise energética e, logo de seguida, a crise inflacionária, que provocaram uma forte desaceleração das economias à escala mundial. Estas crises foram particularmente exigentes para o programa e exigiram uma enorme capacidade de flexibilidade e adaptação por parte de todos os intervenientes, desde a AG, aos organismos intermédios, às entidades beneficiárias e participantes e destinatários ao contexto que então se vivia e às alterações que foram sede necessárias introduzir. Naturalmente que as questões aqui discutidas se alinham se com estes contextos.

A) Encerramento do programa e transição das operações MEA

Atendendo ao elevado nível de compromisso e execução do POCH em alguns dos seus eixos, foi mobilizado o Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030, sendo que a reta final da implementação do POCH e desenvolvimento do PESSOAS 2030 foi marcado pela necessidade desenvolver os mecanismos de enquadramento destas operações, o qual contribuiu para garantir a execução plena deste PO. A sua fase final de implementação caracterizou-se pela concretização da assunção da gestão pela AG do PESSOAS 2030, que passou a ser responsável por concretizar a implementação final e o encerramento do programa, com o simultâneo encerramento de um ainda elevado número de operações, exigindo análise detalhada da despesa, verificação de conformidade e apuramento de indicadores, visando garantir a execução plena da sua dotação financeira. Desse ponto de vista destaca para o processo de transição das operações apoiadas ao abrigo do MEA para o novo programa, processo complexo e que implicou tecnicidade relevante, mas que, concretizado permitiu, por um lado, encerrar o POCH com plena execução, mas também que as intervenções tenham tido continuidade no arranque do PT2030 sem qualquer quebra. Neste processo a capacidade dos recursos internos foi capaz de criar e implementar soluções que respondessem e potenciasses os níveis de eficácia e eficiência na execução do PO até ao seu encerramento.

B) Gestão, Recursos Humanos e Desempenho da AG

Em linha com o que foi dito anteriormente ressalva-se que a escassez de recursos humanos em quantidade suficiente constituiu um teste à resiliência do Programa e seus trabalhadores e dirigentes, embora tendo sido capaz de superar todos os desafios e metas a que se propôs durante o PT2020. Com funções acrescidas e com vista a ultrapassar os desafios, a AG viu-se obrigada a realocar recursos não fugindo da instabilidade associada à mobilidade dos recursos dentro da administração pública sendo necessário manter, em permanência, a porta aberta a novas entradas de recursos qualificados. Para colmatar os constrangimentos em termos de RH e garantir a melhor

eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos, para além de uma gestão virada para objetivos, foram mantidas as opções de gestão dos recursos, na linha das mais recentes medidas legislativas e de boas práticas, a promoção da conciliação equilibrada da vida profissional, pessoal e familiar, nomeadamente pela manutenção do teletrabalho, e da valorização dos percursos profissionais dos seus trabalhadores, através de formação.

C) Mecanismos de simplificação administrativa e controlo

Com vista a promover a simplificação dos procedimentos, a AG do POCH, ao longo do período de programação PT2020, desenvolveu esforços de promoção de uma maior simplificação administrativa com especial destaque para o reforço da mobilização de modalidades de financiamento com recurso a opções de custos simplificados (OCS):

- Aprendizagem (custo formando/mês – a mobilizar no PT 2030);
- PRA (custo unitário por profissão – mobilizada já no PT 2020);
- Revisão da Formação de Docentes (inclusão do coordenador Pedagógico na base de incidência da taxa fixa aplicável);
- Revisão dos CQ;
- e Planos Próprios (aplicação de uma taxa fixa de 40%).

Considerando os montantes certificados, no âmbito do POCH, o POCH executou cerca 31% da sua dotação total, integralmente, em OCS. Este contributo foi decisivo para o PESSOAS 2030 afirmar-se como um dos principais programas na União Europeia, ao nível do uso das OCS. Esta utilização cada vez mais relevante de OCS colocou novos desafios, quer a nível das competências internas, quer a nível do conhecimento dos beneficiários, que o POCH procurou aproveitar para estabelecer/desenvolver um contexto de operacionalização das operações, que mitigue custos de gestão e custos administrativos, respetivamente.

Em matéria de sistemas de informação e da sua relação com as OCS, devemos alertar que a especificidade do FSE e, sobretudo, das tipologias de operação apoiadas, conheceu algumas dificuldades na medida em que o peso histórico de operações tramitadas em custos reais e a sua influência sobre o desenho dos sistemas de informação constrangeu o pleno aproveitamento de todas as potencialidades das OCS, que no futuro deverão ser tratadas de forma diferenciada. No processo de adoção destas modalidades e formas dos apoios, é importante que sejam envolvidos todos os níveis operacionais no ecossistema dos fundos.

6.b. Avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas

Não aplicável ao relatório final

7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

(Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Documento anexo, em ficheiro separado, conforme previsto no regulamento de execução

8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

INSTRUMENTO ESPECÍFICO (Sem Fundo de Fundos) - Annotated template for reporting on financial instruments according to Article 46 CPR (Dados acumulados)

The report on implementation of financial instruments shall include, for each financial instrument the following information.		
N.º	Information required for each financial instrument	Required format information/data
a	b	c
I. Identification of the programme and priority or measure from which support from the ESI Funds is provided (Article 46(2)(a) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
1	Priority axes or measures supporting the financial instrument, including fund of funds, under the ESI Fund programme.	
1.1	Priority axis supporting the financial instrument under the ESI Fund programme	2 - Reforço do ensino superior e da formação avançada
2	Name of ESI Fund(s) supporting the financial instrument under the priority axis or measure	FSE
3	Thematic objective(s) referred to in the first paragraph of Article 9 of Regulation (EU) No 1303/2013 supported by the financial instrument	10 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
3.1	Amount of ESI Funds committed in funding agreements from the individual thematic objectives chosen in field 3 (<i>optional</i>)	2.500.000,00
4	other ESI Fund programmes providing contribution to the financial instrument	
4.1	CCI number of each other ESI Fund programme providing contributions to the financial instrument	selection 'YES' / 'NO'
30	Date of completion of the <i>ex ante</i> assessment	06/01/2016
31	Selection of bodies implementing financial instrument	
31.1	Has selection or designation process already been launched	YES
II. Description of the financial instrument and implementation arrangements (Article 46(2)(b) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
5	Name of the financial instrument	IF-EES2020
6	Official address/place of business of the financial instrument (name of the country and city)	Portugal / NUTS II: Norte, Centro e Alentejo
7	Implementation arrangements	
7.1	Financial instruments set up at Union level, managed directly or indirectly by the Commission referred to in Article 38(1)(a) of Regulation (EU) No 1303/2013, supported from ESI Fund programme contributions	
7.1.1	Name of the Union-level financial instrument	

7.2	Financial instrument set up at national, regional, transnational or cross-border level, managed by or under the responsibility of the managing authority referred to in Article 38(1)(b), supported from ESI Fund programme contributions under point (a), (b), (c) and (d) of Article 38(4) of Regulation (EU) No 1303/2013	(b) Entrustment of implementation tasks, through the direct award of a contract
7.3	Financial instrument combining a financial contribution from the managing authority with EIB financial products under the European Fund for Strategic Investment in accordance with Article 39a, referred to in Article 38(1)(c)	
8	Type of the financial instrument	Fund of Funds specific Fund
8.1	Tailor-made or financial instruments complying with standard terms and conditions <u>i.e. "off-the-shelf instruments"</u>	Tailor-Made
9	Type of products provided by financial instrument: loans, micro-loans, guarantees, equity, or quasi-equity investments, other financial product or other support combined within the financial instrument pursuant to Article 37(7) of Regulation (EU) No 1303/2013	Guarantees
9.1	Description of the other financial product	
9.2	Other support combined within the financial instrument: grant, interest rate subsidy, guarantee fee subsidy pursuant to Article 37(7) of Regulation (EU) No 1303/2013	
10	Legal status of the financial instrument, pursuant to Article 38(6) and Article 39a(5)(b) of Regulation (EU) No 1303/2013 (for financial instruments referred to in Article 38(1)(b) and (c) only): fiduciary account opened in the name of the implementing body and on behalf of the managing authority or separate block of finance within a financial institution	Separate Block of Finance
III. Identification of the body implementing the financial instrument, and the body implementing fund of funds where applicable, as referred to under point (a), (b) and (c) of Article 38(1) of Regulation (EU) No 1303/2013 (Article 46(2)(c) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
11	Body implementing the financial instrument	

11.1	Type of implementing body pursuant to Article 38(4) and Article 39a(5) of Regulation (EU) No 1303/2013: existing or newly created legal entity dedicated to implementing financial instruments; the European Investment Bank; the European Investment Fund; international financial institution in which a Member State is a shareholder; a publicly-owned bank or institution, established as a legal entity carrying out financial activities on a professional basis; a body governed by public or private law; managing authority undertaking implementation tasks directly (for loans or guarantees only)	(b5) Body governed by public or private law
11.1.1	Name of the body implementing the financial instrument	S. P. G. M. - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO S.A. (atual Banco Português de Fomento S.A.)
11.1.2	Official address/place of business (country and town name) of the body implementing the financial instrument	Portugal / Porto
12	Procedure of selecting the body implementing the financial instrument: award of a public contract; other procedure	(d) Interadministrative cooperation
12.1	Description of the other procedure of selecting the body implementing the financial instrument	
13	Date of signature of the funding agreement with the body implementing the financial instrument	31/10/2018
IV. Total amount of programme contributions, by priority or measure, paid to the financial instrument and management costs incurred or management fees paid (Article 46(2)(d) and (e) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
14	Total amount of programme contributions committed in the funding agreement (in EUR)	2.941.176,47
14.1	out of which ESI Funds contributions (in EUR)	2.500.000,00
14.1.1	out of which ERDF (in EUR) <i>(optional)</i>	
14.1.2	out of which Cohesion Fund (in EUR) <i>(optional)</i>	
14.1.3	out of which ESF (in EUR) <i>(optional)</i>	2.500.000,00
14.1.4	out of which EAFRD (in EUR) <i>(optional)</i>	
14.1.5	out of which EMFF (in EUR) <i>(optional)</i>	
15	Total amount of programme contributions paid to the financial instrument (in EUR)	2.941.176,47
15.1	out of which amount of ESI Funds contributions (in EUR)	2.500.000,00
15.1.1	out of which ERDF (in EUR)	
15.1.2	out of which Cohesion Fund (in EUR)	
15.1.3	out of which ESF (in EUR)	2.500.000,00

15.1.4	out of which EAFRD (in EUR)	
15.1.5	out of which EMFF (in EUR)	
15.2	out of which total amount of national co-financing (in EUR)	441.176,47
15.2.1	out of which total amount of national public funding (in EUR)	441.176,47
15.2.2	out of which total amount of national private funding (in EUR)	
16	Total amount of programme contributions paid to the financial instrument under Youth Employment Initiative (YEI) (in EUR)	
17	Total amount of management costs and fees paid out of programme contributions (in EUR)	205.198,35
17.1	out of which base remuneration (in EUR)	205.198,35
17.2	out of which performance-based remuneration (in EUR)	0
18	Capitalised management costs or fees pursuant to Article 42(2) of Regulation (EU) No 1303/2013 (relevant only for final report) (in EUR)	
19	Capitalised interest rate subsidies or guarantee fee subsidies pursuant to Article 42(1)(c) of Regulation (EU) No 1303/2013 (relevant to final report only) (in EUR)	
20	Amount of programme contributions for follow-on investments in final recipients pursuant to Article 42(3) of Regulation (EU) No 1303/2013 (relevant for final report only) (in EUR)	
21	Contributions of land and/or real estate in the financial instrument pursuant to Article 37(10) of Regulation (EU) No 1303/2013 (relevant for final report only) (in EUR)	
VI. The performance of the financial instrument, including progress in its set-up and in selection of bodies implementing the financial instrument (including the body implementing a fund of funds) (Article 46(2)(f) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
32	Information whether the financial instrument was still operational at the end of the reporting year	Yes
32.1	If the financial instrument was not operational at the end of the reporting year, date of the winding-up	
VII. Interest and other gains generated by support from the ESI Funds to the financial instrument, programme resources paid back to financial instrument from investments as referred to in Articles 43 and 44, amounts used for differentiated treatment as referred to in Article 43a and the value of equity investments with respect to previous years (Article 46(2)(g) and (i) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
35	Interest and other gains generated by payments from ESI Funds to the financial instrument (in EUR)	99.462,50

36	Amounts repaid to the financial instrument attributable to support from ESI Funds by the end of the reporting year (in EUR)	5.119,11
36.1	out of which capital repayments (in EUR)	5.119,11
36.2	out of which gains, other earnings and yields (in EUR)	5.119,11
37	Amounts of resources attributable to the ESI Funds used in accordance with Articles 43a and 44	0,00
37.1	out of which amounts paid for differentiated treatment of investors operating under the market economy principle, who provide counterpart resources to the support from the ESI Funds to the financial instrument or who co-invest at the level of the final recipient (in EUR)	
37.2	out of which amounts paid for the reimbursement of management costs incurred and payment of management fees of the financial instrument (in EUR)	
37.3	out of which amounts to cover losses in the nominal amount of the ESI Funds contribution to the financial instrument resulting from negative interest, if such losses occur despite active treasury management by the bodies implementing financial instruments (in EUR)	
VIII. Progress in achieving the expected leverage effect of investments made by the financial instrument and value of investments and participations (Article 46(2)(h) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
38	Total amount of other contributions, outside ESI Funds, raised by the financial instrument (EUR)	
38.1	Total amount of other contributions, outside the ESI Funds committed in the funding agreement with the body implementing the financial instrument (in EUR)	772058,82
38.1A	Contribution under the EIB financial product committed in the funding agreement with the body implementing the financial instrument (only for the instruments under Article 38(1)(c)) (in EUR)	
38.2	Total amount of other contributions, outside the ESI Funds paid to the financial instrument (in EUR)	441.176,47
38.2.1	out of which public contributions (EUR)	441.176,47
38.2.2	out of which private contributions (EUR)	

38.2A	Contribution under EIB financial product paid to financial instrument (only for the instruments under Article 38(1)(c)) (in EUR)	
IX. Contribution of the financial instrument to the achievement of the indicators of the priority or measure concerned (Article 46(2)(j) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
41	Output indicator (code number and name) to which the financial instrument contributes	O121 - Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7
41.1	Target value of the output indicator	0.05
41.2	Value achieved by the financial instrument in relation to the target value of the output indicator	0.02

PRODUTO GARANTIA - Annotated template for reporting on financial instruments according to Article 46 CPR (Dados acumulados)		
The report on implementation of financial instruments shall include, for each financial instrument the following information.		
No.	Information required for each financial instrument	Required format information/data
a	b	c
V. Total amount of support paid to final recipients, or to the benefit of final recipients, or committed in guarantee contracts by the financial instrument for investments in final recipients, by ESI Funds programme and priority or measure (Article 46(2)(e) of Regulation (EU) No 1303/2013)		
22	Name of each financial product offered by the financial instrument	IF-EES2020 - Garantias
22.1	Type of financial product offered by the financial instrument	(b) Guarantee
24	Total amount of programme contributions committed/blocked for guarantee contracts signed (in EUR)	4.152.251,77 €
24.1	out of which total amount of ESI Funds contributions (in EUR)	3.653.981,55 €
25	Total amount of programme contributions committed for loans paid to final recipients (in EUR)	2.735.978,12 €
25.1	out of which total amount of ESI Funds contributions (in EUR)	2.325.581,40 €
25.1.1	out of which ERDF (in EUR)	

25.1.2	out of which Cohesion Fund (in EUR)	
25.1.3	out of which ESF (in EUR)	2.325.581,40 €
25.1.4	out of which EAFRD (in EUR)	
25.1.5	out of which EMFF (in EUR)	
25.2	out of which total amount of national public co-financing (in EUR)	410.396,12 €
25.3	out of which total amount of national private co-financing (in EUR)	
26	Total value of loans actually paid to final recipients in relation to the guarantee contracts signed (EUR)	19.595.718,12 €
26.1	Total value of new debt finance created by the SME Initiative (CPR Art. 39 (10) (b))	
27	Number of guaranteed loans signed with final recipients	2266
28	Number of guaranteed loans paid to final recipients	2266
29	Number of final recipients supported by the financial product	
29.1	out of which large enterprises	
29.2	out of which SMEs	
29.2.1	out of which microenterprises	
29.3	out of which individuals	2266
29.4	out of which other type of final recipients supported	
29.4.1	description of other type of final recipients supported	
33	Total number of guarantees provided and called due to the loan default	22
34	Total amount committed for guarantees provided and called due to loan default (in EUR)	118.826 €
39	Expected and achieved leverage effect, by reference to the funding agreement	
39.1	Expected leverage effect for guarantee, by reference to the funding agreement	16,50
39.2	Achieved leverage effect at the end of reporting year for guarantee	0,0156
39.3	Investment mobilised through investments made by ESIF financial instruments for guarantee (Optional)	

9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, CASO ESSAS CONDICIONALIDADES NÃO ESTEJAM CUMPRIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DO PO

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório anual

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

(Artigos 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

10.1 Grandes projetos

Não aplicável ao Programa

10.1.a. Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução

10.1.b. Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional

10.2 Planos de ação conjuntos

Não aplicável ao Programa.

10.2.a. Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

10.2.b. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigo 50.º, n.º 4 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

11.1 Avaliação da informação constantes dos pontos anteriores e da realização dos objetivos do programa

ID dos Eixos Prioritários	Eixos Prioritários	Avaliação da execução e da realização dos objetivos de cada Eixo Prioritário
1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade	Em 2014, no início do programa, a taxa de abandono escolar precoce era de 17,3% e, ao longo dos 9 anos, baixou 9,2 pontos percentuais para os 8,1% em 2023, abaixo da média europeia que, em 2023, era de 9,5 %. O investimento contribuiu também para reforçar a empregabilidade dos jovens abrangidos por essas ofertas formativas. As conclusões da Avaliação do Contributo do PT2020 para a Promoção do Sucesso Educativo, Redução do Abandono Escolar Precoce e Empregabilidade dos Jovens, concluída em 2021, apontaram precisamente nesse sentido. Neste Eixo gostaríamos de falar das histórias do Rafael (www.youtube.com/watch?v=FiwuzJH05JE), do Tiago (www.youtube.com/watch?v=l4-xMYTs6YI), da Alexandra (www.youtube.com/watch?v=rTS6pBJS4xU), da Beatriz (www.youtube.com/watch?v=Bav8OE7Lcc), do Marcelo (www.youtube.com/watch?v=kEQ_J14q3Co) e da Patrícia (www.youtube.com/watch?v=WFFmLo3uV2g), que são exemplos de sucesso.

		Foram aprovadas 4 254 candidaturas que mobilizaram 2.142 M€ de investimento total elegível aprovado, dos quais 1.820 M€ financiados pelo FSE. Refira-se que em relação ao último relatório anual, o número de operações aprovadas, quer os montantes aprovados diminuíram, tendo em conta, principalmente, o enquadramento de operações deste eixo no PESSOAS 2030 (operações de Cursos Profissionais e CEF, portanto das prioridades 4 e 1, respetivamente). Em termos de execução constata-se que foram aprovadas despesas no valor total de 2.115 M€, dos quais 1.799 M€ foram investimento FSE, que resulta numa taxa de execução de 105 %. Este eixo financiou sobretudo os cursos profissionais, com 263.002 participantes apoiados, no âmbito do ensino secundário, bem como, complementarmente, algumas ofertas alternativas ao nível do ensino básico, com destaque para os cursos de educação e formação de jovens. Com estes apoios, foram abrangidos, no total, 310 200 participantes nas diversas modalidades formativas. O PO CH contribuiu para promover mais e melhor sucesso escolar e para reduzir por esta via o abandono escolar precoce. Do ponto de vista financeiro, é também neste Eixo que se concentra o volume de FSE mais elevado alocado ao POCH – 1 820 M€ - e que foi objeto, para além disso, do maior incremento financeiro em sede de reprogramação em 2018 e 2020. O apoio aos Cursos profissionais implicou um Investimento Total Elegível de 1.989 M€ (1 691 M€ FSE) que representa 93% do investimento total do Eixo 1, com uma taxa de realização de 99%, que equivale 1 670 M€ FSE. Os sucessivos reforços na dotação deste Eixo aprovados em sede de reprogramação tiveram natural impacto na redefinição das metas físicas previstas no Quadro de Desempenho do POCH – jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3 – a meta inicial estava nos 106 000 jovens, tendo sido sucessivamente ultrapassada e por essa razão foi reforçada para atingir um valor de 300 000 no final do período de programação. De facto, em termos de QD do Eixo 1, a meta de jovens apoiados nos cursos de ISCED 3, de 300 000 apoiados, teve uma execução de 87%, tendo atingido os 261 560 jovens. O indicador físico do quadro de desempenho encontra-se, portanto, acima do limiar mínimo da meta (85%), embora esta seja uma tipologia que foi afetada, igualmente, por uma subestimação dos custos unitários em que se baseou o planeamento dessa meta. O nível de execução física foi ainda influenciado pela dinâmica sociodemográfica portuguesa. Esta dinâmica explica-se pela diminuição da procura, devido, por um lado, aos efeitos da evolução demográfica, com a redução do número de alunos em geral, fruto das baixas taxas de natalidade do país, sendo essa evolução particularmente intensa em alguns territórios financiados pelo POCH (com especial intensidade, por exemplo, na região do Norte onde vem decrescendo nos últimos anos). Para além disso, os cursos profissionais continuam sem conseguir “cativar” a proporção pretendida de alunos no âmbito das vias profissionalizantes que, apesar dos seus bons resultados e dos esforços para a sua mitigação, continuam a sofrer de um certo estigma enquanto “via alternativa”. Em termos do indicador da despesa certificada, atingiu 106% de cumprimento. No que se refere ao indicador jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, a meta de 44 650 para 2023 foi superada, tendo sido atingidos os 45.250 jovens apoiados. Importa referir que a
--	--	---

		única tipologia a alimentar este indicador a partir de 2017 são os CEF, uma vez que foi descontinuado o financiamento às outras Tipologias de Operação que alimentavam este indicador - o Ensino Artístico Especializado e os Cursos Vocacionais. No desempenho dos Indicadores de Resultado a taxa de Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 atingiu o valor cumulativo de 84%. No que se refere ao outro indicador de resultado de nível ISCED 2 – Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível ISCED 2, o valor final da taxa de transição nos cursos ISCED 2 em 2021 atingiu os 83%, não alcançando a meta dos 85%. No que a indicadores específicos de resultado diz respeito, importa ainda referir que em sede de reprogramação realizada em 2018 se procedeu à criação de um indicador no Eixo 1 relativo à Empregabilidade ou prosseguimento de Estudos nos seis meses seguintes à conclusão dum curso profissional, a aplicar ao universo dos estudantes que concluíram com sucesso um ciclo completo de estudos (3 anos). Do ponto de vista estratégico, este ajustamento teve em conta o facto de que os Cursos Profissionais permitem por um lado o acesso ao ensino superior, concorrendo assim também para o objetivo de alcançar os 40% de população entre os 30 e os 40 anos com o ensino superior ou equivalente. Por outro lado, a promoção da empregabilidade em conjunto com o prosseguimento de estudos promove também a redução do número de jovens NEET no país. O valor cumulativo deste indicador no final do período de programação registava os 74%, bem acima da meta definida de 50%. Os resultados deste eixo deram contributos decisivos para a diminuição consistente do abandono escolar precoce. Importa referir que a taxa de abandono escolar em 2014 estava nos 17,4% tendo baixado progressivamente para 11,8% em 2018, tendo alcançado um registo abaixo dos 10% no ano de 2020. Para além disso a avaliação realizada a este propósito, nomeadamente o exercício Contrafactual desenvolvido mostra, precisamente, os impactos positivos das medidas apoiadas no combate às desigualdades persistentes em matéria de educação e posterior acesso ao emprego, com os alunos dos cursos profissionais a registarem melhores desempenhos escolares e melhores níveis de empregabilidade do que alunos, com perfis equiparáveis, dos cursos científico humanísticos. Em contrapartida e comparando de novo alunos com perfis semelhantes nas duas vias do ensino secundário, os que terminam os cursos profissionais registaram uma menor probabilidade de prosseguirem estudos para o ensino superior, dentro dos períodos analisados nessa avaliação. Limite de caracteres: 10500
--	--	--

2	Reforço do Ensino Superior e da Formação Avançada	No eixo 2, o investimento total elegível aprovado foi de 624 M€ (530 M€ FSE) nas 128 operações aprovadas. Em matéria de execução, regista-se a aprovação de despesas no valor de 603 M€, dos quais 512 M€ são FSE, o que resulta numa taxa de execução de 98 % neste eixo. O contributo do POCH decorreu do financiamento das bolsas para estudantes carenciados do ensino superior, do apoio aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP), Bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento (até 2018), do apoio a empréstimos a estudantes do ensino superior, através do instrumento financeiro e ainda, na fase final da sua implementação, do apoio a projetos de estímulo à inovação e melhoria do sistema de ensino superior, através da tipologia Skills 4 Pós Covid. Com a reprogramação de 2018, as bolsas para estudantes do ensino superior passaram a ser apoiadas pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, enquanto os Cursos TeSP e as bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento passaram a ser exclusivamente financiadas pelos Programas Operacionais Regionais das regiões menos desenvolvidas. Deste essa data o PO CH passou a apoiar neste eixo apenas a “Linha de Crédito para Estudantes do Ensino Superior” e também a tipologia “Skills 4 Pós-COVID - Competências para o futuro no Ensino Superior”, com o objetivo de aumentar o número de diplomados do ensino superior, melhorar a qualidade das ofertas e reforçar a sua orientação para as necessidades do mercado de trabalho. Em sede de reprogramação de 2018 a única tipologia de operação que se manteve neste Eixo foi, então, o Instrumento Financeiro, uma vez que abrangia a generalidade dos estudantes do ensino superior, sendo a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) o organismo responsável pela sua execução. A propósito desta intervenção, a informação no ponto 7 permite verificar que a execução da medida ficou aquém do esperado, que se pode explicar sobretudo por alguma dificuldade de maior adesão dos bancos a este instrumento (em número de bancos envolvidos e, nos que aderiram ao mesmo, no seu empenho na sua disseminação) e, depois, dos próprios estudantes a este mecanismo de financiamento da sua formação de nível superior, apesar dos esforços para divulgar este tipo de apoio. De facto, diversos fatores contribuíram para este nível de mobilização do instrumento financeiro em causa. Desde logo a menor adesão dos bancos pode ser explicada por este ser mais um dos muitos segmentos de mercado em que se movimentam e, sobretudo, porque o sistema de garantia mútua associado a este apoio não ser suficientemente atrativo para uma adesão mais ampla do sistema uma vez que embora reduzia o risco para os bancos em caso de incumprimento, essa redução não é suficientemente atrativa para uma maior mobilização dos mesmos, incluindo os que aderiram a este apoio. Em relação aos estudantes e suas famílias, para além de algum potencial desconhecimento da existência deste tipo de apoio, o limitado número de pedidos também se poder dever a receios ou limitações dos mesmos em suscitarem esse crédito, num contexto em que por vezes as famílias já registam níveis de endividamento relevantes ou receiam mais tarde não ter os recursos necessários para pagar o empréstimo em causa. Por outro lado, recordamos ainda que os estudantes com maiores dificuldades financeiras conseguem em regra ter acesso a uma bolsa de ação social para frequentar este
---	--	---

		nível de ensino. Por esses motivos assistiu-se a uma diminuição dos valores associados à intervenção com impacto nos indicadores expressos no campo 8 deste relatório. Mais tarde em 2022, uma nova tipologia foi aprovada, Skills 4 Pós-Covid – Competências para o Futuro no Ensino Superior, destinada a apoiar as ações inovadoras de ensino e aprendizagem nas Instituições do Ensino Superior, para habilitar docentes e discentes, procurando preparar para dar resposta aos desafios que resultam da situação gerada pela pandemia Covid19. Com este desiderato e observando a distribuição do investimento por tipo de atividade financiada, destacamos aqueles tipos de atividades que consumiram uma maior fatia do financiamento, por ordem decrescente de grandeza: a conceção de produtos, ferramentas e/ou materiais; a implementação de sistemas de informação; a realização de encontros, seminários, workshops, ações de divulgação; a realização de campanhas de sensibilização, informação, divulgação e promoção; a realização de estudos; e a realização de ações de capacitação. Considerando toda a execução do Eixo 2, até ao final de 2023 foram encerrados 12 concursos que permitiram a apresentação de 140 candidaturas, das quais 128 foram aprovadas. Em termos de Tipologias de Operação, do total de Operações aprovadas, 67 foram no âmbito dos cursos TeSP, 12 para Bolsas de Ensino Superior, 6 para Bolsas de Doutoramento, 1 no âmbito do Instrumento Financeiro e 49 projetos no âmbito da tipologia CRII - Skills 4 Pós-Covid - Competências para o Futuro no Ensino Superior. O investimento total no âmbito deste eixo permitiu abranger um total de 128.449 participantes nas medidas apoiadas, destacando-se as 116.056 pessoas apoiadas (dos quais 48 636 homens e 79 813 mulheres), pelas Bolsas do Ensino Superior, Superior face a uma meta de 100 000 para 2023. Esta meta do Quadro de Desempenho foi assim ultrapassada com um rácio de 116%. No que se refere ao indicador de realização Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5, a meta de 2023 foi revista de 23 000 para 6 500, devido à reprogramação aprovada em 2018 e que concentrou exclusivamente nos POR o financiamento destes cursos. No final de 2023 a execução situou-se nos 6 582 participantes apoiados (2 816 mulheres e 3 766 homens), superando esta meta. Relativamente aos Bolseiros de Doutoramento apoiados, a execução ultrapassou os 100% face à meta de 3 500 para 2018 e para 2023, com 4 320 bolseiros (2 564 mulheres e 1 756 homens). No que diz respeito aos indicadores específicos de resultado, para as três tipologias de intervenção para as quais foram estabelecidas metas, verificamos que as mesmas não foram atingidas. Na realidade, nestes casos, constatamos que o Programa ficou aquém das metas estabelecidas na conclusão dos cursos apoiados no âmbito das Bolsas de Ação Social no Ensino Superior ou dos Doutoramentos Concluídos, intervenções, entretanto, descontinuadas no POCH desde o final de 2018, e cujo tempo próprio já nos permite analisar as taxas de conclusão da globalidade das intervenções
--	--	---

		Nos TESP cuja meta de programa para o indicador de resultado é de 65%, foram atingidos 58,7%, embora em crescendo desde 2016 até 2019, último ano apurado, valores são superiores aos encontrados nas estatísticas oficiais da DGEEC para todo o território e rede de TESP. Indica que o financiamento está associado a melhores taxas de conclusão e que a opção do programa em incluir um indicador agregado (que contempla o prosseguimento de estudos) foi correta. Não obstante consideramos que a meta de 65% foi demasiado arrojada na programação, atendendo a que se tratava de uma nova tipologia/modalidade de formação sem histórico, não considerando devidamente as elevadas taxas de desistência por motivos de prosseguimento para licenciaturas e para o mercado de trabalho Nos doutoramentos concluídos a meta de programa, de 70% foi sobrestimada. Este indicador tem em conta a conclusão no tempo próprio - até 5 anos - que por ser tão longo está sujeito a choques diversos que afetam o seu desempenho, para além de que os prazos associados à apresentação dos trabalhos finais e defesa pública fazem derrapar o tempo. É bastante comum que as bolsas sejam suspensas por motivos de diversa natureza. Não esquecer ainda os efeitos da pandemia sobre ciclos de estudo desta duração. As avaliações realizadas sobre algumas das tipologias financiadas, designadamente sobre as bolsas para estudantes do ensino superior para alunos carenciados e sobre as bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, demonstraram a relevância desses apoios do FSE para alavancar a proporção de pessoas com esses níveis de formação superior. Isto sem prejuízo de reconhecerem constrangimentos em matéria, designadamente, de taxas de conclusão dessas formações dentro do tempo esperado, bem como de absorção ou aproveitamento pleno das competências destes quadros por parte do nosso tecido produtivo. De acordo com a Avaliação do contributo dos FEEI para a formação avançada, as bolsas de doutoramento foram determinantes para os seus beneficiários, uma vez que 83% deles não teria desenvolvido essa formação sem esse apoio, sendo que cerca de 90% dos bolseiros apoiados estavam empregados ou em processo de pós-doutoramento após a conclusão da sua formação. Deste modo, embora se constate uma % inferior à meta estabelecida de doutorados no tempo próprio (cinco anos após o início desta formação), os apoios públicos revelam-se decisivos para a viabilização desses processos e com bons resultados na empregabilidade após a conclusão do doutoramento, mesmo persistindo dificuldades na obtenção de situações profissionais mais estáveis e uma proporção limitada, embora crescente, de doutorados inseridos no mercado de trabalho não académico. A Avaliação sobre o Contributo do PT2020 para o Aumento dos Diplomados do Ensino Superior, mostra, por sua vez, que a atribuição da bolsa de estudo reduz a probabilidade de desistência (no 1º ano) do ensino superior (-1,7 p.p.), bem como aumenta a probabilidade de obter 36 ou mais créditos no decurso do mesmo (+2,6 p.p.), face a alunos com perfis próximos dos beneficiários dessas bolsas, mas que não conseguiram obter a mesma. Estes efeitos verificam-se também no segundo ano, momento em que o acesso à bolsa reduz a probabilidade de desistência, quer no início (-1 p.p.) quer no final desse ano (-2 p.p.) e aumenta a probabilidade
--	--	--

		(+5,6 p.p.) de conclusão do curso no prazo normal (3 anos na licenciatura, 2 anos no mestrado, 5 anos no mestrado integrado). Este é, assim, o eixo em que apoiámos o Nuno (www.youtube.com/watch?v=aCrUQGrUHs8), o José (www.youtube.com/watch?v=XyiBov8skmo), a Neide (www.youtube.com/watch?v=OpCnx6eqcvk), a Maria (www.youtube.com/watch?v=nve8L36r_6k), a Marina (www.youtube.com/watch?v=f76DNBIZ1vI) e o João (www.youtube.com/watch?v=Tp4KLJHDHBo) que representam bem alguns dos recursos altamente qualificados que contribuem para o nosso tecido empresarial e para o mercado de trabalho em geral. Limite de caracteres: 10500
3	Aprendizagem e Qualificação ao Longo da Vida	O Eixo 3 do Programa concentrou 3 tipologias de operação que se destinam a apoiar modalidades e respostas de política pública com o objetivo de promover a qualificação da população adulta através dos CQEP/Centros Qualifica, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Cursos de Aprendizagem. Neste eixo, foram 12.882 as operações aprovadas, que se traduziram em 814 M€ de investimento total elegível aprovado, dos quais 692 M€ suportados pelo FSE. O total executado ascendeu aos 765 M€, que incluem 651M€ do FSE+, o que corresponde a 90 % de taxa de execução. Refira-se que em relação ao último relatório anual, o número de operações aprovadas, quer os montantes aprovados diminuíram, tendo em conta, principalmente, o enquadramento de operações deste eixo no PESSOAS 2030 (operações de um aviso dos Centros Qualifica). O principal objetivo deste eixo de atuação foi aumentar a qualificação da população adulta e promover melhores condições de empregabilidade, através do apoio aos Cursos de Aprendizagem, aos Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) e à rede de Centros Qualifica (e anteriormente, dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional). As ações apoiadas neste eixo foram muito relevantes para colmatar uma lacuna estrutural da sociedade portuguesa que é a das baixas qualificações da população adulta, que nos traz desafios significativos em termos de produtividade e desenvolvimento, apesar dos progressos também registados neste domínio. Uma parte significativa deste Eixo está concentrada em alguns beneficiários-chave, nomeadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, uma vez que: • é um beneficiário único no âmbito dos cursos de aprendizagem, nos termos da legislação aplicável; • nos EFA teve também um peso relevante, em particular no primeiro aviso nas operações aprovadas, sendo as remanescentes dinamizadas ou por escolas da rede sob tutela do Ministério da Educação, pelos parceiros sociais, no contexto das 8 candidaturas integradas de formação aprovadas aos mesmos no âmbito desta tipologia e ainda por entidades formadoras privadas, com autorização de funcionamento para esses tipos de cursos;

		• e nos CQEP/CQ assume também um relevante protagonismo (1/4) uma vez que a generalidade dos seus centros de formação profissional de gestão direta, bem como os de gestão participada, integram essa rede. Contudo, de referir que atendendo às competências deste organismo na execução das políticas ativas de emprego no território continental, a execução nesta área esteve globalmente assegurada, embora tenham existido dificuldades em traduzir a mesma em sede de reporte ao Programa financiador, atendendo nomeadamente à necessidade de reporte para o cumprimento das metas do quadro de desempenho. Com uma dotação reforçada no âmbito da reprogramação de 2018, em 216 M€ FSE a somar aos 503 M€ da programação inicial, resultantes num total de 719 M€ FSE, teve 1282 candidaturas aprovadas: 873 Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEPs) e Centros Qualifica, 313 Cursos de Educação e Formação de Adultos e 96 Cursos de Aprendizagem. Sendo que as operações que beneficiaram desse reforço financeiro foram aprovadas em 2019 e a sua execução foi seriamente afetada pela crise pandémica e, já na sua fase final, pela crise inflacionária que decorreu da guerra que eclodiu entre a Rússia e a Ucrânia. Foi neste eixo que apoiámos a Tânia (www.youtube.com/watch?v=warshTrLoQc), o Joaquim (www.youtube.com/watch?v=o1GfQLsB8Og), a Paula (www.youtube.com/watch?v=fZKEddatj9w), a Carmen (www.youtube.com/watch?v=WQ0fBUrL4xk), a Edite (www.youtube.com/watch?v=bFexQ9STye0) e o Centro Qualifica da AEVA (www.youtube.com/watch?v=gaCXI_3qfus) que demonstram bem que, na vida e com o apoio certo, nunca é tarde para mudar e para aprender. Até ao final de 2023, foram apoiadas 640 335 pessoas no âmbito do Eixo 3. Destas, 58 975 eram adultos que frequentaram Cursos EFA, ultrapassando a meta definida, conforme já referido. Também os Cursos de Aprendizagem superaram as expectativas, com 43 170 participantes, mais do que os 41 000 previstos. Nos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) e Centros Qualifica, registaram-se 701.636 intervenções, envolvendo 538.190 pessoas. Os indicadores de realização mostram resultados muito positivos: • O apoio a adultos em cursos com certificação escolar e/ou profissional atingiu 118% da meta; • O apoio a jovens em cursos de aprendizagem chegou aos 105% da meta. O PO CH contribuiu, assim, para que, em 2023, se chegasse aos 58,9% de taxa de população residente em Portugal, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, com pelo menos o ensino secundário. Sendo que a Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o aumento da qualificação e empregabilidade dos adultos evidenciou bem o papel dos apoios neste domínio para o reforço da empregabilidade e cidadania dos participantes envolvidos com sucesso nessas ações, entre outras conclusões que decorreram dessa avaliação. Importante destacar, o reforço do Eixo 3 em sede de reprogramação e que procurou alinhar o investimento com as prioridades da política pública para reforçar o enfoque na qualificação dos adultos com baixas qualificações (inferiores ao
--	--	---

		ensino secundário) e nessa medida a prioridade ao desenvolvimento e aprofundamento de um dos instrumentos de política pública refletidos no Programa Qualifica, através do apoio aos Centros Qualifica, pelo seu papel chave como porta de (re)entrada dos adultos no sistema de educação e formação. Embora esta tipologia de operação não alimente diretamente nenhum indicador específico, a sua importância surge no panorama nacional diretamente ligada à necessidade de maximizar o apoio dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para o reforço do alinhamento estratégico de combate às fragilidades estruturais de qualificação de adultos, identificadas por diversas vezes como um dos entraves ao desenvolvimento económico e social do país. O indicador financeiro de despesa certificada atingiu os 90%, garantindo o cumprimento do QD, concretizando-se assim o cumprimento de todos os indicadores contratualizados para este efeito no âmbito deste eixo. Os 90% justificam-se por uma quebra final de execução na tipologia dos EFA superior ao estimado, cuja despesa validada ficou a 90% do investimento aprovado. Para este fator contribuíram aspetos associados à própria dinâmica da tipologia formativa (percursos formativos longos e exigentes) e aos impactos da pandemia nessa mesma dinâmica, tendo em consideração que uma grande parte das operações aprovadas foram executadas em contexto pandémico. Tais fatores levaram a que se registasse uma quebra de execução nas operações, quebra e até revogações por incumprimento dos indicadores, algo que, no geral, contribuiu para uma menor execução e, consequentemente, uma menor certificação de despesa neste eixo. Os Indicadores de Resultado do Eixo 3 registam taxas de sucesso de 57% na Aprendizagem, aquém da meta (61%) e de 52 % nos EFA, também aquém da respetiva meta (60%), associado sobretudo aos constrangimentos provocados pela situação de confinamento registada na pandemia. Os cursos EFA que alimentam este indicador, são uma tipologia de formação que remete para períodos formativos longos e que, por isso mesmo, mais suscetíveis a desistências, especialmente num período em que Portugal tem quase pleno emprego. Para além disso, uma análise mais próxima permite verificar que, ainda assim, este indicador foi amplamente influenciado pelos anos de 2020 e 2021, da pandemia, em que muitos adultos preferiram investir em emprego do que em formação, desistindo dos seus percursos. Esse fator, traduziu-se em taxas anuais substancialmente baixas, comparativamente a outros anos, com forte impacto na taxa global cumulativa no final do programa. Esta meta, mais suscetível a choques sociais e económicos, foi bastante penalizada sobretudo nos anos de 2020 e 2021, anos marcados pela pandemia Covid19, em que se registou com uma diminuição abrupta de diplomados na ordem dos 20 pontos percentuais, face aos anos anteriores. Por outro lado, o índice de pessoas empregadas à entrada para as ações apoiadas que melhorou a sua situação profissional seis meses após a operação é de 47%, com base em dados de inquérito realizado aos participantes destas tipologias. Limite de caracteres: 10500
4	Qualidade e Inovação do Sistema de Educação e Formação	O Eixo 4 integrou um conjunto diversificado de ações estratégicas procurando promover a qualidade e a inovação do sistema de educação e formação. Face à programação inicial, o Eixo 4 sofreu alterações relevantes em sede de reprogramação de PO, quer no ano de 2018, quer sobretudo no ano de 2020. Neste

		eixo foram aprovadas 932 candidaturas, num montante elegível aprovado de 242 M€, dos quais 214 M€ de investimento FSE. Em termos de execução, foram aprovadas despesas no valor total de 240 M€, dos quais 213 M€ foram investimento FSE, que resulta numa taxa de execução de 101 %. O eixo 4 apoiou múltiplas intervenções, que fomentam o incremento da qualidade e a inovação do sistema de educação, alavancando as outras áreas de intervenção do Programa, aprofundando boas práticas e criando projetos inovadores e aprendizagens diferenciadas para os formandos. 584 operações foram desenvolvidas no âmbito da tipologia de operação da Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para promoção do sucesso escolar, com uma grande diversidade de ações, 299 foram de Formação de docentes e outros agentes de educação e formação, 24 foram de Ações de Inovação Social, 14 da tipologia CRIL – Transição Digital da Educação e 11 no âmbito dos Serviços de Psicologia e Orientação. Ao abrigo deste eixo foram abrangidas 123.361 pessoas, até ao final de 2023, em 285 991 participações de docentes e outros agentes de educação e formação em ações de formação contínua. Relativamente a esta tipologia, a procura foi maior do que o esperado, com particular incidência nas ações relativas ao apoio ao processo de digitalização da educação, e em resposta aos efeitos da pandemia. Em particular no que diz respeito à formação nas áreas digitais, para as quais foram abertos avisos de concurso específicos a participação dos docentes e outros agentes de educação e formação superou largamente as expetativas. Para esta sobre execução face à meta contribuiu, ainda, o facto de um último aviso de concurso ter sido aberto no final do Programa, com a expetativa de enquadramento no PESSOAS 2030, facto que não veio a acontecer, tendo em conta a necessidade de execução do POCH para cumprimento dos objetivos de implementação plena. Ora, essa execução que, expectavelmente seria enquadrada no período programático 21-27, acabou por ser contabilizada no indicador do POCH, pulverizando a respetiva meta. Nesta área de intervenção, o PO CH apoiou também o reforço de psicólogos no sistema de psicologia e orientação vocacional, onde foram integrados 305 novos profissionais, em equivalente a tempo integral. É neste eixo que se enquadram ainda os apoios à digitalização da educação que se traduziram na disponibilização às escolas de 174.209 computadores que foram entregues aos alunos mais carenciados e 83.662 a docentes, bem como pela formação destes últimos em competências digitais. A “Avaliação Temática de Impacto sobre as Medidas de Apoio à Digitalização da Educação”, concluída pelo PO CH em 2023 concluiu que o programa foi decisivo para acelerar a transformação digital nas escolas, garantindo maior equidade no acesso a ferramentas e conteúdos digitais. Verificou-se elevada adesão ao programa Escola Digital e um aumento expressivo do uso de ferramentas digitais. Sobre os apoios relativos à transição digital, apesar de os vários indicadores terem sido globalmente cumpridos importa referir duas notas relativas a dois deles que ficaram aquém. Em particular o indicador Valor do equipamento informático/ licenças financiados» (para regiões menos desenvolvidas, apesar da expetativa de se poder atingir a meta, de facto os constrangimentos associados a uma diminuição do número de alunos ASE levou a que, quer o número de equipamentos distribuídos, quer o valor dos equipamentos, fiquei aquém da meta, embora muito perto de se atingir. De facto, assistiu-se, por um lado, a uma redução do número de alunos com os escalões A e B de ASE - aqueles que foram priorizados na intervenção – uma vez que entre o ano que serviu de referência para a baseline e o ano de implementação da medida,
--	--	---

		registraram-se cerca de menos 7200 alunos nessas condições. Por outro lado, a não aceitação dos equipamentos em causa por parte de alguns encarregados de educação de alunos que poderiam ter direito ao mesmo, sempre que os mesmos são menores (como acontece em regra) teve também algum impacto nos indicadores em causa. Em síntese, em relação ao indicador de resultado relativo ao número médio de alunos por computador (Menos desenvolvidas) –tal como no caso do indicador de realização associado. a meta prevista terá, assim, sido sobrestimada face ao universo de alunos ASE do ensino secundário, considerando ainda os que não aceitaram o equipamento, apesar de terem direito à partida ao mesmo, pelas razões referidas. Todos os projetos diferenciados que concorram para a qualidade e inovação do sistema de ensino foi neste eixo que encontraram lugar. É o caso do apoio ao alinhamento das escolas com ensino profissional com o sistema europeu de qualidade para a educação e formação profissional (EQAVET), os apoios prestados aos Clubes Ciência Viva nas escolas das regiões elegíveis ou ao Plano 21 23 Escola +, para recuperação das aprendizagens, alguns exemplos de um diversificado leque de projetos apoiados. Apostou em medidas de intervenção preventivas ou precoces na promoção do sucesso escolar, no quadro, designadamente, do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) ou da generalização do sistema de certificação e qualidade do ensino profissional e de educação e formação (EQAVET). Estas duas medidas reforçaram, aliás, o alinhamento do PO CH com a conjuntura nacional e as metas da Europa 2020 para a área da qualificação. Outros ajustamentos estratégicos foram efetuados neste Eixo nesta reprogramação, como a eliminação da Tipologia Autonomia das Escolas. Na reprogramação de 2020 registou-se um forte reforço da dotação deste eixo (mais do que duplicando a mesma com um acréscimo de mais de 100 M€) para apoiar da nova tipologia CR11 – Transição Digital da Educação - financiando novos computadores, com conectividade, para alunos com ação social escolar no ensino secundário em escolas públicas do Norte, Centro e Alentejo e ainda, para os do ensino básico que frequentavam escolas públicas de Lisboa e Algarve, , bem como para docentes ao serviço das escolas públicas de todo o território continental. As Tipologias de operação do eixo 4 estão, assim, associadas a projetos de financiamento que assumem características inovadoras no contexto deste domínio temático. Por essa razão e de uma forma global, as mesmas foram implementadas mais tardiamente porque exigiram trabalho mais complexo de preparação de concursos e articulação com vários stakeholders. nomeadamente as 24 operações de Inovação Social, geridas pelo OI - EMPIS, 6 no âmbito da Qualidade e eficiência do sistema de educação e formação para a promoção do sucesso escolar, com particular destaque para as três que financiaram o PNPSE e as restantes 3 que apoiaram operações focadas, por exemplo, no apoio ao processo de flexibilização e autonomia curricular nas nossas escolas, ou ações tão distintas como o apoio ao Plano Nacional de Leitura, os clubes Ciência Viva nas escolas e o apoio ao alinhamento das escolas com ensino profissional com os princípios do quadro europeu para a qualidade dessa formação (EQAVET) . No que se refere aos indicadores específicos de realização, o indicador docentes apoiados nas ações acreditadas dirigidas à formação contínua em didática específicas passou a designar-se participantes apoiados em ações de formação de
--	--	--

		docentes e outros agentes de educação e formação porque pretendeu abranger não só docentes, cuja formação relevante não se cinge às didáticas específicas e porque se considerou que a alavancagem da qualidade e do sucesso escolar não deve ser promovida apenas pelos docentes mas por todos os agentes educativos. O indicador pretendeu assim abranger formadores, psicólogos, tutores de formação em contexto de trabalho, pela sua reconhecida importância na elevação da qualidade da formação ministrada. O indicador participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação registou, conforme já referido, mais de 285 mil participações tendo ultrapassado a meta prevista de 205 mil participações. Relativamente ao indicador específico de resultado participantes que concluíram ações de formação contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação o nível de alcance foi de 96.2%, para uma meta em 2023 de 95%. No eixo 4, o indicador novos psicólogos em equivalente a tempo integral, registou uma execução de 102%, com um rácio de alunos por psicólogo numa importante trajetória de descida, cumprindo por larga margem a meta de resultado preconizada para 2023. O rácio de alunos por psicólogo atingiu os 811 alunos, muito abaixo da meta estabelecida de 1140. Alguns dos exemplos dos bons projetos apoiados podem ser conhecidos por via do apoio ao Plano de Transição Digital da Educação, como o programa Make Code – Programa o teu futuro, ou com o projeto “À Barca”, do Teatro do Bolhão, que trabalha desde 2018 com Língua Gestual Portuguesa, envolvendo alunos do ensino básico em 17 Agrupamentos de Escolas da região Norte, obras encenadas a partir do Plano Nacional de Leitura (www.youtube.com/watch?v=V6aY1aCGsL8)
5	Assistência Técnica	Este eixo financiou essencialmente o apoio da SGECE ao funcionamento da AG, bem como a gestão delegada nos 3 organismos intermédios (OI) ou à entidade que prestou o apoio administrativo a esse OI (no caso da EMPIS, a ADC). As operações deste eixo permitem suportar todas despesas necessárias para assegurar as funções de gestão controlo, comunicação e avaliação que cabem diretamente à AG do POCH, através do seu Secretariado-Técnico assim como para apoio ao exercício das competências delegadas nesse contexto aos OI deste PO – o IGeFE, a ANQEP e a EMPIS. Este apoio foi, assim, fundamental para assegurar melhores condições de eficácia e eficiência na implementação do POCH, inserindo-se ainda nesse contexto as diversas ações que visam reforçar a capacitação institucional dos nossos beneficiários e outros parceiros, incluindo os parceiros sociais e associações representativas desses beneficiários. São também enquadradas neste eixo diversas de ações de informação, divulgação e promoção do POCH como os eventos anuais, o Roteiro Capital Humano ou plataforma E-volui - mostra de educação e formação, para dar alguns exemplos. Este eixo financiou também o desenvolvimento dos estudos de avaliação, quer coordenadas por este PO, quer por entidades parceiras, maioritariamente ligadas às políticas públicas na área da educação/formação. O contributo do POCH é relevante para a consolidação de uma cultura de avaliação e para um maior e melhor conhecimento sobre as políticas públicas de educação e formação financiadas.

		O Eixo 5 atingiu no final de 2023, uma despesa validada de 34M€ (FSE), perfazendo uma taxa de execução de 110%, fruto de 14 candidaturas aprovadas, nos 2 concursos realizados. Apresenta como indicadores de realização, o número de ações de acompanhamento no local e o número de avaliações produzidas. Em sede de reprogramação de 2018, ambos os indicadores de realização sofreram alterações. Esta alteração teve em conta o número esperado de candidaturas a serem aprovadas até ao final do período de programação, tendo em conta a prossecução do princípio da proporcionalidade. No que concerne ao indicador número de avaliações produzidas, considerando que as diferentes atualizações dos planos de avaliação do PO CH, foram concluídas a realização das 5 avaliações temáticas que constavam na meta de 2023. Sendo que na realidade uma das avaliações temáticas em causa foi desdobrada em dois exercícios de avaliação, um focado na avaliação do contributo dos fundos europeus para a qualificação dos adultos empregados à entrada para as ações de formação apoiadas e outra focada na qualificação dos adultos desempregados ou inativos no momento em que realizaram a sua formação financiada pelos fundos. Considerando as ações de acompanhamento no local concluídas até 31/12/2023, o valor encontra-se nas 488, ultrapassando largamente a meta de 2023, de 280 VL, tendo também em conta que foram consideradas as realizadas pelos OI's. O indicador específico de resultado relativo à despesa coberta pelas ações VL registou um valor de 4,2% (abaixo da meta de 6%), refletindo a natureza muito dispersa da despesa financiada pelo Programa por um elevado número de operações, muitas delas de limitada dimensão financeira. Limite de caracteres: 10500
--	--	--

11.2. Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspetiva do género nos programas operacionais e nas operações

O POCH assegurou a realização de ações específicas de aplicação dos princípios horizontais e transversais considerados no artigo 7.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 na sua programação, implementação, monitorização e avaliação, destacando-se as seguintes ações de carácter transversal:

- i) Incorporação desses princípios através da operacionalização (via *checklist* adaptada da OT 3/2020 da AD&C) de um critério de seleção na aferição do mérito relativo das candidaturas ao PO, que passa pela verificação da existência de instrumentos/ mecanismos nas entidades beneficiárias e projetos candidatos para assegurar a aplicação desses princípios;
- ii) Adoção de medidas de discriminação positiva das candidaturas em matéria de igualdade de género para efeitos de desempate entre candidaturas, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabeleceu as regras gerais de aplicação dos FEEI e estipulou uma valorização daquelas que têm a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções na entidade candidata (medida, no entanto, não mobilizada por ausência de necessidade de aplicação);
- iii) Aplicação de medidas de discriminação positiva em matéria de igualdade de oportunidades no financiamento das operações, em conformidade com as regras nacionais aplicáveis às tipologias formativas financiadas - por exemplo,



nos cursos profissionais quando os alunos abrangidos pela Educação Inclusiva integram a turma, a redução do valor do subsídio por turma aplica-se quando esta tem um número inferior a 14 alunos e não 22;

iv) Incorporação no seu CA de um representante da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e um de ONG promotora dos direitos das pessoas com deficiências e incapacidades (Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres - PpDM), ambos com direito de voto;

v) Implementação de processos de monitorização de indicadores sistematicamente desagregados por género.

Ações específicas assentes nestes princípios desenvolvidas na estratégia de comunicação do PO:

i) Disponibilização de acesso a informação a pessoas com deficiência(s), nos materiais de comunicação e eventos, prevendo a recolha de informação sobre essas necessidades nos formulários de inscrição dos eventos e disponibilizando apoio específico durante a organização;

ii) Seleção de locais de eventos com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida;

iii) Adoção de uma linguagem escrita e visual que permite distinguir a informação referente ao género, nos materiais de divulgação;

iv) Adoção de uma linguagem não discriminativa com base na raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, na produção de informação e conteúdos;

Não obstante o respeito pelos princípios acima referidos, o reporte de indicadores referentes a grupos desfavorecidos, em particular os ICC CO16 e CO17 não foi passível de ser realizado, pois a AG não dispôs de autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados para recolher esses dados sensíveis.

Limite de caracteres: 3500

11.3. Desenvolvimento sustentável

Os apoios à formação e qualificação de jovens e adultos, concedidos pelo Programa, integram ações de formação ou componentes no quadro das mesmas de carácter transversal cada vez mais sensíveis à integração do tema do desenvolvimento sustentável nas estruturas curriculares ou modulares dos cursos, na medida em que estas intervenções além de concorrerem para o combate ao abandono escolar precoce e para o aumento das qualificações da população adulta, são determinantes para desenvolver um maior ajuste das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e à economia verde, contribuindo para uma economia mais sustentável e com menores emissões de carbono.

Num contexto do desenvolvimento sustentável muitos setores tendem a utilizar novos produtos e processos, apostando em tecnologias mais limpas e mais eficientes, obrigando a uma maior qualificação e especialização dos trabalhadores, o que implica necessariamente investimento em formação e qualificação profissional. Por esta via, os apoios do POCH contribuíram para responder à necessidade de qualificar o capital humano face aos desafios do crescimento verde, uma vez que os requisitos técnicos da eficiência energética, da produção de energias renováveis, da adaptação às alterações climáticas, da eficiência no uso dos recursos (água, minerais,



biodiversidade) traduzem-se em crescentes necessidades de formação profissional face às evoluções nesses domínios, onde tendem a surgir novas oportunidades de empregabilidade.

No contexto do desenvolvimento sustentável e da economia circular aplicou-se ainda o tema secundário do FSE: “Apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono e eficiente em termos de recursos”, relativamente ao qual o POCH reportou sempre que contribui para este tema secundário.

No ponto seguinte apresenta-se uma explanação exaustiva desse contributo do PO, que reflete principalmente o apoio à qualificação de pessoal ao nível das seguintes áreas:

- i) Promoção de energias renováveis;
- ii) Eficiência energética e energias renováveis nas empresas;
- iii) Eficiência energética e energias renováveis nas infraestruturas públicas e na habitação;
- iv) Sistemas de distribuição inteligentes em baixa e media tensão;
- v) Estratégias de baixa emissão de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas incluindo a mobilidade urbana sustentável.

Alguns exemplos que testemunham o investimento mais direto nestas áreas são a Formação em energias renováveis e sistemas térmicos: no âmbito dos Cursos Vocacionais, Profissionais e de Aprendizagem, vocacionados para Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Térmicos e de Energias Renováveis que qualificaram jovens e adultos para o setor, ampliando o número de profissionais aptos a instalar e manter sistemas que reduzem emissões e promovem o uso racional da energia.

No ensino superior, podem ser dados exemplos na tipologia dos Cursos TESP em Energias Renováveis, Tecnologia Alimentar, Prospeção Mineral e Geotécnica, Gestão e Qualidade Ambiental formaram técnicos superiores capazes de gerir projetos inovadores que favorecem a eficiência de recursos, segurança alimentar e excelência ambiental.

Limite de caracteres: 3500

11.4. Informação sobre o apoio consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas

O apoio do POCH consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas pressupõe uma metodologia de apuramento que se cruza com o contributo do PO para o Tema Secundário de *Adaptação às alterações climáticas*. Para este contributo concorrem os Eixos 1, 2 e 3 do POCH.

Do ponto de vista metodológico foram consideradas duas categorias de operações: as operações formativas e as bolsas (bolsas ensino superior e bolsas de formação avançada)

Verificaram-se os cursos cujas áreas de formação (CNAEF e FRASCATI) estão contidas na listagem predefinida como relevante para a matéria das alterações climáticas – listagem essa definida no âmbito da rede de Monitorização e Avaliação do PT2020.

A metodologia consistiu em verificar a proporção de participantes/volume de formação/bolsas que nas operações com áreas de formação selecionadas como concorrendo para o tema secundário 1, efetivamente frequentaram um desses cursos e a partir dessa mesma proporção, estimar o valor com o qual o PO contribui para a questão das alterações climáticas. Nesta estimativa, foram considerados cursos que integraram operações com cursos não relacionados com o Tema Secundário I. O Eixo 1 alimenta o objetivo da promoção do sucesso educativo e do combate ao abandono escolar através da promoção da formação profissional, melhorando as capacidades de empregabilidade esperada. As ações apoiadas procuram responder a perfis de formação diferenciados em linha com economia digital, a economia azul, o turismo e a economia circular, mobilizando os fundos para atingir os objetivos das alterações climáticas. Neste Eixo, o investimento total elegível ascendeu a cerca de 2.115M€ (1.797M€ FSE), correspondendo a uma taxa de investimento no tema das alterações climáticas de 18,6%. Refira-se que foram

consideradas para o apuramento operações dos Cursos Vocacionais, Cursos de Educação e Formação de Jovens e Cursos Profissionais.

No que se refere ao Eixo 2 foram analisadas quer as ações formativas – Cursos TeSP - quer as Bolsas de Ensino Superior e Formação Avançada. No que se refere às ações formativas, os cursos TeSP contribuíram com 3M€ (2.6M€ FSE), o que corresponde a 0,52% do investimento total elegível do Eixo. Relativamente às Bolsas, o investimento no tema da adaptação às alterações climáticas ronda os 81M€ (69M€ do FSE), o que corresponde a 13,47% do investimento total elegível do Eixo. No total, a formação ministrada no Eixo 2, contribuiu para o tema das alterações climáticas com um montante que ascende a 84M€ (72M€ do FSE), isto é 14% do valor do Eixo. De acordo com os objetivos traçados para este Eixo, foi promovida uma cultura de iniciativa e diversificação de saídas profissionais dos doutorados, em domínios alinhados com as prioridades definidas, nomeadamente a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, a energia, a economia azul, a economia circular, a saúde e as ciências da vida.

O Eixo 3, que apoia a formação de adultos, teve como um dos seus objetivos transversais, a promoção da adaptação às alterações climáticas pelo que foram também analisadas as ações formativas apoiadas, designadamente os Cursos de Aprendizagem e os Cursos de Educação e Formação de Adultos. Conclui-se que para um investimento total elegível no Eixo de 765M€, 16% apoiou ações de formação que contribuem mais diretamente para a promoção da adaptação às alterações climáticas, o que corresponde a um financiamento de 135M€ (115M€ FSE).

Limite de caracteres: 3500

11.5. Contributo dos parceiros para a execução do programa

A AG procurou aprofundar o envolvimento dos parceiros na implementação do PO, quer na lógica da governação multinível, quer na lógica da colaboração institucional e capacitação dos mesmos, através de diferentes tipos de ações. A governação multinível foi promovida envolvendo os mais relevantes *stakeholders* nas principais decisões sobre o PO, em particular no âmbito do Comité de Acompanhamento e nos grupos de acompanhamento das avaliações que integraram o Plano de Avaliação do Poch.

A governação multinível também se operacionalizou através da Rede para a Educação e Qualificação, coordenada pelo PO e em cuja que se discutiram e ponderaram soluções comuns no Domínio do Capital Humano. Esta Rede foi constituída pelos POR, o PO ISE, a ANQEP e a AD&C (esta enquanto observador), sendo que sempre que a agenda o justificou, estiveram presentes outros organismos relevantes. Esta articulação revelou-se positiva ao permitir o alinhamento dos vários atores nas questões estratégicas e a definição conjunta de soluções.

No que se refere à colaboração institucional na execução do PO, a AG procurou assegurar o envolvimento dos parceiros, no lançamento dos concursos para apresentação de candidaturas e no acompanhamento das operações, através designadamente das suas associações representativas. A colaboração institucional passou ainda pelo envolvimento dos mesmos nas ações de comunicação que dinamizamos ou em que participámos.

Todas as avaliações do Poch foram seguidas pelos Grupos de Acompanhamento constituídos para o efeito, dos quais fizeram parte os principais *stakeholders* das políticas em avaliação, os PO intervenientes e parceiros sociais. Os produtos das avaliações concluídas foram em regra apresentados ao Comité de Acompanhamento do Programa.

O PO promoveu diversos eventos de divulgação dos resultados finais das avaliações para o público em geral, em parceria com media partners, para disseminação das evidências dos estudos realizados, como foi o caso do Impacto+ – Evento anual do Poch no ano de 2022, ou da avaliação Intercalar do Poch, com a apresentação dos resultados finais realizada em 2023, na reitoria da UNL.

No que se refere ao vetor da capacitação, o PO CH fez uma aposta relevante nessa matéria com uma dotação indicativa de 1,5 milhões de €/FSE para esse efeito. Essa ação passou pelo apoio a mostras, seminários, workshops e outro tipo de eventos e por ações nas quais a AG promoveu a divulgação junto dos beneficiários promovendo a sua capacitação para reforço da gestão e controlo das operações apoiadas.

O PO dinamizou a E.volui-mostra de educação e formação desde maio de 2021, depois do cancelamento em 2020, das feiras Qualifica e Futurália devido ao COVID 19, sendo que marcou presença entre 2016 e 2019 nessas feiras. O Programa concretizou esta mostra com o mesmo objetivo dessas feiras, visando a promoção e divulgação das medidas apoiadas ao nível da formação de jovens e da aprendizagem ao longo da vida, bem como dos resultados alcançados com o investimento realizado, mas com um modelo diferente, assente num suporte digital, dando assim visibilidade a mais de 42 entidades e projetos.

Relativamente aos parceiros sociais, o apoio à capacitação dos que têm assento na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS) e dos parceiros da economia social, membros do Conselho Nacional para a Economia Social, com recurso ao FSE, foi assegurado exclusivamente pelo PO ISE, para evitar riscos de duplo financiamento, dessas atividades, por outros PO cofinanciados pelo FSE.

Limite de caracteres: 3500

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a) e b), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na implementação do plano de avaliação e seguimento dado às conclusões das avaliações

A avaliação no Portugal 2020 teve o seu referencial de orientação e planeamento no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) e nos Planos de Avaliação dos Programas Operacionais, em linha com as disposições do Regulamento Comunitário e da Legislação Nacional.

O estabelecimento do cronograma das avaliações considerou o período necessário para a produção de efeitos das intervenções (no caso das avaliações de impacto), as necessidades de análises aprofundadas para potenciais ajustamentos dos programas (atuais e futuros) e as necessidades de reporte.

De forma a garantir a adaptação ao ritmo de implementação dos Programas e a necessidades emergentes, o PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO foram sujeitos a revisões anuais, até ao ano de 2021. Este processo de revisão foi sempre articulado, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação, participada pelas Autoridades de Gestão dos PO, pela Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, pela Comissão de Coordenação do FEAMP e pela AD&C, que a coordenou, sendo os Planos submetidos à apreciação e aprovação da Comissão Ministerial de Coordenação do PT 2020 e dos Comitês de Acompanhamento dos PO, respetivamente.

Face ao previsto na versão em vigor do PGA PT2020 e do Plano do POC, foram implementadas a generalidade das avaliações programadas. Salienta-se, no entanto, que a Meta-avaliação do PGA PT2020 foi realizada através da colaboração prestada pelo *Evaluation Helpdesk* da DG Regio, que apresentou, na reunião da Rede de Monitorização e Avaliação, em março de 2023, as principais conclusões da revisão às avaliações realizadas, feita no âmbito das competências daquele *Helpdesk*, incidindo sobre os aspetos da qualidade técnica das avaliações.

Importa ainda referir que, apesar da não realização da Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Europa 2020 e o Programa Nacional de Reformas, os Estudos de Avaliabilidade dinamizados pela AD&C incluíram uma componente de avaliação relativa ao contributo do Portugal 2020 esse efeito, tendo produzido resultados relevante em dois domínios (e respetivas meta da EE2020): Competitividade e Internacionalização (investimento em I&D), e Capital Humano (diminuição do abandono escolar precoce).

Uma vez que o PGA PT2020 e o PA do POCH colocam grande enfoque nos princípios da utilidade, transparência e aprendizagem, importa referir que a implementação das avaliações não se esgotou com a realização das mesmas. Para efeito de divulgação e discussão dos seus resultados e para além da sua apresentação aos Comitês de Acompanhamento dos PO, as avaliações foram, por regra, objeto de divulgação pública alargada, através de sessões públicas que visam promover a divulgação e, sobretudo, uma discussão mais ampla dos seus resultados. Neste contexto, destacamos a realização, na fase final do POCH, as seguintes sessões:

- Apresentação pública e divulgação dos resultados da Avaliação Intercalar do Programa Operacional Capital Humano, 24 de fevereiro de 2023, no Auditório da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa;
- Apresentação pública e discussão dos resultados da Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a digitalização da educação, no âmbito do evento “Trajetórias passadas, rumos futuros: O lugar das PESSOAS na era digital”, 17 de outubro de 2023, na Escola Secundária Sebastião e Silva, em Oeiras.

Importa ainda referir, a realização do “Seminário de Avaliação dos Fundos Europeus - dos Resultados do 2020 ao Plano de Avaliação do 2030”, organizado pela AD&C no dia 20 de outubro de 2023, no Auditório da CCDR Alentejo, em Évora, e centrado na aprendizagem do ciclo avaliativo de 2014-2020 e na forma de potenciar a utilidade e o uso das avaliações, e como essa aprendizagem se refletiu na definição da estratégia de avaliação dos Fundos no ciclo período de programação 2021-2027. De notar que a Autoridade de Gestão foi convidada a intervir num dos painéis do mesmo. Em 2023 foi também apresentada a avaliação da Estratégia Nacional para o Mar.

Em respeito dos princípios acima enunciados, o processo avaliativo conclui-se, em regra, pelo acompanhamento da implementação das recomendações produzidas pelas avaliações (*follow-up*). O PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO previam um circuito e conjunto de procedimentos para este processo de *follow-up*, que passavam, resumidamente, pela:

1. Sistematização das recomendações e encaminhamento para as entidades responsáveis pela sua implementação.
2. Reação dessas entidades às recomendações que lhes são dirigidas incluindo, quando assim entendam, um plano de ação para a sua implementação.
3. A monitorização do processo de *follow-up*, designadamente da implementação das recomendações.

Para este efeito foi desenvolvido um modelo de *follow-up* dos resultados das avaliações, materializado num documento complementar ao PGA PT2020 – Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*). Este modelo permitiu fazer o seguimento das recomendações da generalidade das avaliações realizadas.

Note-se ainda que muitas das recomendações assumem um carácter iminente estratégico e prospetivo, sendo nesses casos categorizadas como “aceites para conhecimento”. Nesse sentido, ainda que o processo de *follow-up* não o traduza diretamente, essas recomendações foram relevantes na programação e na configuração dos instrumentos de política pública. Por outro lado, as recomendações categorizadas com “aceites para *follow-up*” tendem a ter um cariz mais operacional. Dado o desfazamento temporal, o momento em que são produzidas as recomendações e a realidade observada nas avaliações, em vários casos as recomendações produzidas estavam já implementadas ou com implementação em curso quando foi desencadeado o processo de *follow-up*. Refira-se ainda que o número de recomendações não aceite é bastante reduzido, o que reflete o processo participado de discussão dos resultados das avaliações (para informação mais detalhada, ver Relatório Síntese dos Resultados das avaliações do PGA PT2020, disponível no site do Portugal2020).

A este nível é possível apresentar elementos de aprendizagem quanto ao processo de *follow-up*, destacando-se i) a necessidade de recomendações mais objetivas, melhor fundamentadas e com claro destinatário, reforçando a probabilidade de apropriação e implementação, ii) a necessidade de um maior envolvimento e comprometimento dos *stakeholders* – incluindo decisores políticos, entidades e agências públicas com responsabilidade direta no

desenho e implementação das políticas – nas etapas de planeamento e desenho das avaliações, para que as estas reflitam adequadamente as suas preocupações e necessidades de conhecimento e, consequentemente, uma maior apropriação do processo avaliativo e dos seus resultados, e iii) que o acompanhamento das conclusões e recomendações assente num processo e mecanismos de cariz mais interativo e colaborativo (in Relatório Síntese dos Resultados das avaliações do PGA PT2020).

Limite de caracteres: 7000

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a formação avançada - Avaliação Baseada na Teoria

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☐

FC

☐

FSE

☒

IEJ

☐

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2018

Tipo da avaliação *:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s) *:

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

- i) Avaliar a eficácia e impacto do apoio do FSE à FA;
- ii) Explicar os efeitos observados a partir das intervenções apoiadas no QREN/PT2020 e compreender em que medida o caminho no PT2020 é o mais adequado para potenciar os impactos.
- ii) A Avaliação é orientada por critérios de relevância, eficácia, eficiência, impacto e VAE das intervenções apoiadas através do Programa Operacional Potencial Humano [POPH/QREN] e PT2020 (através do POCHE e dos PO Regionais NORTE2020, CENTRO2020 e ALENTEJO2020).

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

A análise das realizações e dos resultados permitiu concluir que existe um desempenho positivo nos planos da relevância, da eficácia, da eficiência, dos impactos e do VAE. Sem prejuízo disso, a avaliação permite confirmar a persistência de dificuldades de transição entre o ciclo longo que caracterizou a implementação deste tipo de apoios ao longo das últimas décadas e a incorporação das novas prioridades introduzidas pela programação do PT2020,

designadamente no que respeita às apostas de aumento do potencial de valorização económica e social do conhecimento produzido (i.e. fomento de uma orientação *market-driven* para estes processos) e de promoção de um maior ajustamento do perfil profissional dos recursos humanos beneficiários dos apoios concedidos às necessidades de mercados de trabalho que se pretendem cada vez mais amplos e diversificados (com claro destaque para os designados mercados de trabalho não académicos). Na perspetiva dos avaliadores, são essas prioridades que deverão merecer especial centralidade nas decisões de afetação futura dos FEEI, tanto no atual período de programação como, previsivelmente, entre 2021 e 2027. Por seu turno, a nível da política pública mais global, considera-se pertinente assegurar que as mesmas não invalidam a prossecução de outras orientações igualmente pertinentes para o desenvolvimento científico e tecnológico do país e que, tendencialmente, deverão ter noutros meios que não os FEEI a sua principal fonte de financiamento.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

Foram apresentadas 19 recomendações, das quais 9 encaminhadas para conhecimento e 10 para reação dos destinatários. De acordo com as respostas dos destinatários, 3 recomendações estava, total ou parcialmente implementadas, 2 em curso e 1 prevista implementar no futuro. 2 recomendações não foram implementadas e para 2 recomendações não foi disponibilizada informação de resposta suficiente. Follow-up concluído em julho de 2021.

Das recomendações remetidas para *Follow-up*, as dirigidas à FCT foram respondidas tendo todas sido aceites, verificando-se uma adequação das medidas implementadas àquilo que foram as considerações do processo da avaliação. Os POR Regionais e a DGEEC não deram resposta. As recomendações para estes destinatários propunham medidas para prevenir a endogamia na seleção dos bolseiros, definir metas e indicadores de realização e resultado, criar instrumentos de política para enfrentar constrangimentos no emprego científico e promover a monitorização dos recursos humanos com Formação Avançada e das suas trajetórias profissionais.

No seguimento da avaliação, realizaram-se três ações associadas ao seu follow-up:

I) Apresentação das conclusões e recomendações do Estudo num Seminário na Universidade de Aveiro, que se realizou no dia 13 de fevereiro 2019 e que contou com a intervenção do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Manuel Heitor, bem como de outros relevantes *stakeholders* na área da formação avançada: Reitor da Universidade de Aveiro, Presidente da Associação de Bolseiros de Investigação Científica, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Faculdade de Engenharia/Universidade do Porto.

II) Apresentação do Estudo na reunião da Rede de Avaliação do FSE, realizado em 6 de junho 2019, em Dublin, a convite da AD&C, que contou com a presença da Comissão de autoridades de gestão e coordenação dos FEEI.

III) O início do processo de follow-up de acordo com o previsto no documento complementar ao PGA PT2020 – Orientações para o acompanhamento da implementação das recomendações das avaliações do Portugal 2020 (*follow-up*), nomeadamente a sistematização das conclusões e recomendações das avaliações concluídas, pela AD&C, para efeitos de encaminhamento para a entidade responsável pela avaliação e/ou para outras entidades responsáveis pela implementação das recomendações.

O relatório final, sumário executivo e infografia encontram-se disponíveis no *website* do Poch para efeitos de disseminação e potencial exploração de resultados.

Limite de caracteres: 2500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do contributo dos FEEI para as dinâmicas de transferência e valorização do conhecimento - Avaliação Baseada na Teoria.

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☒

FC

☐

FSE

☒

IEJ

☐

FEADER

☒

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2018

Tipo da avaliação *:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s) *:

☒

01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

☐

02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

☒

03. Reforçar a competitividade das PME

☐

04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

Identificar e explicitar o impacto dos Fundos Estruturais e de Investimento (FEEI), em particular do QREN, na promoção da transferência e valorização do conhecimento (TVC), descrevendo os mecanismos causais de produção desses impactos e explicitando os processos de mudança.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

Os fundos estruturais ajudaram a reforçar as dinâmicas transferência e valorização de conhecimento no país ao longo de todo o ciclo de inovação e contribuíram efetivamente para o desenvolvimento e consolidação dos sistemas regionais e nacional de inovação, reforçando as redes relacionais entre os seus atores.

No que concerne às Bolsas de Doutoramento Empresarial (BDE), no contexto do POUCH, a avaliação conclui que a procura das BDE revelou-se baixa ao longo do período do QREN e não encontrou eco de melhoria no PT2020 e recomenda redesenhar o instrumento com critérios de mérito que discriminem positivamente as especificidades desta tipologia de bolsas no concurso geral de bolsas de doutoramento, valorizando positivamente os programas de trabalho nos quais esteja evidenciada a articulação com potenciais beneficiários do conhecimento produzido, empresas ou outras organizações. Coloca ainda para ponderação a abertura de concursos específicos para a atribuição de BDE. Por outro lado, refere que a realização de BDE poderá ter alguma medida associada à contratação, com os dois primeiros anos a beneficiarem de bolsa de investigação e os últimos estarem associados a um contrato de trabalho na empresa.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

Follow-up concluído. O ponto de situação da implementação das recomendações reflete as respostas obtidas junto ANI e FCT (incluindo a sua participação nas recomendações dirigidas à Rede Ciência), cuja participação foi ativa e deu origem a 10 planos de ação. Das 55 recomendações:



- 13 foram aceites e encaminhadas para conhecimento e respetivas entidades destinatárias: GT2030 (10) | AD&C (1) | Rede SI (2) | Rede Ciência (1)
- 42 foram aceites e encaminhadas para follow-up e respetivas entidades destinatárias: Rede SI (23) | Rede Ciência (16) | ANI (8) | FCT (4) | POR (2)
Dessas foram Implementada: 9 | Parcialmente implementada: 7 | Implementação em curso: 3 A implementar no futuro: 5 | Não implementada: 2 | Sem informação: 16
Limite de caracteres: 2500

Estado da avaliação *:

E – Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação da implementação da estratégia nacional e regional de investigação para uma especialização inteligente (RIS3): Rede, realizações e resultados esperados.

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☒

FC

☒

FSE

☐

IEJ

☐

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2019

Tipo da avaliação *:

Impacto

☐

Processo

☒☐

Ambas

Objetivo(s) temático(s) *:

- ☒ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☒ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção de gestão de riscos
- ☐ 06. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 07. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 08. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☒ 09. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 10. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 11. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 12. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

Produzir aprendizagens sobre a adequação do modelo de operacionalização da RIS3 do PT2020:

- i) Avaliar se a integração das ENEI/EREI na implementação do PT2020 alcança os objetivos esperados ou a criar condições para tal.
- ii) Avaliar a arquitetura e dinâmica das ENEI/EREI.
- iii) Avaliar a de implementação, a adequação e a eficácia do modelo de governação.
- iv) Explicitar como as intervenções da RIS3 produzam os efeitos esperados.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

Centralidade dos FEEI na implementação das ENEI/EREI. As TO para as quais o enquadramento ENEI/EREI é condição de admissibilidade permitem concluir pela elevada importância dos FEEI na implementação dos objetivos destes referenciais estratégicos, podendo afirmar-se que sem o contributo dos FEEI, tais instrumentos de teriam uma expressão muito reduzida

Os apoios ao Empreendedorismo Qualificado e Criativo surgem dissociados dos processos de descoberta empreendedora, não distinguindo os projetos gerados em contexto de variedade relacionada (aqui o alinhamento com a RIS3 é pelo mérito). A avaliação reconhece o contributo da RIS3 para (i) o reforço do crescimento inteligente (através do reforço e seletividade de dinâmicas anteriores em matéria de I&DT empresarial) e para (ii) a intensificação das práticas colaborativas. Quanto aos (iii) efeitos na progressão na cadeia de valor, o contributo é mais interrogado, já que nem sempre o reforço da intensidade colaborativa ocorre em ambiente de variedade relacionada (os programas mobilizadores constituem a evidência mais segura de variedade relacionada). Finalmente, do ponto de vista da territorialização poderá afirmar-se que as EREI correspondem a efetivas “agendas de transformação económica regional de tipo place-based”, considerando a situação de transição de múltiplas NUTS III em termos de esforço tecnológico (despesas de I&D), ainda que com maturação heterogénea e “gaps” de ritmo e alcance das transformações em curso nos territórios.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

Foram apresentadas 22 recomendações:

16 recomendações foram aceites e encaminhadas para follow-up e respetivas entidades destinatárias Ponto de situação da implementação das recomendações: Implementada: 8| Parcialmente implementadas: 0 Implementação em curso: 0| A implementar no futuro: 5| Não implementada:3:

Follow-up concluído, a partir das respostas obtidas junto das CCDD / AG POR.

Recomendações

Domínios prioritários: maior esforço de formulação dos domínios diferenciadores em termos de capacidade de inovação, através de: (i) avaliação de domínios com menor notoriedade em investimento aprovado, revendo a sua indicação ou dinamizando a procura; (ii) exigência de identificação de variedade relacionada, como no turismo e património simbólico e cultural; (iii) afinamentos de conteúdo e designação dos domínios para melhor comparação nacional e regional; (iv) aproximação dos domínios tecnológicos às nomenclaturas de registo de patentes.

Variedade relacionada: (i) estruturar processos estimuladores de EDE nos domínios ENEI com maior dinamismo de procura; (ii) destacar projetos com marcas de incremento da variedade relacionada e efeitos de progressão na cadeia de valor.

Maior incorporação do “policy mix”: (i) majoração de apoios para articulação com outros programas e políticas; (ii) especificação das articulações a promover; (iii) apoio à capacitação para participação em redes internacionais e programas comunitários; (iv) simplificação de tipologias de Prioridades de Investimento e instrumentos de política pública com enquadramento ENEI/EREI; (v) intensificação de “avisos específicos” com foco em exemplos demonstradores de variedade relacionada; (vi) promoção de projetos valorizando ativos de territórios de baixa densidade com incorporação de conhecimento.

Estratégias de eficiência coletiva e regional: reforço da programação, com atenção ao instrumento clusters nos domínios prioritários ENEI/EREI.

Modelos de governação: (i) completamento da ENEI e criação de condições para governação das EREI articulada com cada SRI; (ii) reforço das equipas técnicas de acompanhamento das EREI e análise de projetos, com maior especialização.

Monitorização: (i) acelerar processos para permitir correções de trajetória; (ii) integrar nos processos elementos sobre (a) participação de stakeholders regionais em programas de financiamento, (b) painéis de projetos estruturantes e indicadores abrangentes, (c) cálculo de projetos enquadrados nos domínios prioritários EREI onde RIS3 é critério de mérito.

Limite de caracteres: 2500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens - Avaliação Baseada na Teoria e Avaliação Contrafactual.

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☐

FC

☐

FSE

☒

IEJ

☐

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2021

Tipo da avaliação *:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s) *:

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Identificar em que medida as intervenções do PT2020 contribuem para aumentar o sucesso educativo, reduzir o nível de abandono escolar, cumprindo a meta inscrita no PNR, potenciando a empregabilidade dos jovens apoiados, tendo em consideração que as diferentes modalidades formativas apoiadas pelos fundos são de dupla certificação (escolar e profissional), avaliando o grau de relevância, eficácia, eficiência, impacto, sustentabilidade e valor acrescentado dos apoios concedidos no PT2020.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

Existe um efeito da frequência dos CP na melhoria do sucesso escolar. Alunos dos CP, apresentam impacto global positivo da frequência desses cursos quanto à transição dos anos curriculares do secundário e sua conclusão. No último ano do secundário por cada 100 alunos com perfis equiparáveis aos dos CP, 87 dos CP completam o ensino secundário, face a 45 dos CCH e em termos de empregabilidade 54 alunos, face a 34 dos

CCH, encontraram o primeiro emprego em 6 a 9 meses, mostrando um efeito líquido positivo associado à frequência do CP.

Os TEIP e PNPSE destacam-se pelo papel fundamental no combate ao insucesso escolar, sendo atualmente considerado um dos principais fatores explicativos da reversão observada nas taxas de insucesso escolar nacionais e, consequentemente, no combate ao abandono e absentismo escolar. Os SPO são um importante recurso das escolas no âmbito das estratégias de combate ao insucesso escolar e abandono, com capacidade para promover uma dinâmica informada sobre os aspetos concernentes à transição para a vida ativa, sobre profissões e oportunidades de prossecução de estudos. Existe um trabalho de acompanhamento psicopedagógico dos alunos, mas em termos de orientação vocacional, são menos evidentes os efeitos dos SPO. Ao nível da Formação de Docentes as evidências apontam, de uma maneira geral, para contributos visíveis na melhoria dos resultados educativos, através do fomento de estratégias pedagógicas mais adequadas, ou de práticas de trabalho colaborativo.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

9 recomendações desagregadas em vários destinatários dando origem a 57 envios dessas recomendações, das quais 1 não aceite pela entidade responsável pela avaliação, 19 encaminhadas apenas para conhecimento e 37 para reação dos destinatários. De acordo com as respostas dos destinatários, 14 recomendações estavam total ou parcialmente implementadas, 9 em curso e 1 com implementação prevista no futuro. 2 recomendações não foram implementadas e para 11 recomendações não foi disponibilizada informação de resposta suficiente. Follow-up concluído em agosto de 2022.

R1- Aposta na continuidade do financiamento à diversificação das ofertas formativas, sobretudo as profissionalizantes.

R2- Apostar na continuidade do financiamento e das intervenções com expressão e desenho de base territorial.

R3 - Proceder à revisão do Programa TEIP, em articulação com o PNPSE.

R4 - Exploração e mainstreaming de atividades e práticas dirigidas à prevenção e combate ao insucesso escolar.

R5 - Reforço e alargamento do investimento do Plano para a Transição Digital para resposta às necessidades de incorporação das ferramentas digitais nos processos de ensino

R6 - Reforço das funções do SPO

R7 - Apostar no investimento nos RH das escolas e reforçar a Formação de Professores e outros agentes educativos

R8 - Valorização da imagem da Escola e das vias vocacionais e combate ao preconceito e representações sociais negativas associadas às ofertas profissionalizantes

R9 - Incrementar e institucionalizar as práticas de monitorização estratégica, avaliação e demonstração de resultados

Limite de caracteres: 2500

Estado da avaliação *:

x

E - Concluída

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação da aplicação dos custos simplificados

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

FC

☒

FSE

FEADER

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

05/2021

Tipo da avaliação:

Impacto

☐

Processo

☒

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

☒

01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

☐

02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

☒

03. Reforçar a competitividade das PME

☐

04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

☐

05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos

☐

06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☒ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☒ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☒ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Analisar o contributo da aplicação das Opções de Custos Simplificados (OCS) para a simplificação da implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e identificar os pontos críticos, necessidades e potencialidades de alargamento da sua aplicação.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

No processo de definição do PT2020, Portugal, em consonância com as orientações europeias, reconheceu o potencial da utilização de OCS como um dos meios de promover a simplificação e desburocratização, tendo sido criadas ao longo do período de programação condições para uma maior capacitação e crescente interesse das AG na adoção de OCS.

As vantagens de utilização das OCS são reconhecidas por todos os *stakeholders* e a sua utilização mais alargada nos FEEI é vista como uma mais-valia. Com base na informação recolhida, sugere-se: o alargamento da utilização das taxas fixas a operações onde os custos com pessoal têm um peso elevado e a operações onde os custos indiretos podem ser objetivamente calculados em função dos custos diretos; e o alargamento da utilização das tabelas normalizadas de custos unitários a operações onde este tipo de custo é passível de ser calculado, como por exemplo as ofertas formativas.

Em termos globais, constatou-se que a adoção de OCS contribuiu para uma redução da carga administrativa e celeridade de procedimentos e um maior foco nas realizações e resultados, com os indicadores de resultado a assumir um lugar central nos processos de candidatura e nos processos de pagamento, mas ainda sem evidências de um aumento da qualidade das operações e de uma efetiva redução dos custos de gestão e de ganhos de eficiência derivados da introdução de OCS.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

Foram apresentadas 8 recomendações



Ponto de situação da implementação das recomendações: Implementada: 8 | Parcialmente implementada: 0
Implementação em curso: 0 | A implementar no futuro: 0 | Não implementada: 0

Follow-up concluído. Nenhuma das recomendações deu origem a plano e ação porque todas as recomendações já se encontravam implementadas à data de resposta deste follow-up.

Limite de caracteres: 1500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do Impacto macroeconómico do Portugal 2020

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

FC

☒

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Mês/ano de conclusão (De 2014 a 2023):

2021

Tipo da avaliação:

Impacto

☐

Processo

☒

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

- ☒ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☒ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☒ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☒ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☒ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Estimar os impactos macroeconómicos da implementação dos conjuntos do PO que integram o Portugal 2020, quer para o país quer para as suas regiões, com a desagregação territorial ao nível das NUTS II.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

Os Fundos Europeus assumiram um papel determinante no desempenho da economia portuguesa e na retoma do crescimento desde o arranque do PT2020, com efeitos que perduram para além do período de execução dos fundos. Estima-se que durante o período de execução, o PT2020 será responsável por um acréscimo médio de 1,3% do PIB face a um cenário sem a intervenção dos FEEI. Esse efeito é crescente e atinge um máximo de 2,3% em 2022.

O efeito positivo sobre o PIB é acompanhado por ganhos de Produtividade, Emprego, Salários e Exportações. O PT2020 é indutor de crescimento do Emprego, sobretudo no emprego dos trabalhadores mais qualificados e os Salários Reais registam um impacto positivo em todos os níveis de qualificação do Capital Humano (CH). Os impactos observados ao nível do PIB, Emprego, Salários Reais e Produtividade são impulsionados pelos investimentos no domínio do CH e pelo Investimento Público em infraestruturas produtivas e de transportes.



Os instrumentos para o apoio à I&D e à Inovação e Competitividade apresentam efeitos mais modestos, mas cumprem o seu papel esperado nos ganhos de Produtividade, no crescimento do PIB e no impulso das Exportações.

O PT2020 tem um contributo efetivo para reduzir as disparidades regionais, por via da concentração dos apoios nas regiões menos desenvolvidas. Permite ainda uma relevante mitigação de choques exógenos adversos na economia Portuguesa (ex: resultantes da recente pandemia).

Limite de caracteres: 1500

Follow-up: n.a. (o estudo não previa recomendações)

Limite de caracteres: 1500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para o Aumento da Qualificação e (re)Inserção no Mercado de Trabalho dos Adultos (Lote 1)

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

2022

Tipo da avaliação:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Avaliar qual o impacto do apoio do PT2020 às ações que visaram a melhoria das qualificações e o incremento da participação em processos de Aprendizagem ao Longo da Vida dos adultos que se encontravam em situação de desemprego ou inatividade no momento de entrada nessas ações, nomeadamente na sua (re)inserção socioprofissional sustentável e na melhoria da qualidade dos empregos obtidos, com atenção particular ao subgrupo com muito baixas qualificações.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

A participação na formação produz resultados positivos. As principais evidências expressam-se no contributo para a empregabilidade de cerca de 34.000 adultos apoiados, representando 61% das participações de desempregados em ações certificadas, no total nacional.

A análise contrafactual entre adultos com características comparáveis, permite verificar que os participantes certificados apresentam uma probabilidade 18 vezes superior de trabalhar pelos menos um dia no ano seguinte ao da conclusão da formação. Entre os participantes, 50% tinha trabalhado pelo menos 1 dia no ano seguinte ao da conclusão da formação e 17,5% trabalharam o ano completo. Estes valores indicam um impacto positivo significativo da formação na empregabilidade (até 3 anos após conclusão, embora com efeito decrescente ao longo do tempo).

A análise ao nível dos salários não permitiu identificar uma ligação causa-efeito significativa entre a participação nas ações do PT2020 e mudanças nos salários dos participantes certificados.

A participação dos adultos em ações de ALV subiu 0,9 p.p. entre 2014 e 2019. O FSE foi muito relevante para a prossecução das metas no domínio do Capital Humano, em particular as que se referem à participação em atividades de ALV.

Apesar dos efeitos positivos referidos, persistem constrangimentos à participação na formação, resultado da falta de interesse e de motivação dos adultos, bem como do limitado envolvimento de parte dos empregadores na formação de adultos.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

5 recomendações desagregadas em vários destinatários dando origem a 27 envios dessas recomendações, das quais 10 encaminhadas para conhecimento e 17 para reação dos destinatários. Destas, 3 foram implementadas, 1 parcialmente implementada, 10 com implementação em curso e 1 a implementar no futuro. Para 2 recomendações não houve informação suficiente. Follow-up concluído em março de 2023.

A concordância com a maioria das recomendações é confirmada pela implementação de diversas medidas alinhadas com as conclusões geradas desta Avaliação. Foram assinaladas limitações e dificuldades, na qualificação e reinserção de adultos no mercado de trabalho, para as quais foram descritas reformas e diversas ações implementadas. Foi também reforçada a reflexão e a reavaliação de mecanismos existentes.

R1 - Reforçar os efeitos de demonstração e a visibilidade dos resultados positivos das várias tipologias de intervenção junto dos potenciais destinatários.

R2 - Mitigar constrangimentos à mobilização da procura.

R3 - Rever os contornos das formações mais longas como os cursos EFA de modo a aumentar a procura em períodos de maior crescimento económico e implementar ações para reduzir as taxas de desistência dos formandos.

R4 - Garantir que o SANQ continuará a ser um instrumento nacional relevante em matéria de gestão das necessidades de formação da população.

R5 - Garantir que o sistema de monitorização das TO que incidem sobre a formação de adultos produz atempadamente informação de suporte à gestão.

Limite de caracteres: 1500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Melhoria das Qualificações e Melhoria da Qualidade dos Empregos dos Adultos Empregados (Lote 2)



Entidade responsável: Poch

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

2022

Tipo da avaliação:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Avaliar qual o impacto do apoio do PT2020 na melhoria das qualificações e no incremento da participação em processos de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) dos adultos que se encontravam empregados, por conta própria ou por conta de outrem, no momento de entrada nas ações apoiadas, nomeadamente na melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos e no reforço da produtividade e da competitividade dos empregadores/empresas abrangidas no âmbito de ações de formação.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

Da análise contrafactual, que comparou adultos com perfis semelhantes, verificou-se que a participação na formação produziu uma relação estatisticamente significativa na melhoria da empregabilidade, designadamente na manutenção dos postos de trabalho e com efeitos que se mantiveram até 3 anos após a conclusão da formação. De facto, a participação em formação contribui para a manutenção do emprego até 4 vezes mais do que nas situações em que os adultos não beneficiaram desse apoio.

Não foi possível identificar uma relação significativa entre a participação nas ações e mudanças nos salários dos participantes certificados.

Houve aumento da produtividade (3%) e rentabilidade (3 p.p) do trabalho, em t+1 ano das empresas tratadas face às não tratadas, após a conclusão da formação. As ações foram relevantes para a salvaguarda de postos de trabalho e redução do subemprego, especialmente entre pessoas com menor escolaridade, mulheres e nas regiões menos desenvolvidas.

Persistem desafios na participação de adultos em formação, como a falta de interesse, a dificuldade em conciliar vida pessoal e profissional, bem como um limitado envolvimento de parte dos empregadores na formação dos seus trabalhadores.

Verifica-se um valor acrescentado europeu resultante da influência de normativos e referenciais estratégicos na política nacional de EFA, com destaque para a adoção de modelos de formação mais flexíveis e alinhados com as necessidades do mercado de trabalho e especificidades do território.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

7 recomendações desagregadas em vários destinatários dando origem a 19 envios dessas recomendações, das quais 4 encaminhadas para conhecimento e 15 para reação dos destinatários. Destas, 1 foi implementada, 1 parcialmente implementada, 8 tinham implementação em curso e 1 a implementar no futuro. Para 4 recomendações não houve informação suficiente. Follow-up concluído em março de 2023.

O processo de follow-up foi maioritariamente direcionado ao IEFEP e à ANQEP, que responderam, apresentando diversas ações em curso e ainda outras a implementar, de forma a mitigar os constrangimentos verificados qualificação dos adultos empregados.

- R1 - Mitigar constrangimentos à mobilização da procura.
- R2 - Rever os contornos das formações mais longas como os cursos EFA de modo a aumentar a respetiva procura.
- R3 - Reforçar os efeitos de demonstração e a visibilidade dos resultados positivos da formação e qualificação dos trabalhadores.
- R4 - Garantir que o sistema de monitorização das TO que incidem sobre a formação de adultos produz atempadamente informação de suporte à gestão.
- R5 - Desenvolver um referencial de monitorização, com indicadores assentes numa abordagem de processo-resultado para quantificar e caracterizar os efeitos diretos da formação.
- R6 - Aprofundar o trabalho de harmonização de procedimentos e partilha de boas práticas envolvendo os *stakeholders* relevantes.
- R7 - Mitigar ou suprir os constrangimentos nos mecanismos de operacionalização para potenciar a eficiência das ações apoiadas pelo PT2020 no âmbito da formação de adultos.

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação das Medidas de Promoção de Inovação Social

Entidade responsável: POISE (POCH como participante do processo)

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

2022

Tipo da avaliação *:

Impacto

☐

Processo

☒

Ambas

☐

Objetivo(s) temático(s):

☐

01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

☐

02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

☐

03. Reforçar a competitividade das PME

☐

04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

☐

05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos

☐

06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

☐

07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede

☒

08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

☒

09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

☒

10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

☐

11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Avaliar a operacionalização dos apoios à inovação social no quadro da Iniciativa Portugal Inovação Social (IPIS) do PT2020 (RCM 73-A/2014, de 16 dezembro), tendo em vista o reforço ou melhoria da intervenção planeada, através da avaliação da qualidade da sua implementação e do seu contexto organizacional e da identificação de fatores não antecipados.

Contribuir para futuras decisões de gestão, maximizando a eficácia na utilização dos Fundos e potenciando a sustentabilidade dos seus resultados.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

A implementação da IPIS contribuiu para consolidar e alargar o Ecossistema de inovação e empreendedorismo social (ECSIES) em Portugal:

- Trouxe para o ECSIES Organizações da Economia Social (OES) (+ de 300 envolvidas em projetos da IPIS);
- Promoveu a sua orientação para lógicas de impacto, sustentabilidade e diferenciação de respostas sociais;
- Criou condições de envolvimento para os investidores sociais privados e promovendo o alargamento do mercado nacional de investimento social (142 municípios, 21 Fundações e 374 empresas privadas em projetos da IPIS);
- Mobilizou os municípios para o investimento em inovação social (51% do investimento social em PPI, i.e. 13,4 M€, é realizado por municípios);
- Reforçou a interação entre investidores sociais e OES/empreendedores sociais (p.e. *startup*);
- Promoveu o contributo das incubadoras sociais e de inovação social (presentes em 29 operações aprovadas, que mobilizaram 9,3 M€ de montante aprovado);
- Estimulou o sentimento de pertença a um ecossistema entre as entidades envolvidas (90% inquiridos) e o reforço de práticas colaborativas (99% inquiridos).

As medidas de emprego do Programa foram abrangentes, focadas nos jovens, pessoas desfavorecidas e com baixas qualificações (mais afetados pelo desemprego), abrangendo também adultos desempregados, com vista à sua inserção no mercado de trabalho, quer seja através de programas ocupacionais, estágios e/ou empregos por conta de outrem, quer através da criação do próprio emprego.

Limite de caracteres: 1500

Follow up: Das 49 recomendações 29 foram encaminhadas para conhecimento e 20 para reação dos destinatários (EMPIS e Banco Português de Fomento); 4 foram implementadas, 3 foram parcialmente implementadas e 1 a implementação estava em curso. 12 recomendações ficaram para implementação futura. O processo de *follow up* foi dado como concluído.

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação do contributo do Portugal 2020 para o aumento dos diplomados do ensino superior

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

Tipo da avaliação:

Impacto ☒

Processo ☐

Ambas ☐

Objetivo(s) temático(s):

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Apurar o impacto dos apoios que facilitam o acesso ao ensino superior, designadamente através da avaliação do Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, que responde às necessidades reais dos estudantes, por garantir a equidade na atribuição de benefícios sociais e promovendo uma ação social que favorece o acesso ao ensino superior e o prosseguimento dos estudos dos alunos carenciados.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

A bolsa facilita o ingresso no ES, para os estudantes que se candidatam a bolsa pela primeira vez e no primeiro ano, reduz a probabilidade de desistência imediata do ensino superior (-1,7 p.p.) aumenta a probabilidade de se manterem inscritos no mesmo curso a que se candidataram (+2,6 p.p.); amplia a probabilidade de conclusão do curso no prazo normal (3 anos na licenciatura, 2 anos no mestrado, 5 anos no mestrado integrado) (+5,6 p.p.).

A bolsa constitui um incentivo ao desempenho académico: para os estudantes que se candidatam pela primeira vez no 1º ano de uma licenciatura aumenta a probabilidade de obterem 36 ou mais créditos no 1º ano (+2,6 p.p.), necessários para obter bolsa no ano seguinte.

As bolsas aumentam a probabilidade de progressão para mestrado, sendo este efeito crescente com o número de anos em que o estudante beneficia de bolsa: 7 p.p. quando recebe no primeiro ano, 13 p.p. no primeiro e segundo ano e 18 p.p. nos três anos da licenciatura.

O acesso continuado à bolsa tem efeitos incrementais positivos no desempenho: ter bolsa dois anos consecutivos aumenta em 7,4 p.p a probabilidade de conclusão do curso no prazo normal; em três anos consecutivos, aumenta em 11,5 p.p. a probabilidade de conclusão.

Deixar de receber a bolsa tem efeitos negativos: a não elegibilidade no segundo ano aumenta a probabilidade de desistência no início desse ano (0,4 p.p.) e reduz a probabilidade de concluírem o curso no prazo normal (-3,2 p.p.), ou de o concluírem de todo (-3,3 p.p.)

Limite de caracteres: 1500

Follow-up: n.a. (o estudo não previa recomendações)

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação: Avaliação Intercalar do Programa Operacional Capital Humano

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER/FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou ambas as opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão (De 2014 a 2023):

2022

Tipo da avaliação:

Impacto

x

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Objetivos/abrangência:

Identificar o impacto, o valor acrescentado europeu associado à implementação e resultados do PO e o seu alinhamento com os objetivos estratégicos da UE para o crescimento inteligente, sustentável, inclusivo e para a coesão económica, social e territorial das Regiões menos desenvolvidas, aferindo o grau de eficácia e eficiência, a relevância e a coerência dos apoios concedidos, face às necessidades dos seus principais destinatários e à evolução do contexto ao longo do período de programação.

Limite de caracteres: 500

Conclusões:

O POC é um programa impactante nas políticas de educação e formação em Portugal, com destaque para a qualificação inicial e empregabilidade de jovens em modalidades de ensino profissionalizante, no incremento do prosseguimento de estudos, o apoio a alunos carenciados do ensino superior, a qualificação e empregabilidade de adultos, no apoio a doutoramentos e a ações de qualificação sistémica do SEF. A evidência permite concluir que existe conformidade elevada entre dados inerentes à implementação do POC e a melhoria dos indicadores de contexto mais diretamente ligados à sua intervenção.

A avaliação concluiu que os apoios aos cursos EFA e os processos de RVCC tiveram efeitos em termos de reinserção no mercado de trabalho (54,5% e 80,4%, respetivamente, os adultos em cursos EFA e em processos de RVCC estavam a trabalhar 12 meses após a formação). No entanto, a permanência em situação de desemprego de adultos após a participação na formação indica que ainda há muito a ser feito, nomeadamente para aumentar a perceção do valor da formação, em contexto empresarial. No que diz respeito à melhoria sistémica do sistema de educação e formação, a avaliação destaca os apoios que mais contribuíram para o sucesso escolar, em particular o apoio à formação de docentes e outros agentes educativos, o reforço de psicólogos nas escolas e o apoio ao PNPSE.

Assinala-se, ainda, que o POC apresentou uma elevada taxa global de compromisso (121%) e uma taxa de execução (81,4%) superior à do PT2020.

Limite de caracteres: 1500

Follow up:

O exercício de Follow-up apesar de sistematizado e organizado pela AG, acabou por não ser operacionalizado formalmente, atendendo ao momento de conclusão desta avaliação – de sobreposição com a programação do PT2030 - e que a mesma acabou por em boa medida retomar recomendações das avaliações temáticas anteriormente realizadas até porque estas foram uma das fontes de informação desta avaliação. Não obstante, importa referir o papel destas evidências e recomendações na programação do PESSOAS 2030 e na própria avaliação ex ante desse programa.

R1 - Monitorizar e ajustar a programação e a implementação do Programa Demografia, Pessoas e Inclusão (Pessoas 2030)

R2 - Otimizar o aproveitamento do suporte metodológico das avaliações:

R3 - Reforçar e aperfeiçoar as estratégias de comunicação no PT2030.

R4 - Realizar estudos prospetivos que permitam o planeamento antecipado.

R5 - Responder aos Objetivos Específicos do Programa Pessoas 2030.

R6 - Reforçar a valorização do Ensino Profissional.

R7- Elaborar referenciais de necessidades de qualificação e formação de adultos

R8 - Criação de novos indicadores de monitorização de resultados.

R9 - Adotar exercícios regulares de avaliação e criação de condições que promovam a concertação entre parceiros.

R10 - Analisar e definir condições concretas de recrutamento

R11 - Acompanhar e dinamizar processos de capacitação e adaptação de beneficiários

Limite de caracteres: 1500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação *: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Digitalização da Educação

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☐

FC

☐

FSE

☒

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2023

Tipo da avaliação *:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivos/abrangência *:

A Avaliação de natureza temática e de impacto teve os seguintes objetivos:

- Avaliar a eficácia e eficiência dos apoios do FSE à digitalização da educação, em matéria de promoção da igualdade de acesso à educação e na melhoria dos processos de ensino-aprendizagem;
- Explicitar a forma como as intervenções apoiadas pelo PT2020 produziram os efeitos esperados, em que circunstâncias e em que contextos foram operacionalizadas e os seus fatores críticos de sucesso (insucesso).

Limite de caracteres: 500

Objetivo(s) temático(s):

- | | |
|-------------------------------------|--|
| ☐ | 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação |
| ☐ | 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade |
| ☐ | 03. Reforçar a competitividade das PME |
| ☐ | 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores |
| ☐ | 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos |
| ☐ | 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos |
| ☐ | 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede |
| ☐ | 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores |
| ☐ | 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação |
| ☒ | 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida |
| ☐ | 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública |

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Conclusões:

- No fim do ano letivo 2020/2021, a taxa de adesão aos kits Escola Digital era 81% nos alunos Ação Social Escolar e 75% nos docentes.
- Aumento significativo na intensidade de utilização das ferramentas e conteúdos digitais pelos docentes durante o período de confinamento. Do confinamento para o ensino presencial houve um retrocesso na intensidade de utilização, ainda assim com valores médios superiores aos reportados pré-pandemia.
- As características intrínsecas dos docentes, como a apetência digital, são provavelmente o que mais determina a intensidade de utilização das ferramentas digitais.

- A falta de RH para responder às exigências técnicas e administrativas das escolas e auxiliar na configuração dos equipamentos foi o principal constrangimento no processo de distribuição dos *kits*.
- As medidas da Escola Digital contribuíram para a redução da desigualdade no acesso a equipamentos informáticos e à internet, possibilitando maior equidade no acesso à educação entre os alunos com diferentes necessidades educativas e recursos económicos.
- A utilização de ferramentas e conteúdos digitais em contexto letivo não parece, por si só, ter impacto significativo no sucesso e aprendizagem dos alunos.
- A irreversibilidade do digital na escola requer investimento forte nas suas infraestruturas.
- A intervenção dos fundos europeus viabilizou a implementação do Plano de Transição Digital das Escolas, permitindo aumentar a escala e alargar a intervenção, conduzindo a uma abordagem holística.

Limite de caracteres: 1500

Follow-up:

Tendo em conta a fase de conclusão da implementação e desenho do PESSOAS 2030, nomeadamente do seu plano de Avaliação, o follow-up formal destas recomendações não foi desenvolvido, apesar de todas as recomendações terem sido direcionadas para conhecimento informal aos *stakeholders* relevantes.

Com base nas suas conclusões, a avaliação apresenta para ponderação as seguintes recomendações:

Recomendações globais para a sustentabilidade das intervenções

- R1 - Repensar o modelo de distribuição dos kits Escola digital, de forma a assegurar a sustentabilidade do acesso universal ao ensino com recurso a meio digitais.
- R2 - Melhorar a adequação dos equipamentos, ao nível da qualidade, funcionalidade e segurança.
- R3 - Promover de forma sustentada o uso do digital em contexto ensino-aprendizagem.
- R4 - Monitorizar e avaliar a implementação do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital das Escolas (PAADE) e dos projetos piloto e divulgar boas práticas.

Recomendações operacionais para a melhoria das intervenções

- R5 - Garantir condições físicas nas salas de aula e logísticas nas escolas para assegurar uma utilização frequente dos equipamentos nas salas de aula.
- R6 - Reforçar a assistência técnica e apoio informático aos alunos e docentes.
- R7 - Dar continuidade e diversificar as ações de capacitação digital dos docentes.

Limite de caracteres: 500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação *: Avaliação da Operacionalização da Abordagem Territorial do Portugal 2020 no contexto da convergência e coesão territorial

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☒

FC

☒

FSE

☒

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2019

Tipo da avaliação *:

Impacto

☐

Processo

☒

Ambas

☐
Objetivos/abrangência *:

Uma avaliação de processo cujo objetivo global foi o de avaliar a adequação da abordagem territorial do Portugal 2020, considerando o contributo da configuração e da implementação das políticas/instrumentos de programação que a operacionalizam nos quatro domínios temáticos, para o alcance dos resultados e impactos esperados na redução das assimetrias regionais e consequente reforço da convergência económica e da coesão territorial. Para o efeito foram prosseguidos cinco objetivos específicos.

Limite de caracteres: 500

Objetivo(s) temático(s):
☐

01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☒ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☒ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☒ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☒ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Conclusões:

Avanços na abordagem territorial do Portugal 2020: aprofundamento dos processos de planeamento estratégico territorial às escalas regional e sub-regional; fomento do encadeado lógico dos instrumentos desenvolvidos na fase de conceção; em termos conceptuais, a abordagem considerou os princípios adequados para promover a integração das políticas sectoriais pertinentes; reforço do modelo de governação territorial.

Limitações do quadro político-institucional vigente para cumprir os objetivos definidos nesta abordagem, nomeadamente em termos de planeamento e de coordenação e liderança institucional do processo de desenvolvimento regional.

A passagem do planeamento para a operacionalização e programação financeira resultou numa insuficiente adaptação da execução às necessidades específicas dos territórios e em débeis níveis de sinergia e complementaridade, devido a: limitações na mobilização e articulação das políticas públicas que melhor respondem às necessidades e oportunidades territoriais; confronto entre o modelo de governança territorial adotado e as insuficiências estruturais de governação multinível; debilidades na arquitetura de instrumentos afetos à territorialização das políticas públicas.

Limite de caracteres: 1500

Follow-up: Concluído com resposta das CCDR

Foram apresentadas 17 recomendações, das quais 10 recomendações foram aceites e encaminhadas para follow-up para as respetivas entidades destinatárias: 10: MCT (1) | MCT-SEADR (2) | MP (1) | MMEAP (1) | GT2030 (6) | CCDR (4) | POR (1) | AD&C (1) | Rede Dinâmicas Regionais (1)

Quanto à Implementação das recomendações: 2 foram implementadas e 8 encontram-se em curso

Recomendações:

R1 - Superar fragilidades de organização e de funcionamento do Estado e do Sistema de Gestão Territorial.

R2 - Preparar o ciclo 2021-2027 com processos participados de planeamento estratégico regional e sub-regional.

R3 - Articular o planeamento estratégico territorial e definir instrumentos de programação 2021-2027.

R4 - Facilitar sinergias e complementaridades entre operações enquadradas em diferentes Avisos.

R5 - Reavaliar a arquitetura de instrumentos e de políticas para acelerar a convergência económica.

R6 - Desenvolver instrumentos de planeamento territorial e sectorial facilitadores da tomada de opções e integração de políticas.

R7 - Desenvolver exercícios planeamento regional e de programação intermunicipal da provisão de serviços sociais de interesse geral.

R8 - Estruturar o desenvolvimento urbano promovendo o policentrismo a múltiplas escalas.

R9 - Aumentar impacto de instrumentos para o desenvolvimento rural e a dinamização dos territórios de baixa densidade.

R10 - Rever critérios do mapa dos territórios beneficiárias das medidas de diferenciação positiva e seus fins de utilização.

Limite de caracteres: 1 500

Estado da avaliação *:

E - Concluída

☒

P - Planeada

☐

Designação da avaliação *: Avaliação do Contributo do Portugal 2020 para a Estratégia Nacional para o Mar

Limite de caracteres: 500

Fundo(s):

FEDER

☒

FC

☒

FSE

☒

Selecionar uma ou mais opções consoante a abrangência da avaliação

Ano de conclusão da avaliação (De 2014 a 2023) *:

2023

Tipo da avaliação *:

Impacto

☒

Processo

☐

Ambas

☐

Objetivos/abrangência *:

Análise dos instrumentos de apoio dos FEEI no âmbito do ITI Mar visou:

- Avaliar os impactos, resultados e realizações, se e quando possível, dos FEEI nos objetivos da ENM 2013-2020;
- Avaliar o contributo dos FEEI na área do Mar para os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020;
- Avaliar o contributo das operações Mar, financiadas pelos FEEI em gestão partilhada em Portugal, para a concretização do Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico.

Objetivo(s) temático(s):

- ☐ 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- ☐ 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- ☐ 03. Reforçar a competitividade das PME
- ☐ 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- ☐ 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- ☐ 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- ☐ 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- ☐ 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- ☐ 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- ☒ 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- ☐ 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Selecionar um ou vários objetivos temáticos mobilizados pelo Programa Operacional consoante a abrangência da avaliação

Conclusões:

- Os instrumentos de apoio revelaram-se globalmente adequados às necessidades do setor e alinhados com os objetivos da ENM 13-20.
- A grande maioria dos AAC não foram alvo de um alinhamento intencional com a Economia do Mar e a sua divulgação tendeu a não considerar as especificidades do público-alvo;
- Observaram-se lacunas no financiamento dos FEEI face às necessidades (e.g. oceanografia, desenvolvimento de energias renováveis marinhas, C&T).
- Os apoios devem produzir impactos na Economia do Mar através do reforço da capacidade científica e tecnológica; estímulo a novas áreas de ação com elevado potencial económico; do reforço do capital humano; da criação de emprego líquido.
- Os FEEI apresentam um efeito de adicionalidade muito relevante, viabilizando investimento que de outra forma não seria implementado e contribuindo para aumentar, acelerar e antecipar o investimento. O efeito de deadweight revelou-se reduzido. Em média, cada euro de financiamento atribuído pelos FEEI alavancou 0,86€ de investimento privado pelos promotores.
- O ITI Mar poderia ter tido uma intervenção mais reforçada na programação do lançamento e desenho de Avisos, divulgação de oportunidades de financiamento e suporte a promotores.
- A complementaridade entre os diferentes instrumentos financiadores da ENM decorreu principalmente da atribuição articulada de financiamento às operações. Observam-se ainda áreas de indefinição em matéria de financiamento.

Limite de caracteres: 1500

Follow-up: Esta avaliação não seguiu o processo de follow-up previsto no documento de orientações, mas as suas recomendações foram consideradas na programação do PT2030.

Recomendações:

- R1 - Garantir a continuidade das funções atribuídas ao ITI Mar
- R2 - Reforçar a atuação do ITI Mar mais a montante
- R3 - Promover a complementaridade entre fontes de financiamento
- R4 - Assegurar a continuação e aprofundar a função de monitorização do ITI Mar
- R5 - Aprofundar o processo de avaliação e promover a orientação para resultados
- R6 - Garantir uma monitorização alargada da ENM
- R7 - Reduzir a morosidade na certificação de despesas e pagamentos
- R8 - Reforçar o apoio a iniciativas de dinamização do ecossistema nacional de I&D e inovação da Economia do Mar
- R9 - Definir uma estratégia e instrumentos que promovam um maior conhecimento do Mar profundo
- R10 - Promover a competitividade dos setores do Domínios dos Recursos Vivos
- R11 - Promover maior flexibilidade nos apoios em infraestruturas portuárias
- R12 - Adequar os instrumentos de suporte à formação não superior às especificidades da Economia do Mar
- R13 - Flexibilizar capacidade de atuação dos GAL
- R14 - Consolidar o apoio à monitorização, fiscalização, vigilância e melhoria do conhecimento em contexto marítimo



R15 - Garantir a continuidade e reforço dos apoios para a exploração sustentável dos recursos minerais marinhos e para a promoção das energias renováveis offshore

R16 - Continuar a assumir os investimentos na defesa costeira como prioridade nacional

Limite de caracteres: 1 500

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

A Estratégia de Comunicação (EC) do Programa Operacional Capital Humano (POCH) 2014-2020 foi concebida com a forte ambição de dar visibilidade à aplicação dos apoios do Fundo Social Europeu (FSE) nas áreas da educação e da formação, valorizar os seus resultados e reforçar a perceção pública sobre a relevância dos investimentos europeus na qualificação dos portugueses.

Estruturada em três fases — lançamento, divulgação e consolidação — e com uma dotação total de 4,3 milhões de euros, a EC do POCH teve como alicerces principais os canais digitais do Programa (website, redes sociais, newsletters e vídeos), a participação em eventos e feiras, a realização de campanhas mediáticas e o envolvimento ativo de beneficiários e destinatários finais.

Ao longo do programa as ações de comunicação do POCH permitiram alcançar resultados muito expressivos. Neste período e até às ações de comunicação passarem a ser assumidas no âmbito do PESSOAS 2030, o site oficial do Programa registou mais de 455 mil utilizadores únicos, cerca de 676 mil sessões e 1,27 milhões de páginas visitadas. Foram produzidas 1 209 notícias, realizadas 25 campanhas de comunicação e organizados 77 eventos, que mobilizaram cerca de 490 mil participantes. As redes sociais registaram crescimentos sólidos: o Facebook somou 8 399 seguidores, o Instagram 5 764, o LinkedIn 2 139 e o Twitter 716. Foram ainda produzidos 76 vídeos de storytelling, com um total de 16 855 visualizações. As newsletters chegaram a mais de 4 800 destinatários, com periodicidade trimestral. No total, estima-se que as campanhas de comunicação tenham alcançado mais de 6,2 milhões de pessoas.

Estes números demonstram a solidez da estratégia e a capacidade do Programa em manter uma comunicação consistente, com conteúdos diversificados e ajustados a diferentes públicos.

Entre as ações mais emblemáticas destaca-se a participação nas feiras “Futurália” e “Qualifica”, entre 2016 e 2019. Só em 2018, estima-se que os stands tenham sido visitados por cerca de 125 mil pessoas. Participaram mais de 50 entidades beneficiárias, nos dois stands próprios e contamos com a presença de vários parceiros institucionais. Estas feiras serviram para mostrar, em primeira mão, projetos financiados pelo POCH e reforçar o reconhecimento da sua marca junto sobretudo de públicos jovens.

No mesmo ano, foi lançada a campanha de storytelling “A Minha História: União Europeia, Portugal e Capital Humano”, com 22 vídeos e 6 reportagens adicionais integradas na iniciativa “Roteiro Capital Humano”. Estes materiais contaram histórias reais de jovens e adultos que melhoraram as suas qualificações com o apoio do FSE, mostrando o impacto concreto dos fundos na vida das pessoas. Em 2020, o POCH lançou o Prémio Capital Humano, com 207 candidaturas e 7 vencedores em 4 áreas distintas. As histórias dos premiados foram divulgadas em vídeos, num programa de rádio e numa brochura digital.

Em resposta à pandemia de COVID-19, que inibiu o acesso às feiras presenciais, o POCH inovou com a criação da mostra digital de educação e formação, **E.volui**, lançada em 2021 e reforçada em 2022. Esta plataforma reuniu informação de 42 entidades formadoras, projetos destacados, resultados dos projetos apoiados, vídeos e atuações ao vivo, permitindo ao público conhecer melhor a oferta formativa apoiada pelo programa. A mostra teve mais de 117 mil visualizações de páginas e gerou conteúdos transmitidos na rádio TSF, na série “Um Minuto a E-voluir”, que contou com duas séries de programas e que chegou a mais de 7 000 ouvintes. Esta mostra também foi alvo de uma campanha



transversal a vários meios e canais, especialmente digitais e incluiu a produção de um spot de TV, emitido em canal generalista nacional.

Em paralelo, o Programa manteve ativa a produção de boletins informativos, newsletters e publicações digitais, como o Quiz “Sabias que?”, promovido junto de jovens por intermédio de uma App de telemóvel. Foram também realizadas várias campanhas trimestrais de divulgação dos resultados do POCH em meios de comunicação nacionais e regionais, envolvendo imprensa escrita, nos canais papel e digital e produzidos vídeos institucionais com os principais dados de execução do Programa.

A Estratégia de Comunicação do POCH foi avaliada entre 2020 e 2021. Foi utilizada uma metodologia baseada na Teoria da Mudança (TdM). Esta avaliação concluiu que a EC foi abrangente e bem estruturada, mobilizando praticamente todas as tipologias de instrumentos normalmente utilizadas em processos semelhantes. A avaliação apontou a pertinência das ações desenvolvidas, destacando o bom equilíbrio entre comunicação institucional e formatos mais criativos e inovadores, como o storytelling e as campanhas digitais.

Entre os aspetos mais positivos, salientou-se a elevada notoriedade do POCH junto dos beneficiários e parceiros institucionais, refletindo a eficácia da comunicação direcionada a quem está diretamente envolvido na implementação do Programa. No entanto, a notoriedade junto do público em geral e, sobretudo, dos destinatários finais — jovens e adultos apoiados — revelou-se mais reduzida.

A avaliação destacou ainda o elevado potencial de melhoria através da combinação dinâmica de instrumentos, com maior aposta nas redes sociais, conteúdos interativos, e participação de influenciadores ou embaixadores. Também sugeriu a definição de métricas claras para monitorização de resultados.

Em termos de eficiência, a avaliação concluiu que os recursos utilizados demonstraram boa relação entre custo e benefício, aconselhando a intensificar as ações de comunicação orientadas para os públicos menos atingidos. A articulação entre feiras, redes sociais e o portal web foi considerada uma boa prática, com impacto comprovado na divulgação e notoriedade do Programa.

A Estratégia de Comunicação do POCH contribuiu de forma significativa para a visibilidade dos apoios do FSE e para a valorização da formação e qualificação em Portugal. Com uma abordagem inovadora, adaptada a diferentes públicos e com recurso a múltiplos formatos, o Programa conseguiu criar uma marca reconhecida e associada a boas práticas. As ações de comunicação tiveram em conta, sempre que justificável e possível, a utilização de outras línguas, nomeadamente o inglês (em todos os produtos de vídeo, bem como nos produtos de disseminação das avaliações realizadas) e a língua gestual portuguesa (em todos os produtos de vídeo e eventos). Essas boas práticas estão a ser mantidas no atual período de programação e as recomendações, que passam por aprofundar a comunicação com os destinatários finais, reforçar o uso estratégico das redes sociais e consolidar a perceção pública positiva sobre o papel dos fundos europeus, em particular do Fundo Social Europeu, estão a ser implementadas no contexto designadamente do PESSOAS 2030.

13. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório final de execução

14. INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

(Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2023

14.1 Progressos realizados na implementação da abordagem integrada de desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento promovido pelas comunidades locais, ao abrigo do programa operacional

Não aplicável ao Programa

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do estado-membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos

Ao longo do PO foi desencadeado um conjunto diverso de ações que visaram, de forma direta e indireta, a capacitação da AG, seus OI e dos seus beneficiários. Essas ações foram transversais a diferentes domínios de atuação levados a cabo por diferentes unidades do secretariado técnico do programa.

Com vista ao reforço da capacitação dos beneficiários, realizaram-se diversas sessões de esclarecimento, seja em momento prévio ao lançamento dos respetivos concursos, seja em sede de execução das operações. Essas sessões realizaram-se no âmbito de praticamente todas as tipologias e relativas a diferentes concursos, nomeadamente para aquelas tipologias de carácter mais inovador como foi o caso da Skills 4 pós Covid, de resposta à crise pandémica. Para além destas foram realizadas várias ações relativas às tipologias de TeSP; Cursos Profissionais, CEF, Cursos Educação e Formação de Adultos, Formação contínua de docentes, etc., bem como s de natureza mais temática, designadamente sobre o Código de Procedimento Administrativo, Contratação Pública ou regras de comunicação.

No âmbito deste ponto destacamos ainda o trabalho realizado pelo serviço Call Center como exemplo de instrumentos de proximidade de apoio aos beneficiários, para além as ações de informação, sensibilização e acompanhamento realizadas. O Call Center foi implementado desde 2017 a partir do qual foram recebidas cerca de 47 mil chamadas, sendo que 98% foram atendidas com um tempo médio de espera de 24 segundos. A avaliação dos beneficiários feita deste serviço foi globalmente muito positiva, em termos de facilidade, utilidade e eficiência. Para além disso o POCH promoveu a publicação de cinco Guias e duas Orientações tais como: Guia com orientações relativas a pedidos de pagamento, ou o Guia do Beneficiário. Também publicou 10 documentos de perguntas e respostas frequentes.

Devido à fulcral importância de uma correta submissão da execução financeira e física dos projetos aprovados, a implementação do projeto Roteiro Capital Humano constituiu um espaço e encontro e partilha de experiências, com visitas regulares às entidades beneficiárias em que a agenda incluía sessões de esclarecimento a explicar e reforçar a capacitação dos beneficiários para essa submissão seja feita sem erros. O Roteiro Capital Humano teve início em 2018 e contou com mais 11 edições, com visitas diversos tipos de beneficiários. A partir das visitas realizadas foram produzidos 22 vídeos de Histórias de Sucesso de formandos e projetos apoiados.

A par destas ações desenvolvidas pelo Programa, o Balcão 2020, enquanto ponto único de acesso aos FEII, desempenhou um papel relevante na gestão das candidaturas pelos beneficiários e comunicação com os mesmos. Para além disso, a participação da AG nas Redes de Articulação Funcional, permitiu constituir um espaço de aprendizagem e capacitação importante sobre as temáticas abordadas em cada uma dessas redes (Comunicação, Monitorização e Avaliação, Educação e Qualificação), bem como em outros momentos de partilha e aprendizagem decorridos no seio do ecossistema dos fundos.

Em contexto de transição do PT 2020 para o PT 2030, o anterior Secretariado Técnico do POCH transitou para o PESSOAS 2030 no dia 1 de julho de 2023 e os recursos humanos afectos a essa AG transitaram no dia 1 de setembro desse ano. Foram ainda criadas no PESSOAS2030 duas unidades de encerramento, uma das quais orientada para o encerramento deste Programa.



Limite de caracteres: 3500

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais

No período de programação do PO foram registados diversos momentos de participação e cooperação com diferentes parceiros e agentes internacionais, mas importa destacar as redes de cooperação em que o envolvimento do Programa foi mais regular e constante. O POCH teve uma tipologia de operação com projetos aprovados relativa à Cooperação Transnacional cujo beneficiário era o IEF. Essa operação foi, entretanto, revogada pelo que não existem montantes financeiros associados a essa intervenção.

O Programa é um membro rede transnacional do FSE “Learning and Skills” (Rede L&S) e em que Portugal se fez representar pelo seu Organismo Intermédio ANQEP, enquanto organismo público responsável pela política pública da aprendizagem ao longo da Vida e com ações na área da iniciativa portuguesa para as competências digitais – o INCoDe 2030. A 27 e 28 de novembro de 2018, o AG do POCH acolheu em Portugal a 9ª reunião da Rede L&S, que contou com cerca de 20 participantes, incluindo uma representante da COM. Nesta última reunião alguns EM tiveram possibilidade de apresentar as suas estratégias nacionais na área das competências digitais, tendo Portugal, através da ANQEP, apresentado a iniciativa INCoDe 2030.

No decurso dos trabalhos o POCH apresentou o ponto de situação da educação e da formação de jovens e adultos em Portugal à data da reprogramação, bem como dados de monitorização e avaliação, designadamente em matéria de número de pessoas e projetos aprovados nos jovens e adultos e o nível de cumprimento das metas dos indicadores, com principal destaque para o eixo 3, bem como resultados de estudos de avaliações realizadas no passado sobre o abandono escolar e o investimento na educação e formação. Foi proporcionado aos membros da Rede uma visita a um Centro Qualifica da Câmara Municipal de Lisboa especializado em Literacia Digital. Foram também criados dois grupos de trabalho com os membros da Rede para apresentar exemplos de projetos de referência na área das competências digitais que pudessem ser replicados noutros países e apoiados pelo FSE, para alimentar uma futura publicação de projetos.

O POCH participou no trabalho produzido pela rede ReferNet em Portugal, a rede Europeia especializada em ensino e formação profissional (EFP), criada pelo Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop). Este organismo reúne, analisa e disponibiliza informação no âmbito do EFP, nomeadamente a evolução dos sistemas e das políticas nacionais nos Estados-Membros da UE, Islândia e Noruega. Os contributos de diferentes equipas do programa no campo da monitorização, produção de dados, produção de sínteses anuais, divulgação de relatórios das atividades de formação e educação do país, como por exemplo o Índice Europeu de Competências 2020, Cedefop. A colaboração com esta rede revela-se fundamental para



acompanhar e monitorizar o desempenho dos estados membros ao longo do tempo e identificar áreas que exigem melhorias, nomeadamente na implementação das exigentes metas do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

De assinalar ainda a participação do PO na Rede das Dinâmicas Regionais (RDR) dinamizado pela AD&C enquanto órgão com responsabilidade na reflexão e identificação de propostas de instrumentos e políticas de incidência de base regional, bem como na própria monitorização e avaliação dessas dinâmicas, com atividade regular desde 2015.

Limite de caracteres: 3500

14.4 Contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas, quando aplicável

Apesar de no Ponto 4.5 do texto programático do POCH não constar contribuição deste PO para as estratégias macrorregionais e para as bacias marítimas, existem tipologias de operação que apoiámos com impacto nesta área temática. As operações aprovadas pelo POCH com o referido impacto são apuradas segundo a aplicação do Quadro de Referência do ITI Mar. A metodologia adotada pelo POCH mereceu apreciação de concordância em sede da 8ª Comissão de Implementação do ITI Mar e operacionalizou-se em 4 etapas principais:

1. Identificação dos cursos de formação especificamente Mar, a partir do elenco de cursos assinalados no referencial metodológico em apreço;
2. Identificação das Áreas Científicas com contributo Mar, segundo a pré-seleção das áreas alinhadas com o domínio '4.3. Economia do Mar' da ENEI;
3. Cálculo da estimativa do 'Investimento Total Elegível nos Cursos/Bolsas Mar', que resulta da aplicação da seguinte expressão de cálculo: ('N.º de apoiados unívocos nos Cursos/Bolsas Mar').

Após a aplicação da metodologia supra referida, conclui-se que o POCH aprovou, até 31 de Dezembro de 2023, 21 operações que contribuem mais diretamente para Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico que correspondem a um custo total elegível estimado de cerca de 58€ (49M FSE) e a 4870 participantes apoiados em projetos mar que se distribuem por 5 Tipologias de Operação: Cursos Profissionais (422), CQEP/Qualifica (610), Cursos de Educação e Formação de Adultos (16), Bolsas Individuais de Doutoramento e Pós-Doutoramento (2 639) e, por último, Bolsas do Ensino Superior para alunos carenciados (1183).

Verifica-se, ainda, que o número total de formandos apoiados no âmbito de Tipologias Formativas no nível ISCED 3 frequentam cursos de formação profissional na Área CNAEF, apurada de acordo com o Quadro de Referência suprarreferido: Proteção de pessoas e bens. Mais concretamente estes formandos frequentaram o curso de Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático, em 7 operações diferentes que abrangeram 24 turmas, um custo total aprovado de 1,7M€ (1.4M€ FSE).

Nos cursos EFA foi contemplada a área CNAEF Pescas, num total de 16 participantes de 1 turma, um custo total aprovado de 76mil€ (64mil€ FSE). Nos CQEP/CQ foi considerada a totalidade dos adultos abrangidos por 2 operações, uma vez tratar-se de beneficiário do FOR-MAR, ou seja, diretamente ligado à área do Mar, num montante total de 487mil€ (414mil€ FSE).

Já ao nível da Formação Avançada, o número de Bolseiros de Doutoramento e de Pós-Doutoramento com Bolsas com contributo para o Mar distribuem-se por 8 operações e 7 Áreas Científicas: Ciências da Terra e do Ambiente, Ciências Biológicas, Engenharia Eletrónica, Eletrotécnica e Informática, Engenharia Mecânica, Engenharia do Ambiente, Biotecnologia Ambiental e Economia e Gestão. Custo total aprovado 53M€ (45M€ FSE).

Por último, ao nível das bolsas de ensino superior, consideraram-se 6 operações a contribuir para o Mar, abrangendo 1 183 bolseiros das áreas das ciências da terra (962) e ciências do ambiente (221), com um custo total aprovado de 2,1M€ (1,8M FSE).

Limite de caracteres: 3500

Estratégias macrorregionais e estratégias para as bacias marítimas	☐ EU Strategy for the Baltic Sea Region (EUSBSR) ☐ EU Strategy for the Danube Region (EUSDR) ☐ EU Strategy for the Adriatic and Ionian Region (EUSAIR) ☐ EU Strategy for the Alpine Region (EUSALP) ☒ Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (<i>Atlantic Sea Basin Strategy (ATLSBS)</i>)
--	---

No caso da Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico, **prioridade(s) e objetivos relevantes para o Programa Operacional:**

Prioridades	Objetivos	Assinalar as prioridade(s)/ objetivo(s) relevantes
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	
	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	X
	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro	2.1 - Melhorar a segurança marítima	
	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	
	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	
	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	
3 - Melhorar a acessibilidade e conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos	

4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	
	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	

Ações ou mecanismos utilizados para ligar melhor o Programa Operacional à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica:

A. Os coordenadores da Estratégia Marítima para a Região Atlântica (principalmente os coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros de objetivos) participam no Comité de Acompanhamento do Programa? Caso afirmativo, indique nome e cargo: B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas de apoio específicas à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica? Caso afirmativo: a) Estão planeados convites à apresentação de propostas específicas relativos à ATLSBS? b) Quantos projetos/ações macrorregionais já são apoiados pelo Programa? (Número) c) Foram concedidos pontos suplementares/bónus a projetos/ações de grande significado ou impacto macrorregional? Em caso afirmativo, completar (1 frase específica) <i>Limite de caracteres: 800</i> d) Outras ações (por ex. projetos estratégicos planeados). Completar (1 frase específica) <i>Limite de caracteres: 750</i>	Sim Não x Sim Não x Sim Não
---	---

C. O Programa Operacional investiu Fundos da UE na Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico?	Sim Não x
---	---

i) Caso afirmativo:

Montante aproximado ou exato em EUR investido na Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (€) (Fundo aprovado):

FEDER:	
FC:	
FSE	49.860.642,89€
Quaisquer outros Fundos:	

Se assinalar "Quaisquer outros Fundos", identificar os Fundos:

Limite de caracteres: 255

ii) Caso não tenha investido Fundos da EU na ATLSBS:

O Programa Operacional pretende investir na ATLSBS no futuro? Completar (1 frase específica)

Não está previsto um apoio adicional do POCH no âmbito da Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica para do referido.

Limite de caracteres: 650

D. Indicar os resultados obtidos em relação à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (Reportar os resultados concretos obtidos ou a atingir. Em alternativa, identificar até 4 projetos financiados pelo Programa Operacional com contributo relevante para a ATLSBS):

O POCH identifica os seguintes projetos:

Projeto 1

Entidade promotora: Academia José Moreira da Silva - Cooperativa de Estudos de Economia Social, Crl

Título do Projeto: Cursos Profissionais - Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático

Custo total aprovado: 1 900 716,61€

Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 628 453,76€.

Região: Norte

Projeto 2

Entidade promotora: Academia José Moreira da Silva - Cooperativa de Estudos de Economia Social, Crl

Título do Projeto: Cursos Profissionais - Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático

Custo total aprovado: 1 519 614,51€

Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 306 421,86€.

Região: Norte

Projeto 3

Entidade promotora: Academia José Moreira da Silva - Cooperativa de Estudos de Economia Social, Crl

Título do Projeto: Cursos Profissionais - Técnico de Segurança e Salvamento em Meio Aquático

Custo total aprovado: 1 310 258,78€



Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 204 739,93€.

Região: Norte

Projeto 4

Entidade promotora: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DAS PESCAS E DO MAR (FOR-MAR)

Título do Projeto: Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP)

Custo total aprovado: 191.491,13€

Estimativa do Fundo Investido nos Cursos "Mar": 162.767,46 €

Região: Norte

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, quando aplicável

O Acordo de Parceria assumiu a inovação social enquanto área de aposta transversal dos FEEL, com ligação ao sistema de investigação e inovação nacional, estimulando o aparecimento de soluções inovadoras que, numa lógica complementar às respostas tradicionais, permitissem dar novas respostas a problemas sociais prementes na área social, na educação, na saúde, na justiça, entre outros.

Foram abertos dois Avisos de Inovação Social da tipologia 4.6 do POCH, em 2017, designadamente de Parcerias para o Impacto (POCH 67-2017-15) e Títulos de Impacto Social (POCH-67-2017-14), sendo ambos os concursos direcionados para o financiamento a projetos inovadores no âmbito do setor da educação e geridos pela EMPIS, enquanto organismo intermédio do POCH.

No que respeita ao Aviso dos Títulos de Impacto Social foram apresentadas 15 candidaturas, num montante de 5,2 M€ financiado pelo Fundo Social Europeu (FSE) para uma dotação de 5 M€, das quais foram aprovadas 7 candidaturas, correspondentes a 1,4M€ aprovados. No momento de análise do pedido de pagamento de saldo 1 das operações foi extinta por impossibilidade de aferir o indicador contratualizado, pelo que foram encerradas com sucesso 6 operações, num valor total de investimento executado, validado e pago de 918.523€ (780.745€ FSE), após validação dos distintos resultados contratualizados nos Títulos de impacto social contratualizados.

No que respeita ao Aviso das Parcerias para o Impacto foram apresentadas 26 candidaturas, num montante de 11,1 M€ solicitados, tendo sido aprovadas 19 operações, com um investimento total de 6,2M€. Uma vez que o montante de financiamento público excedeu a dotação prevista para o Aviso, a EMPIS propôs à AG um valor para aprovação superior, com o compromisso de não abrir mais concursos para a mesma, tendo a AG colocado esta matéria à consideração da coordenação da CIC especializada, uma vez que alterou a dotação indicativa do aviso, que aprovou a proposta apresentada. Tendo uma operação das 19 sido extinta durante a sua execução (por desistência da entidade beneficiária), 18 foram encerradas com sucesso, após validação do grau de cumprimento da meta contratualizada do Plano de Desenvolvimento, com uma despesa total executada, validada e paga de 3.877.375€ (3.295.769€ FSE). No que diz respeito às operações o único indicador contratualizado no AAC é um indicador de resultado: Grau de cumprimento da meta contratualizada do Plano de Desenvolvimento. Cada entidade apresentou, em sede de candidatura, a sua meta específica com um enorme grau de variabilidade, conforme foi aliás sugerido no anexo IV do AAC. A análise da informação de todas as operações, permitiu aferir que 55,56% dos projetos concluídos (10/18) cumpriu os resultados contratualizados.

Acresce referir que o POCH convidou a EMPIS a participar na 9ª reunião da Rede Learning and Skills, que se realizou em Portugal em novembro de 2018. No segundo dia da reunião foi promovida uma apresentação de projetos de inovação social cofinanciados pelo FSE relacionados com competências digitais, uma vez que as competências digitais são uma área temática da Rede L&S.

Limite de caracteres: 3500

14.6 Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados

O POCH não financiou, em regra, medidas especificamente dirigidas às necessidades específicas dos territórios mais afetados pela pobreza ou para grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social. Sem prejuízo disso, e como também já aflorado no ponto 11.2. do presente relatório, na prossecução do princípio horizontal da igualdade de oportunidades e não discriminação tem integrado ações ou disposições que procuram ter em conta ou mesmo discriminar positivamente intervenções financiadas que abrangem grupos mais vulneráveis no contexto do acesso ou da sua plena integração no sistema de educação, no respeito pelos objetivos de uma verdadeira educação inclusiva, nos termos do estabelecido nomeadamente pelo Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

Acresce que algumas disposições que têm orientado a implementação do POCH têm tido em conta as necessidades dos territórios menos desenvolvidos das regiões elegíveis ao programa e que estão em regra concentrados em zonas de baixa densidade, sem prejuízo de se reconhecer a existência de bolsas ou territórios específicos em risco de pobreza em zonas de elevada densidade elegíveis neste PO, designadamente na área metropolitana do Porto. Por exemplo, os avisos de abertura de candidaturas previram que as operações que decorriam em territórios de baixa densidade (Deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Portugal n.º 23/2015, de 26/03/2015, alterada pela Deliberação n.º 55/2015, de 01/07/2015, e ainda pela Deliberação n.º 20/2018, de 12/09/2018) tinham uma maior tolerância em relação ao nível a partir do qual o não cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de realização e resultados das respetivas operações dava lugar a uma redução do financiamento elegível (75% de média de cumprimento de indicadores no lugar de 85%). Outro exemplo de discriminação positiva dos territórios prende-se com o reforço dos apoios sociais aos formandos que realizam as suas ações no âmbito dos EFA em territórios afetados pelos fogos florestais de 2017.

Em relação aos Desempregados de Longa Duração, a intervenção do POCH, no contexto dos apoios disponibilizados no eixo 3 (Tipologias C. EFA e C. Aprendizagem) apoiou 111 367 pessoas (33% homens e 67% mulheres) que se encontravam em situação de DLD conforme o ICC de realização regista (ICC CO02). Se nos debruçarmos sobre o número de pessoas que participou em C. EFA – 58 975 participantes – constatamos, então, que cerca de 21% das pessoas apoiadas se encontrava em situação de desemprego de longa duração.

No combate à exclusão social, em particular garantindo que todos os alunos, independentemente da sua condição socioeconómica ou localização geográfica, tenham acesso a equipamentos tecnológicos e à internet, salientam-se, ainda, os apoios reforçados de resposta à COVID19 através do financiamento de novos computadores, com conectividade, para alunos (174 209) com ação social escolar (ASE) no ensino secundário em escolas públicas do Norte, Centro e Alentejo e ainda, nos das escolas de Lisboa e Algarve, para os do ensino básico, bem como para docentes dessas escolas do continente (83 662) (eixo 4 - Tipologia CRII – Transição Digital da Educação).

Limite de caracteres: 3500

15. INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO

(Em conformidade com o Artigo 21.º, n.º 2 e Artigo 22.º, n.º 7), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)



Os pontos 15 a 18 do presente relatório correspondem à Parte C do “Modelo dos relatórios de execução anuais e final do objetivo Investimento no Crescimento e no Emprego”, aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/207, da Comissão, e constituem requisitos de informação complementares aos pontos anteriores (Partes A e B), a constar apenas do relatório a apresentar em 2019 e do relatório final.

O Anexo V do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/207 determina a adaptação do Quadro 6 às particularidades da análise dos indicadores financeiros do Quadro de Desempenho (não se pretende informação adicional neste ponto do relatório).

Incorporado no Quadro 6.

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

(Artigo 50.º, n.º 5 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O POCH é um dos programas operacionais do Portugal 2020 que contribui para a estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para a coesão económica, social e territorial.

O “Capital Humano” assumiu uma importância estratégica para Portugal, pois o retorno sobre o investimento na educação e qualificação das pessoas permite corrigir desequilíbrios estruturais que ainda persistem comparativamente com outros Estados Membros da UE, ao nível das desigualdades sociais e económicas, em termos de indicadores de produtividade, escolarização e especialização competitiva da economia. Portugal tem melhorado os resultados e aumentado a qualidade e a eficiência do seu sistema educativo e de formação, acelerando a convergência com a média europeia, contudo a persistência de baixas qualificações constitui-se como um dos principais entraves ao desenvolvimento de atividades produtivas mais exigentes, nos vários setores económicos. O reconhecimento desta realidade está evidenciado nos compromissos assumidos por Portugal no seu Programa Nacional de Reformas (PNR), ao assumir integralmente as metas traçadas na CE (EE2020), nomeadamente as que previram a redução da taxa de abandono precoce de educação e formação para 10% até 2020 na população entre os 18 e os 24 anos e o aumento para 40% de diplomados de ensino superior na população entre os 30 e os 34 anos, ambas as metas cumpridas. O POCH foi assim, também, um dos instrumentos do Portugal 2020 ao serviço da trajetória do PNR, um programa que definiu medidas estratégicas de implementação de uma agenda de crescimento e desenvolvimento económico e social para Portugal no horizonte 2020, baseada em seis pilares, contribuindo o POCH para o pilar da qualificação dos portugueses.

No contexto desse pilar o POCH permitiu dar continuidade às políticas nacionais de apoio à formação inicial – sem prejuízo de ajustamentos que visaram melhorar a sua eficácia e eficiência – designadamente no âmbito do ensino profissional (dupla certificação), bem como de formação e aprendizagem ao longo da vida, em particular nesta última vertente através do Programa QUALIFICA, o Programa para a formação de adultos.

Como revelado nos dados do eixo 1, o POCH apoiou cerca de 261 560 jovens em cursos profissionais (CP), sendo os CP a modalidade mais relevante, enquanto via eficaz de promoção do sucesso escolar, pelo impacto positivo na redução do abandono escolar precoce, no aumento das taxas de transição e conclusão e no reforço da sua empregabilidade. Por exemplo, os estudos de avaliação contrafactual realizados sobre esses cursos demonstram que a taxa de conclusão dos cursos profissionais é em média superior em cerca de 20 p.p. em relação aos cursos científico-humanísticos. Da mesma forma, em relação aos alunos do ensino secundário que optaram por não prosseguir estudos, a proporção dos que se encontram a trabalhar, ao fim do tempo normal de conclusão, é superior para os que frequentaram um Curso Profissional (53,3%), face a 28,5% dos alunos que frequentaram o ensino científico-humanístico, sendo também mais favorável em termos contratuais (e.g.

maior peso dos vínculos laborais sem termo – 29,1% nos CP e 26,3% na científico-humanística), bem como na proporção dos que trabalham a tempo inteiro.

Os dados do eixo 3 revelam que o POCH apoiou 640 335 pessoas (56% homens, 44% mulheres) em ofertas que visam o aumento da qualificação da população adulta, no âmbito da atividade dos Centros Qualifica (701 636 participações, 56% mulheres e 44% homens), dos Cursos EFA (58 975, 64% mulheres e 36% homens) e dos Cursos de Aprendizagem (43 170, 66% homens e 34% mulheres). Este apoio à participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida permite dotar os adultos de ferramentas adequadas para acompanharem as necessidades do mercado de trabalho, com vista à promoção da empregabilidade e à promoção de uma sociedade mais inclusiva e qualificada e contribuindo para diminuir o défice estrutural das qualificações em Portugal na última década (em 2023, 58,9% da população adulta dos 25 aos 64 anos residente em Portugal tinha pelo menos o ensino secundário, abaixo da média europeia nos 79,8%; quando em 2015, Portugal registava 45,1% da sua população, por comparação a 76,1% da UE), apesar deste se manter elevado, justificando a resposta reforçada neste domínio no período de programação do PT2030. Contudo, podemos afirmar que o apoio do POCH à qualificação da população adulta foi estratégico no sentido de se prosseguir as metas nacionais do PNR e europeias, designadamente garantir que 50% da população ativa tenha, pelo menos, o ensino secundário e 15% da população adulta tenha frequentado atividades de aprendizagem ao longo da vida no último ano.

Adicionalmente, o POCH, através do seu eixo 2, contribuiu para o cumprimento do objetivo europeu e nacional de se atingir 40% da população entre os 30 e os 34 anos com nível de ensino superior ou equivalente (em 2023, Portugal registava 41,5%, um pouco abaixo dos 43,1% UE; face aos 33,1%, verificados em 2015), através do apoio à frequência deste nível de ensino, em particular através do financiamento de bolsas para estudantes (116 056 pessoas apoiadas, 63% mulheres e 37% homens) e apoio aos cursos TeSP (6 582 pessoas, 57% homens e 43% mulheres). Paralelamente, o apoio do POCH a bolseiros de formação avançada (5 811 pessoas) foi um contributo para a estratégia de afirmar Portugal como um país de conhecimento e de ciência, que valoriza a atividade científica e um crescimento inteligente. Ainda, em 2018 o POCH lançou os instrumentos financeiros para alunos do ensino superior (apoiou 2 266 estudantes), enquanto reforço para o alargamento do acesso e contínua democratização do ensino superior e que são relevantes num contexto de crescimento inclusivo.

Por sua vez, através dos concursos do eixo 4 do POCH foi possível contribuir para o crescimento da performance dos alunos e o incremento da qualidade da prestação da educação e da formação, seja por via do apoio do PO ao Programa Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE abrangeu 800 agrupamentos de escolas), seja por via da Formação contínua de Docentes (123 361 pessoas), ou da contratação de psicólogos (305 em equivalente a tempo integral) para os Serviços de Psicologia e Orientação escolares, e de outros Avisos no âmbito deste eixo, designadamente para a inovação social, o alinhamento das escolas que ministram cursos profissionais com o EQAVET (permitiu certificar 404 escolas), o apoio financeiro à participação no Campeonato das Profissões (por parte de 15 escolas, tendo um aluno obtido o título de campeão europeu na profissão de Cozinha) gerido pelo IEFP ou aos clubes Ciência Viva (apoiados 126) acompanhados pelo Centro Ciência Viva, e ainda à Recuperação das Aprendizagens perdidas no período da pandemia COVID19, via apoio ao Plano 21123 Escola + (Ações específicas: 1.1.2 - Ler - conhecer, aprender e ensinar e 1.6.2 – Programa para competências sociais e emocionais - num montante total executado de 982 186€). Recorda-se a este respeito que o eixo assume uma particular relevância estratégica porque permite apoiar medidas de carácter preventivo ou precoce, alavancando os resultados dos outros eixos estratégicos do PO.

No âmbito do PNPSE efetivou-se a atribuição de recursos humanos adicionais (docentes e técnicos às escolas), implicando um investimento de 3 639 486€, tendo-se, ainda, articulado esse apoio com os que foram

concedidos no âmbito da formação contínua de docentes para suporte à concretização dos planos de ação das escolas apresentados ao abrigo desse Programa e aprovados pela sua Estrutura de Missão.

Em suma, o POCH apoiou 1 202 345 pessoas através dos seus eixos 1, 2, 3 e 4. Este número demonstra o relevante contributo do POCH para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, uma vez que a educação e a qualificação são elementos estruturais para o incremento da produtividade e a melhoria da competitividade da economia, para a promoção de uma sociedade mais sustentável ambientalmente, bem como para a promoção da coesão social. O investimento do PO foi, assim, uma pedra basilar do triângulo que se pretende virtuoso do crescimento inteligente, inclusivo e sustentável. De facto, as intervenções do POCH foram determinantes para desenvolver um maior ajuste das ofertas às necessidades do mercado de trabalho e ao maior enfoque nas áreas de bens e serviços transacionáveis, incluindo a economia digital, a economia azul e a economia circular, contribuindo para uma economia mais sustentável e com menores emissões de carbono.

Numa perspetiva de desenvolvimento sustentável os apoios do POCH contribuíram para preparar os recursos humanos para os desafios associados à economia verde e à transição para um modelo de baixo carbono. De facto, os requisitos de qualificação para muitos dos novos empregos serão superiores aos atuais, obrigando a uma maior qualificação e especialização dos trabalhadores, o que implica necessariamente investimento em formação e qualificação profissional. Os requisitos técnicos da eficiência energética, da produção de energias renováveis, da adaptação às alterações climáticas, da eficiência no uso dos recursos (água, minerais, biodiversidade) traduzem-se em crescentes necessidades de formação profissional face às evoluções nesses domínios, onde tendem a surgir novas oportunidades de empregabilidade. É neste contexto que aparece o contributo do POCH para o clima, a que respeita o ponto 11.4 do relatório.

Por sua vez ao nível da promoção da economia azul, o capital humano de suporte assenta no financiamento da formação e qualificação no âmbito das atividades ligadas ao mar, reveja-se o ponto 14.4 do relatório.

Para concluir, a educação e qualificação são essenciais para a redução das desigualdades, nomeadamente pelo potencial na interrupção dos ciclos de pobreza e na sua transmissão intergeracional, verificando-se uma relação entre as desigualdades escolares e as desigualdades de rendimento, educacionais e culturais. Neste contexto, pode-se afirmar que a política nacional pública para a educação e formação contribui para o aumento dos níveis de escolaridades e a redução do défice de qualificações, para o decréscimo das desigualdades sociais e para a possibilidade de percursos de mobilidade social ascendente. O POCH foi um instrumento fundamental de apoio à qualificação dos portugueses, financiando intervenções que vão desde a promoção do sucesso escolar, à melhoria da qualidade do sistema educativo, a qualificação dos jovens e adultos e um melhor ajustamento entre a formação/educação e as necessidades do mercado de trabalho.

Limite de caracteres: 17500

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE DESEMPENHO

A aferição final do Quadro de Desempenho (QD) tem lugar no presente Relatório e tendo por base os dados de execução física e financeira que contribuem para os objetivos definidos, apresentada ao longo do relatório. A orientação para resultados subjacente ao quadro de aplicação FEEI assenta, entre outros vetores, na avaliação do desempenho dos PO à luz do QD previamente estabelecido, o qual estabeleceu os objetivos intermédios de forma a assegurar que os progressos realizados iam ao encontro do planeado e antecipar eventuais problemas na implementação dos PO, tendo em vista as suas metas finais a atingir até ao final de 2023.

No sentido do cumprimento dessas metas, todos os indicadores incluídos no QD devem atingir, pelo menos, 85% do valor da meta até ao final de 2023. Se o QD incluir três ou mais indicadores, as metas de uma prioridade podem ser consideradas cumpridas se todos os indicadores, exceto um, tiverem atingido 85% do valor da meta

para 2023. O indicador que não atinja 85% do valor da meta não deve apresentar um resultado inferior a 75% dessa da meta.

Analisando, assim, o Quadro de Desempenho final do POCCH, por Eixo, podemos destacar os aspetos que se seguem.

No Eixo 1 o indicador físico (Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação do ISCED 3) atingiu os 87% de execução, tendo sido apoiadas 261 560 pessoas, face às 300 000 previstas. O facto de os custos unitários terem aumentado, de o número de alunos desta via formativa não ter crescido como o esperado ou de parte dos apoiados, abrangidos no âmbito das operações MEA terem sido enquadradas no PESSOAS 2030, contribuem para uma menor concretização desta meta.

O enquadramento de um conjunto alargado de operações dos Cursos Educação Formação e sobretudo, dos Cursos Profissionais no PESSOAS 2030, nomeadamente dos anos 2021 e 2022, por limitações de dotação do POCCH para acomodar essas operações, implica que existam Indicadores com valores cumulativos inferiores aos reportados no relatório de 2022, designadamente no eixo prioritário EP1, Prioridades de Investimento 10.i e 10.iv. Sendo duas tipologias que apresentam um elevado nível de execução todos os anos, o enquadramento destas operações no PESSOAS 2030 explicam a quebra dos valores dos respetivos indicadores neste relatório, face ao anteriormente submetido em 2022, designadamente no eixo prioritário EP1, Prioridades de Investimento 10.i e 10.i. O enquadramento de 391 operações MEA só no Eixo 1 no Portugal 2030 tem implicações também nos valores dos ICC, não só em indicadores atomizados, mas também nos totais acumulados por Eixo Comunitário.

O indicador financeiro do QD deste eixo referente a despesa certificada ultrapassou a meta para 2023 (foi certificado um montante de 2.135.409.269 €, em relação aos 2.016.470.589€ propostos). Este nível de desempenho explica-se pela forte e continuada prioridade política atribuída ao investimento no ensino profissional como via a privilegiar na conclusão do ensino secundário e de dupla certificação, considerando o contributo reconhecido dessa via para a promoção do sucesso escolar e redução do abandono escolar precoce, bem como para o reforço da sua empregabilidade. A União Europeia estabeleceu como meta para 2020 a taxa de abandono escolar precoce ficar abaixo dos 10%. Portugal partiu numa posição bastante desfavorável e conseguiu recuar cerca de 14 pontos percentuais em apenas 9 anos, tendo ultrapassado essa meta.

No que diz respeito ao Eixo 2 ambos os indicadores físicos (Estudantes apoiados com bolsas de ação social de ISCED 5, 6 e 7 e Bolseiros de doutoramento) ultrapassaram as metas propostas - 116 055 estudantes apoiados face aos 100 000 propostos e 4 320 bolseiros apoiados, face aos 3 500 propostos. Em termos da despesa certificada, também para este indicador a meta para 2023 foi garantida na medida em que em relação ao objetivo de 614.117.648 €, foram certificados 604.423.969 € (98% da meta).

Para este nível de desempenho contribui, por um lado, o reconhecimento acrescido do papel das bolsas de ação social no ensino superior, bem como a importância das bolsas de doutoramento para possibilitar a prossecução de percursos académicos mais longos. Por outro lado, reconhece-se que, apesar dos francos progressos do país no aumento da sua população com formação avançada, a continuação do investimento nesse domínio é de grande relevância para um Portugal mais inovador, com um crescimento cada vez mais assente na ciência e tecnologia. Os resultados são francamente positivos: de acordo com o Inquérito aos Doutorados 2023 da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência: numa década, o número de doutorados residentes em Portugal aumentou 73%, e tendo ultrapassado as 43 mil pessoas. Salientar que no âmbito da resposta aos resultados menos expressivos nas taxas de conclusão da formação superior, e em resposta aos seus impactos na pandemia, o POCCH apoiou a tipologia Skills 4 Pós Covid, precisamente para dotar o sistema de ensino superior de resiliência para lidar com choques inesperados e melhorar as condições dos estudantes.

No Quadro de Performance no Eixo 3 os dois indicadores físicos superaram as metas contratualizadas: “Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional” (50 000 propostos e 58

975 apoiados) e “Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3” (41 000 propostos e 43 170 apoiados). Em relação ao indicador financeiro apesar de não ter sido alcançada a meta proposta (despesa certificada de 762.959.667 € para uma meta de 845.882.353), esta representa 90% da meta, o que segundo a regra acima descrita permite estar em conformidade com o cumprimento do QD.

No Eixo 4 constata-se a superação das metas contratualizadas no QD. O indicador “Novos psicólogos em equivalente a tempo integral, apoiados” superou a meta de 300 profissionais, tendo-se alcançado 305 psicólogos. Para o indicador “Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação” foi proposta uma meta de 205 000 pessoas, tendo-se apoiado 285.991, o que corresponde a 139% da meta estabelecida para 2023. Uma nota ainda para os indicadores relativos à tipologia da digitalização da educação, para os quais foram globalmente atingidos os objetivos.

No caso do indicador financeiro, certificou-se 172.814.981 € nas regiões menos desenvolvidas, 11.738.357 €, na região em transição e 55.373.966 € na região mais desenvolvida, o que equivale a um cumprimento total das metas, decorrente da reprogramação de 2023, que permitiu a revisão das metas dos indicadores associados para as percentagens respetivas de cofinanciamento (80% e 50%) relativas às regiões em transição e mais desenvolvida. Relembramos que por impossibilidade do Sistema de Informação da COM (SFC) em registar uma taxa de cofinanciamento de 100%, por via dos FEEI, levou a que o investimento total fosse registado instrumentalmente com referência a taxas de 80% e 50%.

É de assinalar o esforço de recuperação que neste eixo foi sendo feito, atendendo ao seu início da implementação mais tardio, designadamente por questões relacionadas com a disponibilização das funcionalidades necessárias em sede de sistema de informação e considerando o carácter inovador de boa parte das tipologias que integraram este Eixo.

Limite de caracteres: 7000

18. INICIATIVA PARA O EMPREGO DOS JOVENS (IEJ)

(Artigos 19.º, n.º 4, e n.º 6 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável ao POC



ANEXO I – ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2A	Indicadores comuns de resultado para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 2C	Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se for o caso)
Quadro 4A	Indicadores comuns de realização para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 4B	Indicadores de realização específicos dos programas para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 5	Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho
Quadro 6	Informações financeiras a nível do programa e do Eixo prioritário
Quadro 7	Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão
Quadro 10	Despesa incorrida fora da União (FSE)



Quadro 2A - Indicadores comuns de resultados para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)

Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	1.083	688	395				0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	19	8	51	39	12	69	49	20	47	36	11	484	264	220	220	147	73	185	134	
		CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	17.495	7.870	9.625				0	0	0	0	0	0	83	28	55	51	22	29	101	63	38	86	49	37	202	123	79	354	252	102	16.618	7.333	9.285	0	0	
		CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	19.622	10.231	9.391				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	1.870	1.142	728	5.405	3.429	1.976	12.344	5.657	6.687	0	0		
		CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	721	510	211				0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	7	4	31	25	6	31	23	8	46	36	10	396	265	131	126	95	31	80	59	
		CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	2.480	1.898	582				1693	1.340	353	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	787	558	229	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iv
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Indicador	Indicador	Categoria de região	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M				
1	10.iv	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	28.512	16.155	12.357				0	0	0	3	1	2	2.890	1.535	1.355	5.378	3.075	2.303	276	188	88	498	331	167	397	247	150	5.352	2.929	2.423	1.057	681	376	376	7.168	5.493	
		CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	6.525	3.159	3.366				0	0	0	18	10	8	714	305	409	1.101	475	626	679	294	385	178	52	126	299	132	167	455	199	256	595	224	371	2.486	1.468	1.018	
		CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	181.545	105.912	75.633				0	0	0	214	106	108	25.224	14.159	11.065	65.306	39441	25865	23.717	14373	9344	1.932	1268	664	14.557	9047	5510	19.916	10824	9092	1.455	922	533	29.224	15.772	13.452	
		CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	37.879	22.586	15.293				0	0	0	5	3	2	3.488	2.062	1.426	6.833	4290	2543	242	164	78	328	233	95	367	242	125	8.790	5117	3673	967	614	353	16.859	9.861	6.998	
		CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	65.485	40.435	25.050				50908	31743	19165	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14.577	8692	5885	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID da prioridade de Investimento	10.ii
Designação da prioridade de Investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
2	10.ii	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	11.860	3.676	8.184				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	81	46	35	7.025	2265	4760	4.670	1.326	3.344	80	38	42	4	1	3	0	0	
		CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	519	275	244				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	71	40	31	87	43	44	302	155	147	58	36	22	1	1	0	0	0	
		CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	4.155	2.104	2.051				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1.353	635	718	1.374	728	646	1.358	693	665	67	45	22	1	1	0	0	0	
		CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	8.383	3.444	4.939				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	511	244	267	5.140	2098	3042	2.620	1.050	1.570	107	49	58	5	3	2	0	0	
		CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	14	9	5				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	2	2	0	7	3	4	3	2	1	0	0	0	0	0		
		CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	25.951	9.516	16.435				14.419	5.426	8.993	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.532	4090	7442	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	267	188	79				216	149	67	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	51	39	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	33	19	14				19	9	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	10	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	16	11	5				1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	10	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH																										
ID do eixo prioritário	3																										
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade																										
ID da prioridade de investimento	10.III																										
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas																										

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Indicador	Indicador	Categoria de região	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014				
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M					
3	10.III	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	521	299	222				13	11	2	20	7	13	15	6	9	42	22	20	23	8	15	88	48	40	36	19	17	164	96	68	110	75	35	10	7	3		
		CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	25.967	11.831	14.136				36	20	16	2.423	1.338	1.085	0	600	1053	2.072	882	1190	1.342	558	784	1.689	726	963	2.322	1.012	1.310	1.701	691	1.010	4.941	1.819	3.122	7.788	4.185	3.603		
		CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	43.222	19.882	23.340				8938	3704	5234	7.973	2.844	5.129	6.512	2628	3884	2.004	1132	872	3.657	2416	1241	5.583	2.893	2.690	3.175	1.781	1.394	333	250	83	2.339	1.067	1.272	2.708	1.167	1.541		
		CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	15.018	7.530	7.488				494	114	380	1612	527	1.085	1690	611	1079	1562	677	885	2.253	1386	867	1.763	940	823	2.573	1477	1.096	1.717	892	825	774	533	241	580	373	207		
		CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	6.177	1.826	4.351				2145	654	1491	1.751	479	1.272	738	176	562	476	140	336	89	22	67	475	171	304	252	74	178	163	70	93	70	34	36	18	6	12		
		CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	89.203	37.992	51.211				89203	37992	51211	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	173.509	80.234	93.275				171763	79381	92382	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.746	853	893	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	6.294	2.867	3.427				6248	2850	3398	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46	17	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	8.885	3.297	5.588				8771	3262	5509	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	114	35	79	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2021			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
4	10.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽¹⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽²⁾	Menos desenvolvidas	58.496	12.438	46.058				54.489	11.783	42.706	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.007	655	3.352	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽⁴⁾	Menos desenvolvidas	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Quadro 2C - Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se for o caso)

Programa Operacional	PO CH																													
ID do eixo prioritário	1																													
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade																													
ID da prioridade de investimento	10.i																													
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação																													

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução (1)	2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014												
					T	H	M	T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	Valor qualitativo									
					Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T		H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo									
1	10.i	R112	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	80	84,0	83,1	85,9			Valor anual	0	0	0		0	0	0		84,4	83,3	87,0		84,3	83,4	86,4		82,8	81,8	84,8		82,1	81,5	83,5		87,9	86,9	89,6		85,0	84,2	86,3		85,6	83,4	88,5		0	0	0	
											Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		84,0	83,1	85,9		84,0	83,1	85,8		83,9	83,0	85,7		84,4	83,5	86,1		86,3	85,4	87,9		85,0	84,2	86,5		85,6	83,4	88,5		0	0	0	
		R113	Alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	85	83,0	82,8	83,6			Valor anual	0	0	0		0	0	0		82,3	82,4	82,0		86,2	86,0	86,6		82,3	81,3	84,8		82,2	82,5	81,8		82,1	81,4	83,9		80,1	81,8	77,2		88,2	87,3	90,0		0	0	0	
											Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		83,0	82,8	83,6		83,1	82,8	83,7		82,6	82,3	83,2		82,6	82,5	82,9		82,8	82,6	83,4		83,8	84,3	82,8		88,2	87,3	90,0		0	0	0	

Programa Operacional	PO CH																													
ID do eixo prioritário	1																													
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade																													
ID da prioridade de investimento	10.iv																													
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes																													

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução (1)	2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014												
					T	H	M	T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	Valor qualitativo												
					Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T		H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo									
1	10.iv	R141	Diplomados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	70	71,1	67,0	76,9			Valor anual	0	0	0		75,4	72,6	79,6		75,7	72,7	80,5		71,0	67,4	76,3		68,7	64,0	73,3		69,3	64,8	75,0		66,7	61,2	74,5		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
											Valor cumulativo	0	0	0		71,1	67,0	76,9		70,2	66,0	76,5		68,9	64,4	73,5		68,2	63,3	73,3		68,0	62,9	73,3		66,7	61,2	74,5		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
		R143	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão dos Cursos Profissionais	Menos desenvolvidas	50	73,6	75,1	71,6			Valor anual	74,2	75,7	72,0		75,7	76,4	74,6		69,9	72,2	66,9		71,0	73,3	68,3		75,7	76,9	74,3		75,1	76,1	73,9		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
											Valor cumulativo	73,6	75,1	71,6		73,4	74,9	71,5		72,8	74,5	70,8		73,9	75,4	72,1		75,4	76,5	74,1		75,1	76,1	73,9		0	0	0		0	0	0		0	0	0					



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID da prioridade de investimento	10.ii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-ano (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução (2)			2023				2022				2021				2020				2019				2018				2017				2016				2015				2014																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
					T	H	M	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
2	10.ii	R121	Estudantes apoiados pela ação social nos níveis ISCED 5, 6 e 7 que concluíram o curso	Menos desenvolvidas	65	64,7	55,7	70,4	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		54,7	45,3	60,2		67,2	60	71,8		66,2	59,1	71		51,3	45,8	53,8		0	0	0			0	0	0		0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			0	0	0			

Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-ano (2023)			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014													
					T	H	M	T	H	M	Previsão / Execução (i)			T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo										
											Valor anual	Valor cumulativo	Valor anual																													Valor cumulativo	Valor anual	Valor cumulativo	Valor anual	Valor cumulativo	Valor anual	Valor cumulativo	Valor anual	Valor cumulativo	Valor anual
3	10.iii	R131	Adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	60	51,7	49,3	53,0	62,6	61,9	62,8		52,8	49,5	54,1		37,6	33,3	39,7		20,3	22,7	18,7		47,0	48,2	45,9		74,9	68,8	78,7		53,6	51,5	55,1		57,8	54,5	59,8		61,7	57,2	64,6		0	0	0		0	0	0
		R133	Diplomados nos Cursos de Aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	61	56,8	58,6	53,5	59,9	61,6	56,3		61,1	62,9	57,6		57,2	59,1	52,6		56,3	58	53,3		55,7	58,7	50,4		58,4	60,6	54,3		56,1	58,1	52,3		0	0	0		0	0	0		0	0	0				



Programa Operacional	POCH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID da prioridade de investimento	10.i
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID de Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014													
					T	H	M	T	H	M	Previsão / Execução (%)			Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo									
											T	H	M																																						
4	10.i	R116	Participantes que concluíram ações de Formação Contínua dirigidas a docentes e outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	95	96	96,1	96			Valor anual	95,5	94,7	95,8		95,9	95,5	96,1		96,1	95,7	96,2		94,3	94,8	94,2		97,9	97,9	98,0		96,6	96,5	96,7		98,0	97,8	98,1		99,0	99,1	99,0		0	0	0		0	0	0	
										Valor cumulativo	96,2	95,8	96,1		96,2	96,1	96,2		96,3	96,2	96,2		96,3	96,3	96,3		97,4	97,3	97,5		97,2	97,1	97,2		98,1	98,0	98,1		99,0	99,1	99,0		0	0	0		0	0	0		
		R117	Alunos por psicólogo em equivalente a tempo integral	Menos desenvolvidas	1.140			811			Valor anual			0				811					840						807,5				995,6									0				0					
											Valor cumulativo																														0				0						
		CVR13	Número médio de alunos por computador	Menos desenvolvidas	1,5			2,0						0								2,0																													
		CVR13	Número médio de alunos por computador	Transição	1,9			1,6						0								1,6																													
		CVR13	Número médio de alunos por computador	Mais desenvolvidas	2,2			1,9					0								1,9																														

Programa Operacional	POCH
ID do eixo prioritário	5
Designação do eixo prioritário	Infância Terceta
ID da prioridade de investimento	Não aplicável
Designação da prioridade de investimento	Não aplicável

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução ⁽²⁾	2023				2022				2021				2020				2019				2018				2017				2016				2015				2014			
					T	H	M	T	H	M		Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo							
5	Não aplicável	RAT3	Despesa coberta pelas ações de acompanhamento on spot	Menos desenvolvidas	6		4,2%				Valor anual	0,95%			1,96%				3%				5%				6,9%				0,0%				1,2%				7,8%				6,3%				0				
											Valor cumulativo	4,23%			6,4%				4,2%				4,4%				4,3%				2,8%				5,0%				7,3%				6,3%				0				

Quadro 4A – Indicadores comuns de realização para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)

Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução (Repetição por género facultativa)			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.1	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO03	Inativos (FSE)	51.007	29.818	21.189				0	0	0	0	0	0	27	19	8	2.127	1.544	583	3.671	2.546	1.125	4.493	3.100	1.393	5.005	3.429	1.576	8.240	5.513	2.727	6.564	4.171	2.393	20.880	9.496	11.384
		CO03	Inativos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	729	425	304				0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	2	33	23	10	108	75	33	67	37	30	117	70	47	126	83	43	274	135	139
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	51.006	29.817	21.189				0	0	0	0	0	0	27	19	8	2.127	1.544	583	3.671	2.546	1.125	4.493	3.100	1.393	5.004	3.428	1.576	8.240	5.513	2.727	6.564	4.171	2.393	20.880	9.496	11.384
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO07	Com mais de 54 anos de idade	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	51.013	29.820	21.193				0	0	0	0	0	0	27	19	8	2.128	1.544	584	3.671	2.546	1.125	4.494	3.101	1.393	5.004	3.428	1.576	8.243	5.513	2.730	6.565	4.172	2.393	20.881	9.497	11.384
		CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO16	Participantes com deficiência (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽¹⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução (Respeito por género facultativo)			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
1	10.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (EE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO19	Pessoas de zonas rurais (EE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Total global de participantes (por Eixo Priorit./Priorid. Invest.) ⁽³⁾	51.013						0			0			27			2128			3.671			4.494			5.004			8.243			6.565			20.881		



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID de prioridade de investimento	10.iv
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.iv	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO03	Inativos (FSE)	409.286	242.166	167.120				0	0	0	298	140	158	35.246	19.939	15.307	77.010	46.743	30.267	29.579	17.903	11.676	43.211	26.496	16.715	31.422	18.807	12.615	79.892	46.555	33.337	30.987	18.276	12.711	81.641	47.307	34.334
		CO03	Inativos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	2.386	1.450	936				0	0	0	1	0	1	112	69	43	395	240	155	248	141	107	250	161	89	250	141	109	653	349	304	107	63	44	370	286	84
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	409.174	242.090	167.084				0	0	0	298	140	158	35.242	19.938	15.304	77.006	46.739	30.267	29.576	17.899	11.677	43.203	26.491	16.712	31.422	18.808	12.614	79.877	46.544	33.333	30.976	18.267	12.709	81.574	47.264	34.310
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)							0	0	0																											
		CO07	Com mais de 54 anos de idade	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	0	0	0				0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iv
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.Iv	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (PSE)	409.206	242.108	167.098				0	0	0	298	140	158	35.240	19.937	15.303	76933	46684	30249	29.580	17.905	11.675	43.208	26.495	16.713	31.424	18.809	12.615	79.896	46.556	33.340	30.986	18.275	12.711	81.641	47.307	34.334
		CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	1
Designação do eixo prioritário	Promocão do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iv
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da relevância dos sistemas de ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
1	10.iv	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID da prioridade de investimento	10.ii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
2	10.ii	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	242	166	76				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77	58	19	43	29	14	101	65	36	21	14	7	
		CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	67	43	24				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	8	2	12	9	3	38	20	18	7	6	1		
		CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO03	Inativos (FSE)	190.083	68.906	121.177				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	177	60	117	3.358	1.290	2.068	74.192	27.372	46.820	39.415	13.984	25.431	6.390	2.775	3.615	66.551	23.425	43.126	
		CO03	Inativos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	67.708	24.081	43.627				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	227	113	114	437	259	178	538	312	226	66.506	23.397	43.109	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	755	505	250				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	242	164	78	247	164	83	232	150	82	34	27	7	
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	168.337	60.471	107.866				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	13	26	657	281	376	67.781	24.823	42.958	36.694	12.914	23.780	2.358	1.336	1.022	60.808	21.104	39.704	
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO07	Com mais de 54 anos de idade	129	72	57				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	7	7	51	25	26	13	9	4	22	15	7	29	16	13	
		CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	29	16	13				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	16	13



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID da prioridade de investimento	10.ii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
2	10.ii	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	175	79	96				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0	42	21	21	129	54	75	2	2	0	
		CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	151.906	55.894	96.012				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	426	178	248	60.318	22.565	37.753	31.605	11.346	20.259	2.137	1.253	884	57.420	20.552	36.868
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	38.998	13.601	25.397				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	177	60	117	2.932	1.112	1.820	14.192	5.027	9.164	8.058	2.810	5.248	4.378	1.680	2.776	9.183	2.912	6.272
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	21	12	9				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	3	14	8	6	2	2	0
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ¹⁰ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID de prioridade de investimento	10.ii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014			
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M				
2	10.ii	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (EL)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO19	Pessoas de zonas rurais (IE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Total global de participantes (por Eixo Priorit./Priorid. Invest.) ⁽²⁾				191.080						0			0			0			0			177			2.932			14.192			8.058			4.378			9.183	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	3
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.III
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
3	10.III	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	344.320	139.845	204.475				625	220	405	39.929	14.571	25.358	48.772	17.512	31.260	43780	16738	27042	41188	15707	25481	48342	20176	28166	39458	16362	23096	41734	19452	22282	18980	9006	9974	21512	10101	11411
		CO01	Desempregados (IEI), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	111.367	36.828	74.539				311	107	204	13.402	4.056	9.346	19.711	6.001	13.710	13962	4259	9703	14139	4173	9966	18736	6357	12379	14719	5274	9445	12399	4695	7704	3295	1420	1875	693	486	207
		CO02	Desempregados de longa duração (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO03	Inativos (FSE)	49.059	28.624	20.435				1	1	0	4.974	3.051	1.923	5.468	3.209	2.259	3776	2297	1479	5256	3180	2076	7094	3778	3316	7559	4508	3051	12471	7286	5185	2350	1231	1119	110	83	27
		CO03	Inativos (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	28.244	16.813	11.431				1	1	0	3.905	2.434	1.471	3.913	2.454	1.459	2544	1604	940	3500	2187	1313	5063	2401	2662	4555	2756	1799	1799	2525	1444	785	445	340	9	6	3
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	426.377	187.223	239.154				229	101	128	77.990	34.566	43.424	77.597	33.382	44.215	56817	25598	31219	68521	27757	40764	72883	31795	41088	45511	20817	24694	19588	9558	10030	6937	3405	3532	304	244	60
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	175.829	98.990	76.839				168	82	86	17.408	9.216	8.192	20.862	10.961	9.901	17892	9889	8003	21742	11819	9923	24861	14139	10722	21142	11799	9343	28633	16812	11821	10789	6326	4463	12332	7947	4385
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEI)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO07	Com mais de 54 anos de idade	91.535	38.405	53.130				118	30	88	16.969	7.036	9.933	16.166	6.633	9.533	11798	4821	6977	14253	5671	8582	15139	6307	8832	9729	4489	5240	5016	2371	2645	1672	752	920	675	295	380
		CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	40.614	16.188	24.426				99	26	73	6.361	2.386	3.975	6.577	2.452	4.125	5252	1949	3303	5728	2185	3543	6732	2676	4056	4815	2160	2655	3226	1540	1686	1155	522	633	669	292	377



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	3
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências ad

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
3	10.iii	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	495.033	241.652	253.381				565	258	307	64.182	30.712	33.470	71.897	32.760	39.137	58.446	28.105	30.341	61.317	28.419	32.898	77738	38.136	39.602	60655	30.507	30.148	56778	30.104	26.674
		CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	257.613	91.331	166.282				269	60	209	40.699	14.885	25.814	45.572	16.171	29.401	38.425	13.811	24.614	44.492	15.238	29.254	41215	14.364	26.851	26391	9.177	17.214	14508	5.171	9.337
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	33.700	9.007	24.693				0	0	0	2.737	786	1.951	9.554	2.483	7.071	5.039	1.442	3.597	6.351	1.678	4.673	5477	1.425	4.052	2907	670	2.237	1302	415	887
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO16	Participantes com deficiência (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	49.779	18.220	31.559				0	0	0	3.100	971	2.129	10.458	3.815	6.643	6.247	2.265	3.982	7.679	2.658	5.021	9676	3.537	6.139	6986	2.770	4.216	4322	1.693	2.629
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	3
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			T
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
3	10.iii	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
			Total global de participantes (por Eixo Priorit./Priorid. Invest.) ⁽³⁾	819.756						855			122.893			131.837			104.373			114.965			128.319			



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID de prioridade de investimento	10.i
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
4	10.i	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO03	Inativos (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO03	Inativos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	195.674	37.428	158.246				27.342	4.922	22.420	32048	6251	25797	29.385	5.849	23.536	29682	5975	23707	27559	5411	22148	21594	4009	17585	25572	4294	21278	2492	717	1775	0	0	0	0	0	
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	425	94	331				85	12	73	63	13	50	52	10	42	67	21	46	71	17	54	48	12	36	39	9	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO07	Com mais de 54 anos de idade	62.887	12.411	50.476				9.869	1.787	8.082	11177	2193	8984	10.365	2.068	8.297	8974	1761	7213	9361	1920	7441	6054	1233	4821	6332	1178	5154	755	271	484	0	0	0	0	0	0
		CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	0	0	0				0			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID da prioridade de investimento	10.1
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014			
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M				
4	10.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	2.667	254	2.413				547	59	488	383	35	348	339	25	314	663	69	594	303	37	266	237	10	227	195	19	176	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	5.657	482	5.175				1.140	84	1.056	831	74	757	839	63	776	1361	105	1256	635	66	569	554	57	497	297	33	264	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	187.346	36.691	150.655				25.657	4.779	20.878	30834	6142	24692	28.207	5.761	22.446	27658	5801	21857	26621	5308	21313	20797	3941	16856	25080	4242	20838	2492	717	1775	0	0	0	0	0	0	
		CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	6	1	5				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID da prioridade de investimento	10.i
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
				T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
4	10.i	CO18	Pessoas semi-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (PSE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO19	Pessoas de zonas rurais (IE)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	0	0	0				0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		Total global de participantes (por Eixo Priorit./Priorid. Invest. ⁽³⁾				195.674						27.342			32.048			29.385			29.682			27.559			21.594			25.572			2.492			0			0



Quadro 4B - Indicadores de realização específicos dos programas para o FSE (por Eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)

Programa Operacional		PO CH																											
ID do eixo prioritário		1																											
Designação do eixo prioritário		Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade																											
ID da prioridade de investimento		10.i																											
Designação da prioridade de investimento		Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação																											

ID do Eixo Prioritári o	ID da Prioridade de Investim. o	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.i	O112	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	Menos desenvolvidas	Nº	44.650			45250	26308	18942	101%			0	0	0	0	0	0	20	13	7	1.858	1.351	507	3.337	2.303	1.034	4.098	2.803	1.295	4.668	3.205	1.463	5.387	3.688	1.699	5.001	3.260	1.741	20.881	9.685	11.196

Programa Operacional		PO CH																											
ID do eixo prioritário		1																											
Designação do eixo prioritário		Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade																											
ID da prioridade de investimento		10.iv																											
Designação da prioridade de investimento		Melhoria da relevância dos sistemas do ensino e formação para o mercado de trabalho, facilitar a transição da educação para o trabalho e reforçar os sistemas de ensino e formação profissionais e respetiva qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de aprendizagem baseados no trabalho, incluindo sistemas de ensino dual e de formação de aprendizes																											

ID do Eixo Prioritári o	ID da Prioridade de Investim. o	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	10.iv	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	Nº	300.000			261.560	154.984	106.576	87%			0	0	0	251	124	127	12.350	7.123	5.227	27.165	16.920	10.245	27.256	16.449	10.807	27.710	16.832	10.878	28.778	17.135	11.643	29.458	17.371	12.087	28.413	16.689	11.724	80.179	46.341	33.838



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	2
Designação do eixo prioritário	Reforço do ensino superior e da formação avançada
ID da prioridade de investimento	10.ii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023 (Valor anual)			2022 (Valor anual)			2021 (Valor anual)			2020 (Valor anual)			2019 (Valor anual)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
2	10.II	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no Ensino Superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	Menos desenvolvidas	Nº	100.000		116.056	42.543	73.513	116%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	304	137	167	33.687	13.227	20.460	15.726	5.833	9.893	0	0	0	66.339	23.346	42.993	
		O122	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	Menos desenvolvidas	Nº	6.500		6.582	3.766	2.816	102%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	1991	1074	917	2234	1315	919	2245	1298	947	109	76	33		
		O123	Bolseiros de doutoramento apoiados	Menos desenvolvidas	Nº	3.500		4.320	1.756	2.564	124%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	176	59	117	847	344	503	482	185	297	181	89	92	2.634	1.079	1.555	0	0	0

Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	3
Designação do eixo prioritário	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade
ID da prioridade de investimento	10.iii
Designação da prioridade de investimento	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

ID do Eixo Prioritári o	ID da Prioridade de Investim. e	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014																																																																				
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M																																																																					
3	10.iii	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	Menos desenvolvidas	Nº	50.000			58.975			21.308			37.667			118%			570			185			385			5.571			1.574			3.997			9.962			2.839			7.123			9.593			3.185			6.408			4.441			1.532			2.909			1.191			657			534			3.717			1.712			2.005			6.856			2.846			4.010			6.729			2.586			4.143			10.345			4.192			6.153		
		O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação do nível ISCED 3	Menos desenvolvidas	Nº	41.000			43.170			28.425			14.745			105%			52			32			20			3.263			2.238			1.025			1.920			1.347			573			3.365			2.295			1.070			4.244			2.806			1.438			4.071			2.704			1.367			4.659			3.078			1.581			5.266			3.363			1.903			4.978			3.193			1.785			11.352			7.369			3.983		



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	4
Designação do eixo prioritário	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação
ID da prioridade de investimento	10.I
Designação da prioridade de investimento	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação

ID do Eixo Prioritári o	ID da Prioridade de Investim. e	ID do Indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
4	10.I	O112	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	Menos desenvolvidas	Nº	205.000			285.991	52.807	233.184	140%	44.103	7.959	36.144	42.873	8.182	34.691	41.563	8.041	33.522	55.124	10.470	44.654	34.056	6.562	27.494	34.735	5.855	28.880	31.036	5.020	26.016	2.501	718	1.783	0	0	0	0	0	0	0	
		O119	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral, apoiados	Menos desenvolvidas	Nº	300			305			102%		0			305			306			307			296			204		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV13	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados	Menos desenvolvidas	Nº	47.000			37.718			80%		0					37.718			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV14	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados	Em transição	Nº	22.500			21.667			96%		0	0	0		21.667			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV13	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados	Mais desenvolvidas	Nº	105.000			114.824			109%		0	0	0		114.824			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV14	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a professores	Menos desenvolvidas	Nº	52.000			52.932			102%		0	0	0		52.932			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV13	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a professores	Em transição	Nº	5.000			5.588			112%		0	0	0		5.588			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV14	Equipamentos informáticos atribuídos a escolas e cedidos a professores	Mais desenvolvidas	Nº	22.500			25.142			112%		0	0	0		25.142			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
		CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total) (menos desenvolvidas)*	Menos desenvolvidas	Eur	42.613.170			35.954.542			84%		0			0			35.954.542		0			0		0		0		0			0			0			0			0	
		CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total) (em transição)*	Em transição	Eur	10.541.848			9.337.490			89%		0			0			9.337.490		0			0		0		0		0			0			0			0			0	
		CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total) (mais desenvolvidas)*	Mais desenvolvidas	Eur	48.436.922			46.707.945			96%		0			-287.246			46.995.191		0			0		0		0		0			0			0			0			0	



Programa Operacional	PO CH
ID do eixo prioritário	5
Designação do eixo prioritário	Assistência Técnica
ID da prioridade de investimento	Não aplicável
Designação da prioridade de investimento	Não aplicável

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2023			2022			2021			2020			2019			2018			2017			2016			2015			2014		
						T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
5	Não Aplicável	OAT1	Ações de acompanhamento on spot		Nº	280			488			174%			237			59					71			30			0			50			21			20			0			
		OAT6	Avaliações produzidas		Nº	5			5			100%			3			3			1		0			0			1			0			0			0			0			



Quadro 5 – Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixadas no quadro de desempenho

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental de)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			2023 (valor cumulativo)			2023 (valor anual)			2022 (valor cumulativo)			2021 (valor cumulativo)			2020 (valor cumulativo)			2019 (valor cumulativo)			2018 (valor cumulativo)			2017 (valor cumulativo)			2016 (valor cumulativo)			2015 (valor cumulativo)			2014 (valor cumulativo)		
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
1	Realização	O141	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	160.000	n.a.	n.a.	300.000,00	n.a.	n.a.	261.560	n.a.	n.a.	0	0	0	261.560	261.309		248.959	221.794		194.538	166.828	138.050	108.592	80.179																
	Financeiro	F1	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	942.211.764,71	n.a.	n.a.	2.016.470.589,00	n.a.	n.a.	2.137.585.210,06	n.a.	n.a.	347.611.925,66	n.a.	n.a.	1.789.973.284,40	1.704.259.396,33		1.519.838.437,17	1.326.036.440,12		998.340.682,21	587.635.627,25	330.713.180,83	116.447.828,47	-																
2	Realização	O121	Estudantes apoiados pela Ação Social no ensino superior nos níveis ISCED 5, 6 e 7	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	100.000	n.a.	n.a.	100.000,00	n.a.	n.a.	116.055	n.a.	n.a.	0	0	0	116.056	116.056		116.056	116.056		116.055	115.752	82.065	66.339	66.339																
	Realização	O123	Bolsistas de doutoramento apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	3.500	n.a.	n.a.	3.500,00	n.a.	n.a.	4.320	n.a.	n.a.	0	0	0	4.320	4.320		4.320	4.320		4.320	4.144	3.297	2.815	2.634	0															
3	Financeiro	F2	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	421.757.876,47	n.a.	n.a.	614.117.648,00	n.a.	n.a.	605.264.538,15	n.a.	n.a.	35.896.479,34	n.a.	n.a.	569.368.058,81	521.028.186,03		518.202.207,36	512.819.191,64		453.001.272,66	237.108.056,76	244.992.332,91	96.553.411,12	-																
	Realização	O131	Adultos apoiados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	25.000	n.a.	n.a.	50.000,00	n.a.	n.a.	58.975	n.a.	n.a.	570	185	385	58.405	52.834		42.872	33.279		28.838	27.647	23.930	17.074	10.345																
4	Realização	O133	Pessoas apoiadas nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	25.000	n.a.	n.a.	41.000,00	n.a.	n.a.	43.170	n.a.	n.a.	52	20	32	43.118	39.855		37.935	34.570		30.326	26.255	21.596	16.330	11.352																
	Financeiro	F3	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	160.717.647,06	n.a.	n.a.	845.882.353,00	n.a.	n.a.	762.959.667,12	n.a.	n.a.	210.016.999,30	n.a.	n.a.	552.942.667,82	339.863.389,68		255.111.815,89	174.813.168,84		153.258.652,46	103.960.243,79	396.079,59	-	-																
5	Realização	O112	Participantes apoiados em ações de formação de docentes ou outros agentes de educação e formação	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	60.000	n.a.	n.a.	205.000,00	n.a.	n.a.	285.991	n.a.	n.a.	44.103	36.144	7.959	241.888	199.015		157.452	102.328		68.272	33537	2501	0	0																
	Realização	O119	Novos psicólogos em equivalente a tempo integral, apoiados	N.º	FSE	Menos desenvolvidas	200	n.a.	n.a.	300,00	n.a.	n.a.		n.a.	n.a.	305			0	0		10	296		204	0	0	0	0																
6	Realização	CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total)	€	FSE	Menos desenvolvidas	n.a.	n.a.	n.a.	42.613.170,00	n.a.	n.a.	41.981.861	n.a.	n.a.	6.027.319	n.a.	n.a.	35.954.542	35.954.542					n.a.																				
	Realização	CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total)	€	FSE	Em transição	n.a.	n.a.	n.a.	10.541.848,00	n.a.	n.a.	9.801.533	n.a.	n.a.	464.043	n.a.	n.a.	9.337.490	9.337.490					n.a.																				
7	Realização	CV4	Valor do equipamento de TI e software/ licenças financiados em resposta ao COVID-19 (custo público total)	€	FSE	Mais desenvolvidas	n.a.	n.a.	n.a.	48.436.922,00	n.a.	n.a.	47.163.832	n.a.	n.a.	455.887	n.a.	n.a.	46.707.945	46.995.191					n.a.																				
	Financeiro	F4	Despesa certificada	€	FSE	Menos desenvolvidas	22.352.941,18	n.a.	n.a.	166.813.406,00	n.a.	n.a.	174.475.989,93	n.a.	n.a.	40.671.836,73	n.a.	n.a.	133.804.153,20	116.248.413,52		61.958.899,74	45.151.816,13		21.286.260,55	-	-	-	-																
8	Financeiro	F4	Despesa certificada	€	FSE	Em transição	n.a.	n.a.	n.a.	10.842.938,00	n.a.	n.a.	11.738.356,97	n.a.	n.a.	2.400.867,20	n.a.	n.a.	9.337.489,77	9.337.489,77		-	-		-	-	-	-	-																
	Financeiro	F4	Despesa certificada	€	FSE	Mais desenvolvidas	n.a.	n.a.	n.a.	49.878.653,00	n.a.	n.a.	55.373.966,37	n.a.	n.a.	8.378.774,95	n.a.	n.a.	46.995.191,42	46.995.191,42		-	-		-	-	-	-	-																

Quadro 6 – Informações financeiras a nível do Programa e do Eixo Prioritário

ID do Eixo Prioritário	Designação do Eixo Prioritário	Fundo	Categoria de região (se aplicável)	Base de cálculo do apoio da União (Custo total elegível ou custo público elegível)	Financiamento total (€)	Taxa de co-financiamento (%)	Custo total elegível das operações apoiadas (€)	Parte da dotação total coberta com as operações aprovadas (%) (coluna 8 / coluna 6)	Custo público elegível das operações apoiadas (€)	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à AG (€)	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários (%) (coluna 11 / coluna 6)	Número de operações aprovadas	Despesa total elegível incorrida pelos beneficiários e paga até 31/12/2023 e certificada à Comissão
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
1	Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade	FSE	Menos desenvolvida	Público	2.016.470.589,00	85,00%	2.114.656.107,43	105%	2.114.656.107,43	2.114.656.107,43	105%	4254	2.137.585.210,06
2	Reforço do ensino superior e da formação avançada	FSE	Menos desenvolvida	Público	614.117.648,00	85,00%	602.548.043,40	98%	602.548.043,40	602.548.043,40	98%	128	605.264.538,15
3	Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade	FSE	Menos desenvolvida	Público	845.882.353,00	85,00%	765.433.918,95	90%	765.433.918,95	765.433.918,95	90%	1282	762.959.667,12
4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação	FSE	Menos desenvolvida	Público	179.544.906,00	85,00%	174.445.712,88	97%	172.783.980,68	174.445.712,88	97%	922	174.475.989,93
4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação	FSE	Em transição	Público	13.177.310,00	80,00%	11.738.356,97	89%	11.738.356,97	11.738.356,97	89%	5	11.738.356,97
4	Qualidade e inovação do sistema de educação e formação	FSE	Mais desenvolvidas	Público	96.873.844,00	50,00%	55.086.720,41	57%	55.086.720,41	55.086.720,41	57%	5	55.373.966,37
5	Assistência Técnica	FSE	Menos desenvolvida	Público	36.273.059,00	85,00%	39.865.040,51	110%	39.865.040,51	39.865.040,51	110%	14	40.004.403,54
Total		FEDER/ FSE/ FC/ IEJ	Menos desenvolvida/ Mais desenvolvida/ Em transição/ Dotação especial para regiões ultraperiféricas/ NA		3.802.339.709,00		3.763.773.900,55	99%	3.762.112.168,35	3.763.773.900,55	99%	6610	3.787.402.132,14
Total global (Todos os Fundos e Regiões)					3.802.339.709,00		3.763.773.900,55	99%	3.762.112.168,35	3.763.773.900,55	99%	6610	3.787.402.132,14



Quadro 7 – Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção (artigo 112.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Quadro preenchido com base na última transmissão de dados financeiros à CE

Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	19	PT114	2.838.617,38	2.838.617,38	2.838.617,38	13
1	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	21	PT113	80.760,48	80.760,48	65.538,75	1
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT111	1.899.821,97	1.899.821,97	1.899.821,97	8
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT112	2.351.895,86	2.351.895,86	2.351.895,86	12
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT113	978.941,42	978.941,42	934.238,90	14
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT114	20.289.617,83	20.289.617,83	19.918.988,91	144
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT115	138.725,94	138.725,94	138.725,94	5
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT161	3.458.865,17	3.458.865,17	3.458.865,17	7
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT162	1.820.504,29	1.820.504,29	1.797.837,65	12
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	19	PT165	2.167.261,18	2.167.261,18	2.167.261,18	16
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	21	PT113	263.227,31	263.227,31	263.227,31	3
1	ESF	L	115	1	1	7	10	5	0	21	PT114	169.758,30	169.758,30	169.758,30	2
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT111	773.377,91	773.377,91	773.377,91	2
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT112	585.392,51	585.392,51	585.392,51	3
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT113	661.495,16	661.495,16	661.495,16	1
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT114	8.309.375,24	8.309.375,24	8.272.357,22	25
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT115	436.423,24	436.423,24	436.423,24	2
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT161	440.806,48	440.806,48	440.806,48	2
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT162	1.862.145,41	1.862.145,41	1.862.145,41	5
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	19	PT165	133.067,03	133.067,03	133.067,03	2
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	21	PT165	732.323,14	732.323,14	732.323,14	1
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	23	PT114	595.137,09	595.137,09	595.137,09	1
1	ESF	L	115	1	1	7	10	8	0	23	PT165	93.027,96	93.027,96	93.027,96	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	1	0	19	PT112	624.015,56	624.015,56	624.015,56	4
1	ESF	L	115	1	2	7	10	1	0	19	PT113	560.342,27	560.342,27	560.342,27	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	1	0	19	PT115	190.805,88	190.805,88	190.805,88	3
1	ESF	L	115	1	2	7	10	1	0	19	PT161	98.045,65	98.045,65	98.045,65	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	1	0	19	PT16B	366.982,27	366.982,27	366.982,27	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT111	105.195,95	105.195,95	105.195,95	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT112	2.833.834,65	2.833.834,65	2.833.834,65	22
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT113	5.618.737,84	5.618.737,84	5.598.620,90	40
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT114	4.043.266,98	4.043.266,98	4.043.266,98	33
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT115	5.403.750,39	5.403.750,39	5.403.750,39	62
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT116	1.325.060,46	1.325.060,46	1.325.060,46	23
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT117	218.418,41	218.418,41	218.418,41	6
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT118	730.861,93	730.861,93	608.890,63	9
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT161	1.775.997,77	1.775.997,77	1.775.997,77	23
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT163	1.243.495,26	1.243.495,26	1.149.825,14	18
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT164	55.243,54	55.243,54	55.243,54	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT169	615.161,17	615.161,17	615.161,17	8
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT16A	853.466,55	853.466,55	853.466,55	10
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT16B	1.705.474,49	1.705.474,49	1.593.584,91	10
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT181	60.743,73	60.743,73	60.743,73	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT182	387.553,32	387.553,32	387.553,32	14
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT183	978.002,70	978.002,70	978.002,70	18
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT184	706.430,82	706.430,82	706.430,82	15
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	19	PT185	588.089,10	588.089,10	588.089,10	13
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	21	PT112	886.601,62	886.601,62	886.601,62	5
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	21	PT113	853.314,22	853.314,22	853.314,22	4
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	21	PT117	304.759,64	304.759,64	304.759,64	3
1	ESF	L	115	1	2	7	10	5	0	21	PT184	167.461,95	167.461,95	167.461,95	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT112	2.110.701,70	2.110.701,70	2.110.701,70	6
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT113	2.991.724,99	2.991.724,99	2.623.453,96	9
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT114	175.071,58	175.071,58	175.071,58	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT115	1.519.461,29	1.519.461,29	1.519.461,29	7
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT116	3.362.675,03	3.362.675,03	3.131.185,56	8
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT117	515.867,66	515.867,66	515.867,66	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT118	235.291,71	235.291,71	235.291,71	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT161	1.420.723,68	1.420.723,68	1.420.723,68	4
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT163	936.369,66	936.369,66	936.369,66	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT169	769.943,84	769.943,84	769.943,84	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT16A	413.792,21	413.792,21	379.708,22	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT16B	777.694,24	777.694,24	777.694,24	3
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT16C	65.817,95	65.817,95	65.817,95	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT181	400.939,20	400.939,20	400.939,20	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT182	643.031,06	643.031,06	643.031,06	2
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT183	364.560,37	364.560,37	364.560,37	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT184	803.629,94	803.629,94	803.629,94	3
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	19	PT185	174.042,64	174.042,64	174.042,64	3
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	21	PT114	298.854,48	298.854,48	298.854,48	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	21	PT161	300.164,21	300.164,21	300.164,21	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	21	PT168	288.261,00	288.261,00	288.261,00	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	23	PT112	594.155,66	594.155,66	525.569,54	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	23	PT114	696.881,23	696.881,23	696.881,23	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	23	PT163	246.975,50	246.975,50	246.975,50	1
1	ESF	L	115	1	2	7	10	8	0	23	PT183	129.635,16	129.635,16	129.635,16	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT111	180.439,10	180.439,10	180.439,10	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT113	129.110,39	129.110,39	129.110,39	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT117	109.416,48	109.416,48	109.416,48	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT162	205.695,25	205.695,25	205.695,25	3
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT167	264.920,14	264.920,14	264.920,14	3
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT16A	193.075,87	193.075,87	193.075,87	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT16B	1.012.360,46	1.012.360,46	1.012.360,46	6
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT181	228.936,84	228.936,84	228.936,84	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	1	0	19	PT184	289.807,47	289.807,47	289.807,47	3
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	1	PT182	82.432,61	82.432,61	82.432,61	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	15	PT111	80.739,59	80.739,59	80.739,59	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT111	2.073.405,63	2.073.405,63	2.073.405,63	21



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT113	487.481,83	487.481,83	487.481,83	6
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT115	675.719,31	675.719,31	675.719,31	15
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT116	65.660,63	65.660,63	65.660,63	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT117	1.516.441,79	1.516.441,79	1.516.441,79	29
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT118	1.743.919,85	1.743.919,85	1.743.919,85	29
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT161	4.637.774,66	4.637.774,66	4.637.774,66	21
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT162	2.351.954,50	2.351.954,50	2.325.147,22	24
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT163	1.152.572,77	1.152.572,77	1.086.250,27	11
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT164	764.794,98	764.794,98	764.794,98	18
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT165	2.802.622,19	2.802.622,19	2.724.986,76	32
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT166	175.220,79	175.220,79	175.220,79	6
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT167	1.129.338,48	1.129.338,48	1.129.338,48	16
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT168	222.744,26	222.744,26	222.744,26	5
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT169	352.134,19	352.134,19	352.134,19	5
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT16A	871.447,78	871.447,78	871.447,78	8
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT16B	3.521.206,42	3.521.206,42	3.521.206,42	31
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT16C	1.423.284,95	1.423.284,95	1.398.421,90	16
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT181	1.762.035,42	1.762.035,42	1.744.023,12	20
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT182	710.400,06	710.400,06	710.400,06	13
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT183	619.114,34	619.114,34	619.114,34	14
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT184	1.020.968,72	1.020.968,72	1.020.968,72	17
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	19	PT185	2.127.732,15	2.127.732,15	2.127.732,15	31
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	21	PT117	87.209,77	87.209,77	87.209,77	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	5	0	21	PT162	66.397,07	66.397,07	66.397,07	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	15	PT16C	446.417,05	446.417,05	404.883,39	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT111	942.846,29	942.846,29	942.846,29	3
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT113	107.355,42	107.355,42	107.355,42	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT115	1.136.183,79	1.136.183,79	1.136.183,79	4
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT116	393.490,91	393.490,91	393.490,91	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT118	480.292,40	480.292,40	480.292,40	5



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT161	350.550,99	350.550,99	184.977,92	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT162	153.787,07	153.787,07	153.787,07	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT164	177.461,58	177.461,58	177.461,58	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT165	616.250,09	616.250,09	616.250,09	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT166	137.916,08	137.916,08	137.916,08	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT167	393.582,62	393.582,62	393.582,62	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT168	50.616,97	50.616,97	50.616,97	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT16A	62.676,03	62.676,03	62.676,03	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT16B	1.823.138,80	1.823.138,80	1.823.138,80	7
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT16C	1.834.418,16	1.834.418,16	1.834.418,16	5
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT181	174.937,85	174.937,85	174.937,85	3
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT182	45.333,33	45.333,33	45.333,33	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT184	36.578,47	36.578,47	36.578,47	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	19	PT185	588.127,60	588.127,60	588.127,60	5
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	21	PT117	44.037,58	44.037,58	44.037,58	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	21	PT162	611.305,27	611.305,27	611.305,27	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	21	PT165	70.048,47	70.048,47	70.048,47	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	21	PT16A	886.282,48	886.282,48	886.282,48	2
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	21	PT16B	407.446,39	407.446,39	407.446,39	1
1	ESF	L	115	1	3	7	10	8	0	23	PT16C	724.526,70	724.526,70	724.526,70	2
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT111	154.742,37	154.742,37	154.742,37	2
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT112	4.116.293,51	4.116.293,51	4.116.293,51	2
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT113	292.529,39	292.529,39	292.529,39	4
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT114	20.783.700,74	20.783.700,74	20.783.700,74	28
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT115	130.430,93	130.430,93	130.430,93	3
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT161	69.888,69	69.888,69	69.888,69	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	1	0	19	PT162	538.472,51	538.472,51	538.472,51	6
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	14	PT111	189.847,28	189.847,28	189.847,28	3
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	14	PT162	63.135,34	63.135,34	63.135,34	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	15	PT114	11.990.556,63	11.990.556,63	11.990.556,63	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	18	PT111	785.457,81	785.457,81	785.457,81	2
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	18	PT162	1.595.864,49	1.595.864,49	1.595.864,49	5
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT111	23.201.134,71	23.201.134,71	22.868.442,09	22
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT112	56.928.299,83	56.928.299,83	56.023.892,81	45
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT113	20.626.431,49	20.626.431,49	20.327.448,83	29
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT114	161.448.380,66	161.448.380,66	158.453.910,97	271
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT115	2.137.115,71	2.137.115,71	2.137.115,71	20
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT161	15.356.526,45	15.356.526,45	15.356.526,45	30
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT162	14.766.128,27	14.766.128,27	14.766.128,27	52
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT165	17.210.107,97	17.210.107,97	16.260.145,92	20
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	19	PT184	773.449,89	773.449,89	773.449,89	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	21	PT113	1.925.006,19	1.925.006,19	1.739.037,68	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	21	PT114	5.882.896,47	5.882.896,47	5.882.896,47	8
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	21	PT162	928.391,74	928.391,74	928.391,74	2
1	ESF	L	118	1	1	7	10	3	0	23	PT113	5.293.540,16	5.293.540,16	5.293.540,16	5
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	18	PT111	480.489,91	480.489,91	480.489,91	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT111	16.051.948,96	16.051.948,96	16.051.948,96	6
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT112	23.208.305,09	23.208.305,09	23.208.305,09	9
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT113	11.740.212,53	11.740.212,53	11.461.893,29	7
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT114	92.077.263,00	92.077.263,00	91.689.422,56	58
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT115	2.695.673,33	2.695.673,33	2.695.673,33	4
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT161	12.645.889,75	12.645.889,75	12.645.889,75	7
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT162	12.561.683,30	12.561.683,30	12.424.958,60	13
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	19	PT165	11.338.719,60	11.338.719,60	11.338.719,60	6
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	21	PT113	3.415.587,67	3.415.587,67	2.682.297,17	3
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	21	PT114	1.072.494,67	1.072.494,67	1.072.494,67	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	21	PT162	587.394,44	587.394,44	587.394,44	1
1	ESF	L	118	1	1	7	10	8	0	23	PT114	1.756.537,82	1.756.537,82	1.756.537,82	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT111	1.696.944,53	1.696.944,53	1.696.944,53	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT112	2.812.212,78	2.812.212,78	2.812.212,78	5



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT113	3.530.196,87	3.530.196,87	2.965.453,69	7
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT115	1.783.160,00	1.783.160,00	1.783.160,00	11
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT116	1.557,31	1.557,31	1.557,31	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT117	373.987,86	373.987,86	373.987,86	3
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT161	460.286,19	460.286,19	460.286,19	8
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT168	18.322,47	18.322,47	18.322,47	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT16A	748.758,61	748.758,61	748.758,61	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT16B	2.465.150,79	2.465.150,79	2.465.150,79	3
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT182	8.334,58	8.334,58	8.334,58	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	1	0	19	PT183	4.883.267,60	4.883.267,60	4.883.267,60	3
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	15	PT114	3.579.530,29	3.579.530,29	3.579.530,29	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	15	PT115	8.788.580,43	8.788.580,43	8.788.580,43	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	15	PT182	509.639,36	509.639,36	509.639,36	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	18	PT117	1.666.455,70	1.666.455,70	1.666.455,70	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	18	PT16B	1.527.117,47	1.527.117,47	1.527.117,47	5
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	18	PT182	972.633,15	972.633,15	719.491,57	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT111	5.505.055,00	5.505.055,00	5.505.055,00	4
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT112	30.310.014,60	30.310.014,60	30.310.014,60	44
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT113	69.961.664,32	69.961.664,32	68.651.208,09	89
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT114	24.595.351,38	24.595.351,38	24.427.657,64	60
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT115	47.401.257,35	47.401.257,35	45.764.145,89	111
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT116	23.834.278,69	23.834.278,69	23.834.278,69	70
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT117	6.294.411,98	6.294.411,98	6.294.411,98	33
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT118	5.292.573,89	5.292.573,89	5.292.573,89	19
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT161	25.659.691,35	25.659.691,35	25.405.473,68	58
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT163	25.637.192,59	25.637.192,59	24.534.903,63	57
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT164	3.811.878,42	3.811.878,42	3.811.878,42	10
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT166	147.144,26	147.144,26	147.144,26	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT168	9.804.162,07	9.804.162,07	9.367.367,07	10
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT169	5.316.448,05	5.316.448,05	5.316.448,05	19



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT16A	8.883.972,92	8.883.972,92	8.883.972,92	23
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT16B	24.498.941,13	24.498.941,13	24.498.941,13	40
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT16C	1.188.092,01	1.188.092,01	1.188.092,01	10
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT181	6.736.897,86	6.736.897,86	6.736.897,86	10
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT182	5.689.119,64	5.689.119,64	5.689.119,64	24
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT183	11.739.884,99	11.739.884,99	11.511.035,49	32
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT184	4.740.501,26	4.740.501,26	4.740.501,26	19
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	19	PT185	2.550.222,86	2.550.222,86	2.550.222,86	20
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	21	PT112	1.735.534,79	1.735.534,79	1.735.534,79	6
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	21	PT113	2.346.755,34	2.346.755,34	2.346.755,34	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	21	PT117	2.157.485,48	2.157.485,48	2.157.485,48	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	21	PT163	110.440,78	110.440,78	110.440,78	3
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	21	PT184	564.458,70	564.458,70	564.458,70	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	3	0	23	PT112	977.950,94	977.950,94	977.950,94	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	15	PT115	5.552.984,30	5.552.984,30	5.552.984,30	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	18	PT117	1.044.044,28	1.044.044,28	1.044.044,28	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	18	PT16B	1.462.044,30	1.462.044,30	1.462.044,30	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	18	PT182	321.937,19	321.937,19	321.937,19	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT111	59.576,06	59.576,06	59.576,06	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT112	18.167.350,19	18.167.350,19	17.984.110,81	11
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT113	38.667.410,03	38.667.410,03	38.634.665,52	18
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT114	13.728.743,40	13.728.743,40	13.601.803,51	11
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT115	26.256.110,66	26.256.110,66	25.825.801,73	22
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT116	16.844.633,68	16.844.633,68	16.844.633,68	13
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT117	3.776.863,48	3.776.863,48	3.776.863,48	8
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT118	2.087.849,53	2.087.849,53	2.087.849,53	3
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT161	16.571.332,30	16.571.332,30	16.462.386,47	14
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT163	16.161.672,99	16.161.672,99	15.268.007,63	15
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT164	976.249,40	976.249,40	976.249,40	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT168	4.153.588,76	4.153.588,76	4.153.588,76	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT169	3.468.313,79	3.468.313,79	3.468.313,79	5
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT16A	5.883.457,62	5.883.457,62	5.824.362,65	5
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT16B	11.994.342,59	11.994.342,59	11.994.342,59	8
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT16C	1.312.139,24	1.312.139,24	1.312.139,24	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT181	2.747.394,98	2.747.394,98	2.747.394,98	2
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT182	1.945.822,73	1.945.822,73	1.945.822,73	4
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT183	9.324.108,75	9.324.108,75	9.004.673,91	7
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT184	5.227.412,11	5.227.412,11	5.079.490,57	5
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	19	PT185	2.815.795,54	2.815.795,54	2.801.733,80	4
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	21	PT113	1.881.658,11	1.881.658,11	1.881.658,11	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	21	PT117	1.335.258,52	1.335.258,52	1.335.258,52	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	23	PT112	1.949.948,47	1.949.948,47	1.949.948,47	1
1	ESF	L	118	1	2	7	10	8	0	23	PT114	2.385.933,84	2.385.933,84	2.385.933,84	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT111	1.452.251,37	1.452.251,37	1.452.251,37	4
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT113	328.240,40	328.240,40	328.240,40	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT115	244.664,04	244.664,04	244.664,04	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT116	319.724,40	319.724,40	319.724,40	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT117	2.344.502,95	2.344.502,95	2.344.502,95	6
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT118	279.196,72	279.196,72	279.196,72	4
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT161	3.493.901,49	3.493.901,49	3.401.972,16	5
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT162	835.840,52	835.840,52	835.840,52	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT163	792.097,99	792.097,99	792.097,99	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT164	972.888,30	972.888,30	972.888,30	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT165	125.410,91	125.410,91	125.410,91	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT166	284.331,64	284.331,64	284.331,64	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT167	1.018.845,98	1.018.845,98	1.018.845,98	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT168	525.974,29	525.974,29	525.974,29	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT16A	1.069.664,74	1.069.664,74	1.069.664,74	4
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT16B	3.918.171,41	3.918.171,41	3.918.171,41	9
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT16C	1.359.491,58	1.359.491,58	1.359.491,58	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT181	3.202.260,03	3.202.260,03	3.202.260,03	8
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT182	64.273,05	64.273,05	64.273,05	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT183	32.425,60	32.425,60	32.425,60	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT184	2.067.131,74	2.067.131,74	2.067.131,74	7
1	ESF	L	118	1	3	7	10	1	0	19	PT185	453.553,14	453.553,14	453.553,14	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	14	PT182	680.078,59	680.078,59	680.078,59	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	14	PT184	40.285,39	40.285,39	40.285,39	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	15	PT111	3.367.606,88	3.367.606,88	3.367.606,88	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	15	PT167	378.046,76	378.046,76	378.046,76	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	17	PT115	1.037.819,58	1.037.819,58	1.037.819,58	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	17	PT184	193.418,31	193.418,31	193.418,31	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT111	25.106.615,05	25.106.615,05	24.905.871,28	38
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT112	211.962,59	211.962,59	211.962,59	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT113	6.093.600,51	6.093.600,51	6.093.600,51	13
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT115	13.753.885,84	13.753.885,84	13.753.885,84	51
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT116	759.947,34	759.947,34	759.947,34	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT117	16.067.116,92	16.067.116,92	16.067.116,92	59
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT118	26.839.086,01	26.839.086,01	26.715.699,20	76
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT161	29.286.431,61	29.286.431,61	27.874.039,76	33
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT162	26.412.648,35	26.412.648,35	25.661.775,37	67
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT163	21.038.633,78	21.038.633,78	21.038.633,78	33
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT164	25.119.704,31	25.119.704,31	24.758.046,28	42
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT165	26.562.224,85	26.562.224,85	26.562.224,85	89
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT166	4.933.614,63	4.933.614,63	4.933.614,63	27
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT167	9.098.017,16	9.098.017,16	9.098.017,16	24
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT168	8.957.913,46	8.957.913,46	8.851.901,97	25
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT169	2.739.414,49	2.739.414,49	2.662.098,29	8
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT16A	6.481.936,41	6.481.936,41	6.481.936,41	10
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT16B	39.252.914,07	39.252.914,07	38.446.684,96	76
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT16C	31.867.688,61	31.867.688,61	31.867.688,61	77



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT181	8.070.644,95	8.070.644,95	7.769.345,52	24
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT182	5.331.178,72	5.331.178,72	5.331.178,72	14
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT183	1.858.377,34	1.858.377,34	1.806.940,26	27
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT184	15.308.081,31	15.308.081,31	15.308.081,31	42
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	19	PT185	34.329.472,83	34.329.472,83	34.329.472,83	57
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	21	PT165	1.173.697,05	1.173.697,05	1.077.621,42	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	3	0	21	PT16C	6.008.964,72	6.008.964,72	5.452.539,30	5
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	1	PT182	1.323.677,01	1.323.677,01	1.280.814,38	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	14	PT165	142.517,60	142.517,60	142.517,60	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	15	PT16B	1.167.313,97	1.167.313,97	1.167.313,97	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	17	PT115	609.314,85	609.314,85	609.314,85	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT111	15.176.579,58	15.176.579,58	15.176.579,58	9
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT112	178.422,31	178.422,31	178.422,31	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT113	3.422.231,05	3.422.231,05	3.422.231,05	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT115	8.174.097,59	8.174.097,59	8.089.333,96	11
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT116	1.097.404,50	1.097.404,50	1.097.404,50	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT117	10.106.779,52	10.106.779,52	9.722.903,67	16
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT118	13.715.376,95	13.715.376,95	13.715.376,95	15
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT161	12.897.473,07	12.897.473,07	10.469.641,59	8
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT162	11.135.039,61	11.135.039,61	11.135.039,61	14
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT163	9.361.039,38	9.361.039,38	9.361.039,38	8
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT164	12.593.212,85	12.593.212,85	12.373.098,92	11
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT165	16.635.489,67	16.635.489,67	16.502.597,53	18
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT166	3.093.317,08	3.093.317,08	3.040.776,72	6
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT167	5.585.101,14	5.585.101,14	5.585.101,14	5
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT168	3.585.667,12	3.585.667,12	3.585.667,12	7
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT169	1.377.448,18	1.377.448,18	1.377.448,18	2
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT16A	3.937.721,68	3.937.721,68	3.937.721,68	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT16B	18.829.246,16	18.829.246,16	18.396.404,98	16
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT16C	18.596.389,04	18.596.389,04	18.203.279,38	17



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT181	4.673.948,58	4.673.948,58	4.673.948,58	8
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT182	2.077.992,05	2.077.992,05	2.077.992,05	3
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT183	1.973.444,24	1.973.444,24	1.973.444,24	6
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT184	8.009.641,44	8.009.641,44	7.923.700,80	12
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	19	PT185	16.902.704,85	16.902.704,85	16.902.704,85	11
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	21	PT165	2.164.085,53	2.164.085,53	2.031.265,71	1
1	ESF	L	118	1	3	7	10	8	0	21	PT16C	2.169.404,74	2.169.404,74	2.169.404,74	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT111	2.227.452,49	2.227.452,49	2.227.452,49	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT112	1.855.787,61	1.855.787,61	1.855.787,61	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT114	13.903.772,65	13.903.772,65	13.903.772,65	10
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT115	1.399.209,91	1.399.209,91	1.399.209,91	3
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT117	1.530.858,82	1.530.858,82	1.530.858,82	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT161	1.711.327,61	1.711.327,61	1.711.327,61	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT162	1.691.271,81	1.691.271,81	1.691.271,81	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT167	759.100,19	759.100,19	759.100,19	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT168	309.487,01	309.487,01	309.487,01	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT169	487.899,55	487.899,55	487.899,55	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT16B	1.948.291,02	1.948.291,02	1.948.291,02	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	1	0	19	PT181	1.757.136,76	1.757.136,76	1.757.136,76	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	18	PT162	355.803,08	355.803,08	355.803,08	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	18	PT16B	268.549,67	268.549,67	268.549,67	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT111	6.516.750,06	6.516.750,06	6.516.750,06	5
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT112	15.240.486,48	15.240.486,48	15.240.486,48	6
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT113	12.619.211,96	12.619.211,96	12.619.211,96	11
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT114	27.178.627,84	27.178.627,84	27.178.627,84	21
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT115	8.596.269,67	8.596.269,67	8.596.269,67	8
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT116	1.842.454,85	1.842.454,85	1.842.454,85	3
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT117	1.687.528,39	1.687.528,39	1.687.528,39	3
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT118	4.943.611,35	4.943.611,35	4.943.611,35	6
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT161	10.013.948,12	10.013.948,12	10.013.948,12	8



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT162	4.309.554,31	4.309.554,31	4.309.554,31	8
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT163	7.710.840,11	7.710.840,11	7.710.840,11	6
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT164	5.347.543,23	5.347.543,23	5.347.543,23	4
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT165	6.887.272,36	6.887.272,36	6.887.272,36	5
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT166	1.016.860,14	1.016.860,14	1.016.860,14	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT167	1.274.898,58	1.274.898,58	1.180.684,36	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT168	3.466.498,39	3.466.498,39	3.466.498,39	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT169	666.849,88	666.849,88	666.849,88	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT16A	2.133.999,11	2.133.999,11	2.133.999,11	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT16B	12.482.701,98	12.482.701,98	12.418.880,80	11
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT16C	4.141.656,63	4.141.656,63	4.141.656,63	4
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT181	1.369.421,38	1.369.421,38	1.369.421,38	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT182	1.682.684,12	1.682.684,12	1.682.684,12	2
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT183	2.400.641,64	2.400.641,64	2.400.641,64	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT184	4.866.896,46	4.866.896,46	4.866.896,46	6
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	19	PT185	4.318.091,41	4.318.091,41	4.318.091,41	4
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	21	PT112	454.258,16	454.258,16	454.258,16	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	21	PT114	724.257,23	724.257,23	724.257,23	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	21	PT16C	1.340.055,34	1.340.055,34	1.340.055,34	1
1	ESF	L	118	1	7	7	10	3	0	23	PT113	1.183.018,96	1.183.018,96	1.183.018,96	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	1	0	19	PT112	1.139.530,43	1.139.530,43	1.139.530,43	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	1	0	19	PT162	298.106,34	298.106,34	298.106,34	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	1	0	19	PT165	292.085,91	292.085,91	292.085,91	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT111	1.180.033,67	1.180.033,67	1.180.033,67	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT112	307.947,28	307.947,28	307.947,28	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT114	2.688.707,00	2.688.707,00	2.688.707,00	6
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT115	447.849,54	447.849,54	447.849,54	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT161	528.438,79	528.438,79	528.438,79	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT162	1.359.106,69	1.359.106,69	1.359.106,69	3
2	ESF	L	116	1	1	7	10	2	0	19	PT165	1.077.149,47	1.077.149,47	1.077.149,47	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT111	951.410,93	951.410,93	951.410,93	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT112	750.615,56	750.615,56	750.615,56	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT113	1.067.247,56	1.067.247,56	1.067.247,56	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT114	1.636.282,18	1.636.282,18	1.636.282,18	8
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT115	493.151,19	493.151,19	493.151,19	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT117	674.170,15	674.170,15	674.170,15	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT161	75.122,65	75.122,65	75.122,65	1
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT164	933.202,80	933.202,80	933.202,80	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		19	PT165	368.498,63	368.498,63	368.498,63	2
2	ESF	L	116	1	1	7	10	3		21	PT161	16.783,70	16.783,70	16.783,70	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT113	1.021.089,43	1.021.089,43	1.021.089,43	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT168	435.737,81	435.737,81	435.737,81	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT169	598.675,60	598.675,60	598.675,60	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT16A	250.473,43	250.473,43	250.473,43	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT181	378.121,29	378.121,29	378.121,29	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT183	136.367,66	136.367,66	136.367,66	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	1		19	PT184	381.009,72	381.009,72	381.009,72	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT112	1.091.667,88	1.091.667,88	1.091.667,88	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT114	173.410,04	173.410,04	173.410,04	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT117	296.433,36	296.433,36	296.433,36	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT118	763.647,23	763.647,23	763.647,23	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT163	817.333,23	817.333,23	817.333,23	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT182	718.395,47	718.395,47	718.395,47	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT183	274.190,44	274.190,44	274.190,44	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	2		19	PT184	201.185,27	201.185,27	201.185,27	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT113	53.265,64	53.265,64	53.265,64	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT115	103.580,94	103.580,94	103.580,94	3
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT116	68.673,50	68.673,50	68.673,50	1
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT118	2.379.874,85	2.379.874,85	2.379.874,85	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT161	2.649.867,78	2.649.867,78	2.649.867,78	3



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT168	1.077.053,08	1.077.053,08	1.077.053,08	3
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT169	620.619,91	620.619,91	620.619,91	3
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT16B	4.729.366,40	4.729.366,40	4.729.366,40	3
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT181	76.304,84	76.304,84	76.304,84	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT182	227.221,59	227.221,59	227.221,59	2
2	ESF	L	116	1	2	7	10	3		19	PT184	735.511,12	735.511,12	735.511,12	3
2	ESF	L	116	1	3	7	10	1		19	PT16C	650.219,11	650.219,11	650.219,11	2
2	ESF	L	116	1	3	7	10	1		19	PT185	602.412,92	602.412,92	602.412,92	2
2	ESF	L	116	1	3	7	10	2		19	PT118	341.963,79	341.963,79	341.963,79	1
2	ESF	L	116	1	3	7	10	2		19	PT162	212.092,09	212.092,09	212.092,09	1
2	ESF	L	116	1	3	7	10	2		19	PT185	253.854,25	253.854,25	253.854,25	1
2	ESF	L	116	1	3	7	10	3		19	PT111	215.383,80	215.383,80	215.383,80	1
2	ESF	L	116	1	3	7	10	3		19	PT113	225.489,53	225.489,53	225.489,53	3
2	ESF	L	116	1	3	7	10	3		19	PT16B	446.569,25	446.569,25	446.569,25	1
2	ESF	L	116	1	3	7	10	3		19	PT16C	996.363,43	996.363,43	996.363,43	3
2	ESF	L	116	1	3	7	10	3		19	PT185	825.012,58	825.012,58	825.012,58	3
2	ESF	L	116	1	7	7	10	2		19	PT115	501.524,78	501.524,78	501.524,78	2
2	ESF	L	116	1	7	7	10	4		17	PT1	114.556.595,81	114.556.595,81	114.556.595,81	5
2	ESF	L	116	1	7	7	10	5		18	PT1	199.754.760,24	199.754.760,24	199.754.760,24	6
2	ESF	L	116	1	7	7	10	8		17	PT1	51.434.856,23	51.434.856,23	51.434.856,23	1
2	ESF	L	116	1	7	7	10	8		18	PT1	191.838.930,35	191.838.930,35	191.838.930,35	6
2	ESF	L	116	5	1	7	10	8		16	PT162	3.147.497,26	3.147.497,26	3.147.497,26	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		14	PT165	231.634,85	231.634,85	231.634,85	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		17	PT112	421.962,69	421.962,69	421.962,69	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		18	PT111	228.086,84	228.086,84	228.086,84	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		18	PT114	191.491,12	191.491,12	191.491,12	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		19	PT111	804.957,60	804.957,60	804.957,60	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		19	PT112	903.967,15	903.967,15	903.967,15	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		19	PT114	4.344.196,77	4.344.196,77	4.344.196,77	16
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1		19	PT115	4.171.141,79	4.171.141,79	4.171.141,79	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	19	PT161	688.585,70	688.585,70	688.585,70	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	19	PT162	136.012,02	136.012,02	94.891,11	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	19	PT165	691.203,48	691.203,48	668.621,18	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	21	PT112	214.216,63	214.216,63	214.216,63	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	21	PT114	285.843,45	285.843,45	210.182,92	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	21	PT161	263.861,90	263.861,90	263.861,90	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	1	0	23	PT112	377.683,33	377.683,33	377.683,33	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	14	PT165	214.556,91	214.556,91	214.556,91	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	17	PT112	847.351,68	847.351,68	635.371,01	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	17	PT114	1.061.403,00	1.061.403,00	1.061.403,00	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT111	263.310,36	263.310,36	263.310,36	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT114	406.918,64	406.918,64	406.918,64	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT115	41.467.513,68	41.467.513,68	41.467.513,68	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT118	12.769.750,02	12.769.750,02	8.760.343,66	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT161	607.825,56	607.825,56	607.825,56	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT162	950.665,15	950.665,15	950.665,15	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT165	582.039,92	582.039,92	582.039,92	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	18	PT16C	59.870.048,86	59.870.048,86	59.870.048,86	5
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT111	521.311,80	521.311,80	521.311,80	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT112	4.183.702,00	4.183.702,00	3.668.299,47	10
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT113	4.260.413,03	4.260.413,03	3.675.259,78	9
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT114	21.421.758,79	21.421.758,79	19.266.512,04	68
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT115	10.639.298,28	10.639.298,28	9.524.665,39	17
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT116	2.002.722,56	2.002.722,56	2.002.722,56	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT117	857.842,05	857.842,05	857.842,05	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT161	3.228.121,46	3.228.121,46	2.781.869,34	7
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT162	3.782.373,99	3.782.373,99	3.096.230,09	12
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT164	757.625,87	757.625,87	757.625,87	4
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT165	4.521.484,03	4.521.484,03	3.309.066,46	11
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT168	793.042,14	793.042,14	793.042,14	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT16A	363.618,86	363.618,86	363.618,86	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	19	PT16C	547.792,05	547.792,05	423.589,63	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT112	253.000,10	253.000,10	253.000,10	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT113	9.116.800,09	9.116.800,09	7.094.595,65	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT114	204.260,03	204.260,03	204.260,03	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT115	521.549,16	521.549,16	521.549,16	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT161	195.454,98	195.454,98	195.454,98	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	21	PT162	374.412,94	374.412,94	374.412,94	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	23	PT112	419.303,40	419.303,40	419.303,40	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	23	PT113	49.473.341,28	49.473.341,28	32.050.961,45	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	23	PT114	6.572.351,07	6.572.351,07	6.572.351,07	3
3	ESF	L	117	1	1	7	10	3	0	23	PT115	74.726.849,22	74.726.849,22	74.726.849,22	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT111	10.965.838,43	10.965.838,43	9.130.524,74	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT113	17.516.119,07	17.516.119,07	17.516.119,07	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT115	29.367.194,81	29.367.194,81	28.159.180,37	5
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT161	7.875.706,15	7.875.706,15	6.491.401,57	2
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT162	2.281.769,24	2.281.769,24	2.281.769,24	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT164	1.970.638,93	1.970.638,93	1.970.638,93	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT165	2.847.793,98	2.847.793,98	2.576.587,93	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	18	PT16A	1.647.971,18	1.647.971,18	1.647.971,18	1
3	ESF	L	117	1	1	7	10	8	0	19	PT114	534.087,03	534.087,03	395.811,66	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	1	PT118	589.934,21	589.934,21	589.934,21	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	14	PT116	508.691,51	508.691,51	429.329,74	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	16	PT161	978.991,99	978.991,99	978.991,99	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	17	PT115	372.338,40	372.338,40	372.338,40	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	18	PT165	9.092.393,37	9.092.393,37	9.092.393,37	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT112	69.099,97	69.099,97	69.099,97	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT113	461.034,46	461.034,46	299.083,71	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT114	1.491.235,05	1.491.235,05	1.326.614,94	4
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT115	6.160.905,62	6.160.905,62	6.037.185,59	16



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT116	288.044,78	288.044,78	288.044,78	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT161	1.222.714,89	1.222.714,89	1.068.978,77	7
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT162	1.644.190,10	1.644.190,10	1.395.124,79	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT163	255.939,77	255.939,77	255.939,77	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT165	136.516,33	136.516,33	136.516,33	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT16A	118.112,62	118.112,62	118.112,62	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT16B	232.887,86	232.887,86	232.887,86	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT16C	427.542,55	427.542,55	427.542,55	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT181	1.295.419,15	1.295.419,15	1.295.419,15	4
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT184	191.472,14	191.472,14	191.472,14	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	19	PT185	485.091,21	485.091,21	485.091,21	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	21	PT112	608.579,07	608.579,07	608.579,07	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	21	PT168	214.098,82	214.098,82	214.098,82	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	21	PT16B	285.843,45	285.843,45	230.455,56	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	1	0	21	PT182	269.639,02	269.639,02	269.639,02	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	17	PT115	615.433,10	615.433,10	615.433,10	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	17	PT182	265.974,19	265.974,19	265.974,19	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	17	PT184	272.431,73	272.431,73	272.431,73	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	17	PT185	317.068,11	317.068,11	317.068,11	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT113	794.983,99	794.983,99	794.983,99	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT116	647.635,93	647.635,93	647.635,93	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT118	126.158,40	126.158,40	126.158,40	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT161	610.377,68	610.377,68	610.377,68	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT164	829.555,51	829.555,51	829.555,51	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT168	418.427,76	418.427,76	418.427,76	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT169	610.377,96	610.377,96	610.377,96	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT16B	7.459.689,51	7.459.689,51	7.459.689,51	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT182	2.263.294,70	2.263.294,70	2.263.294,70	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT183	7.348.398,14	7.348.398,14	7.348.398,14	5
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	18	PT184	222.371,46	222.371,46	222.371,46	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT111	1.717.902,32	1.717.902,32	1.717.902,32	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT112	3.043.160,30	3.043.160,30	2.914.126,37	14
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT113	3.994.139,54	3.994.139,54	3.994.139,54	18
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT114	8.829.156,31	8.829.156,31	8.667.494,88	23
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT115	32.972.594,76	32.972.594,76	31.447.325,29	43
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT116	4.928.870,32	4.928.870,32	4.633.955,96	17
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT117	1.900.810,17	1.900.810,17	1.828.081,66	10
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT118	2.074.638,12	2.074.638,12	1.658.723,18	6
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT161	5.738.358,20	5.738.358,20	5.303.208,15	18
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT162	238.783,72	238.783,72	238.783,72	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT163	2.691.300,02	2.691.300,02	2.691.300,02	16
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT165	1.024.025,53	1.024.025,53	709.521,06	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT168	421.009,75	421.009,75	341.685,64	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT169	565.861,07	565.861,07	565.861,07	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT16A	1.456.908,75	1.456.908,75	1.456.908,75	9
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT16B	1.795.880,23	1.795.880,23	1.795.880,23	10
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT16C	802.617,29	802.617,29	749.266,05	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT181	1.970.464,65	1.970.464,65	1.970.464,65	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT182	1.701.067,54	1.701.067,54	1.596.395,85	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT183	4.520.621,52	4.520.621,52	4.034.616,61	15
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT184	1.445.105,93	1.445.105,93	1.354.083,16	6
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	19	PT185	1.128.324,97	1.128.324,97	1.128.324,97	6
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT112	973.891,36	973.891,36	973.891,36	4
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT115	4.001.179,40	4.001.179,40	3.874.969,29	7
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT118	271.222,79	271.222,79	271.222,79	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT163	416.036,07	416.036,07	416.036,07	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT164	946.223,86	946.223,86	256.282,31	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT165	3.414.000,49	3.414.000,49	3.414.000,49	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT168	203.357,22	203.357,22	203.357,22	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT169	154.258,09	154.258,09	154.258,09	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT181	323.983,15	323.983,15	323.983,15	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT182	268.662,42	268.662,42	268.662,42	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	21	PT183	2.452.825,99	2.452.825,99	2.452.825,99	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	23	PT117	508.648,31	508.648,31	508.648,31	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	23	PT118	204.766,00	204.766,00	204.766,00	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	3	0	23	PT181	1.607.878,59	1.607.878,59	1.607.878,59	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT114	3.142.840,22	3.142.840,22	3.142.840,22	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT115	24.072.098,83	24.072.098,83	21.339.391,57	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT117	865.823,56	865.823,56	865.823,56	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT118	680.872,73	680.872,73	680.872,73	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT161	11.806.969,62	11.806.969,62	11.806.969,62	4
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT164	7.516.287,71	7.516.287,71	7.516.287,71	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT166	1.514.562,26	1.514.562,26	1.514.562,26	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT167	2.078.467,62	2.078.467,62	2.078.467,62	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT168	877.933,31	877.933,31	877.933,31	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT182	1.874.284,48	1.874.284,48	1.874.284,48	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT183	6.151.067,80	6.151.067,80	6.151.067,80	3
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	18	PT184	1.956.798,00	1.956.798,00	1.689.763,74	1
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	19	PT115	7.778.260,11	7.778.260,11	7.778.260,11	2
3	ESF	L	117	1	2	7	10	8	0	19	PT168	3.803.183,21	3.803.183,21	3.803.183,21	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	17	PT115	1.015.694,79	1.015.694,79	1.015.694,79	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	18	PT164	239.363,91	239.363,91	239.363,91	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	18	PT182	3.228.654,09	3.228.654,09	3.228.654,09	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT111	2.648.674,05	2.648.674,05	2.475.376,02	8
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT115	1.265.099,99	1.265.099,99	1.031.424,42	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT116	426.765,86	426.765,86	426.765,86	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT117	213.113,86	213.113,86	213.113,86	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT118	1.091.766,67	1.091.766,67	895.542,95	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT161	229.925,56	229.925,56	229.925,56	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT162	315.873,83	315.873,83	250.520,52	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT163	225.308,16	225.308,16	145.133,65	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT164	619.472,10	619.472,10	619.472,10	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT165	215.350,41	215.350,41	215.350,41	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT168	2.593.422,94	2.593.422,94	2.593.422,94	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT181	875.197,72	875.197,72	875.197,72	4
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT183	194.313,71	194.313,71	194.313,71	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	19	PT184	190.784,54	190.784,54	190.784,54	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	20	PT164	116.544,21	116.544,21	116.544,21	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	21	PT162	538.630,96	538.630,96	538.630,96	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	21	PT163	292.025,82	292.025,82	96.649,21	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	21	PT164	183.265,49	183.265,49	135.565,34	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	1	0	23	PT181	546.045,29	546.045,29	546.045,29	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	15	PT113	734.430,75	734.430,75	734.430,75	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	15	PT115	1.138.427,46	1.138.427,46	1.138.427,46	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	17	PT115	957.017,78	957.017,78	783.059,86	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	17	PT164	694.842,10	694.842,10	378.439,99	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	17	PT181	361.334,82	361.334,82	361.334,82	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT118	391.129,26	391.129,26	391.129,26	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT165	4.910.511,07	4.910.511,07	4.910.511,07	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT16C	1.473.838,09	1.473.838,09	1.473.838,09	4
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT182	220.073,40	220.073,40	220.073,40	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT184	714.540,62	714.540,62	714.540,62	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	18	PT185	6.404.201,81	6.404.201,81	6.404.201,81	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT111	1.241.757,85	1.241.757,85	1.241.757,85	8
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT113	450.068,02	450.068,02	450.068,02	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT114	441.106,62	441.106,62	432.586,63	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT115	4.734.452,88	4.734.452,88	4.541.844,43	10
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT117	3.018.378,95	3.018.378,95	2.759.329,15	11
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT118	2.859.037,01	2.859.037,01	2.859.037,01	17
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT161	1.164.170,09	1.164.170,09	1.147.799,60	6



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT162	2.899.488,82	2.899.488,82	2.899.488,82	9
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT163	1.433.427,38	1.433.427,38	1.393.652,04	5
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT164	2.377.252,99	2.377.252,99	2.377.252,99	14
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT165	2.821.967,01	2.821.967,01	2.535.528,35	12
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT166	959.908,69	959.908,69	959.908,69	5
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT167	1.640.289,42	1.640.289,42	1.552.143,34	5
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT168	154.665,01	154.665,01	154.665,01	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT169	308.276,85	308.276,85	308.276,85	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT16A	497.751,54	497.751,54	497.751,54	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT16B	10.832.700,04	10.832.700,04	10.832.700,04	19
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT16C	4.285.430,20	4.285.430,20	4.137.245,58	15
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT181	218.249,66	218.249,66	218.249,66	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT182	31.448,48	31.448,48	31.448,48	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT183	1.810.145,44	1.810.145,44	1.611.582,53	10
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT184	668.518,05	668.518,05	668.518,05	4
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	19	PT185	3.131.517,20	3.131.517,20	3.131.517,20	17
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT111	1.166.422,97	1.166.422,97	1.166.422,97	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT115	1.410.338,62	1.410.338,62	1.410.338,62	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT117	524.612,75	524.612,75	524.612,75	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT118	3.413.862,10	3.413.862,10	3.413.862,10	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT162	683.903,31	683.903,31	683.903,31	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT163	52.273,79	52.273,79	52.273,79	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT164	494.858,42	494.858,42	494.858,42	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	21	PT16B	743.062,60	743.062,60	743.062,60	4
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	23	PT181	2.834.102,60	2.834.102,60	2.834.102,60	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	3	0	23	PT183	8.050.996,94	8.050.996,94	8.050.996,94	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT117	3.611.374,61	3.611.374,61	3.611.374,61	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT118	2.733.535,28	2.733.535,28	2.733.535,28	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT167	1.449.100,24	1.449.100,24	1.256.363,26	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT16B	3.232.116,23	3.232.116,23	3.232.116,23	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT16C	3.669.472,21	3.669.472,21	3.669.472,21	2
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT181	1.928.366,63	1.928.366,63	1.928.366,63	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT184	857.319,97	857.319,97	857.319,97	1
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	18	PT185	2.477.930,20	2.477.930,20	2.477.930,20	3
3	ESF	L	117	1	3	7	10	8	0	19	PT164	549.361,65	549.361,65	549.361,65	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	1	0	18	PT182	445.083,94	445.083,94	445.083,94	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	1	0	19	PT115	1.153.114,15	1.153.114,15	1.153.114,15	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	1	0	19	PT16B	521.673,30	521.673,30	521.673,30	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	1	0	19	PT181	224.623,66	224.623,66	224.623,66	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	1	0	23	PT16C	465.183,32	465.183,32	465.183,32	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	7	PT162	82.859,89	82.859,89	82.859,89	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	15	PT171	141.271,51	141.271,51	141.271,51	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	17	PT112	442.602,56	442.602,56	284.242,88	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	17	PT114	427.125,56	427.125,56	427.125,56	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	17	PT172	75.470,83	75.470,83	75.470,83	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	17	PT182	425.966,17	425.966,17	425.966,17	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	17	PT184	146.498,86	146.498,86	146.498,86	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	18	PT112	325.581,46	325.581,46	325.581,46	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	18	PT115	9.464.487,90	9.464.487,90	9.464.487,90	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	18	PT171	6.514.095,53	6.514.095,53	6.514.095,53	44
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	18	PT181	312.123,48	312.123,48	312.123,48	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT111	1.547.144,62	1.547.144,62	1.547.144,62	11
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT112	2.396.573,32	2.396.573,32	2.396.573,32	19
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT114	9.432.956,95	9.432.956,95	9.432.956,95	72
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT115	164.444,94	164.444,94	164.444,94	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT117	416.697,41	416.697,41	416.697,41	4
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT118	1.075.404,75	1.075.404,75	1.075.404,75	9
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT161	2.181.154,84	2.181.154,84	2.181.154,84	18
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT162	1.343.248,36	1.343.248,36	1.343.248,36	15
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT163	2.440.593,83	2.440.593,83	2.440.593,83	22



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para	Custo público elegível das operações selecionadas para	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT165	1.539.897,21	1.539.897,21	1.539.897,21	14
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT168	453.291,31	453.291,31	453.291,31	3
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT169	888.889,70	888.889,70	888.889,70	10
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT171	2.760.390,61	2.760.390,61	2.760.390,61	46
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT172	213.002,88	213.002,88	213.002,88	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT182	103.913,84	103.913,84	103.913,84	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT183	777.236,61	777.236,61	777.236,61	9
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT184	605.006,80	605.006,80	605.006,80	8
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	19	PT185	1.994.019,52	1.994.019,52	1.994.019,52	19
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	20	PT162	93.259,14	93.259,14	93.259,14	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT111	195.436,89	195.436,89	195.436,89	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT112	1.060.971,66	1.060.971,66	1.060.971,66	9
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT114	1.102.430,41	1.102.430,41	1.102.430,41	8
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT118	184.995,77	184.995,77	184.995,77	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT161	348.144,45	348.144,45	348.144,45	4
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT162	230.126,64	230.126,64	230.126,64	3
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT163	566.118,30	566.118,30	566.118,30	5
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT165	227.898,34	227.898,34	227.898,34	3
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT168	176.201,89	176.201,89	176.201,89	2
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT171	123.643,60	123.643,60	123.643,60	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT183	108.177,05	108.177,05	53.628,27	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	21	PT184	34.001,52	34.001,52	34.001,52	1
3	ESF	L	117	1	7	7	10	3	0	23	PT165	1.154.218,76	1.154.218,76	1.154.218,76	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	18	PT114	127.596,06	127.596,06	127.596,06	2
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	18	PT162	12.539,13	12.539,13	12.539,13	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	19	PT113	44.244,42	44.244,42	44.244,42	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	19	PT114	733.567,30	733.567,30	733.567,30	9
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	19	PT115	17.850,00	17.850,00	17.850,00	2
4	ESF	L	115	1	1	7	10	1	0	19	PT161	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2	0	14	PT111	16.600,00	16.600,00	16.600,00	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		14	PT114	76.043,67	76.043,67	76.043,67	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		14	PT162	64.498,52	64.498,52	64.498,52	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		18	PT116	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		18	PT161	6.148.061,83	6.148.061,83	6.148.061,83	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		18	PT162	5.787.268,61	5.787.268,61	5.787.268,61	4
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		18	PT181	448.918,54	448.918,54	448.918,54	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT111	75.568,71	75.568,71	75.568,71	4
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT112	1.003.164,34	859.964,70	1.003.164,34	16
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT113	109.067,83	109.067,83	109.067,83	7
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT114	1.134.444,04	1.134.444,04	1.134.444,04	67
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT115	65.579,71	65.579,71	65.579,71	4
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT161	130.864,71	130.864,71	130.864,71	11
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT162	157.891,71	157.891,71	157.891,71	11
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		19	PT165	98.579,42	98.579,42	98.579,42	6
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		21	PT114	572.280,14	474.563,61	572.280,14	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	2		23	PT114	1.972.502,49	1.386.933,84	1.972.502,49	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		14	PT165	32.069,39	32.069,39	32.069,39	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		18	PT113	153.774,04	153.774,04	153.774,04	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		18	PT114	403.879,21	403.879,21	403.879,21	4
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		18	PT164	42.665,21	42.665,21	42.665,21	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		18	PT16B	38.124,27	38.124,27	38.124,27	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		18	PT16C	77.790,72	77.790,72	77.790,72	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT111	526.912,57	526.912,57	526.912,57	4
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT112	528.532,34	528.532,34	528.532,34	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT113	1.837.371,86	1.837.371,86	1.837.371,86	12
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT114	2.401.078,76	2.401.078,76	2.401.078,76	18
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT115	711.831,62	711.831,62	711.831,62	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT161	319.496,47	319.496,47	319.496,47	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT162	807.403,62	807.403,62	807.403,62	5
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT164	157.505,83	157.505,83	157.505,83	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
4	ESF	L	115	1	1	7	10	5		19	PT165	296.538,32	296.538,32	296.538,32	3
4	ESF	L	115	1	1	7	10	8		18	PT112	14.066.068,00	14.066.068,00	14.066.068,00	2
4	ESF	L	115	1	1	7	10	8		18	PT114	4.307.549,18	4.307.549,18	4.307.549,18	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	8		18	PT118	21.332.252,00	21.332.252,00	21.332.252,00	1
4	ESF	L	115	1	1	7	10	8		18	PT162	2.163.969,75	2.163.969,75	2.163.969,75	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT111	16.600,00	16.600,00	16.600,00	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT112	58.030,00	58.030,00	58.030,00	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT113	20.322,00	20.322,00	20.322,00	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT114	33.172,00	33.172,00	33.172,00	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT115	100.339,00	100.339,00	100.339,00	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT116	250.813,32	250.813,32	250.813,32	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT118	10.264,71	10.264,71	10.264,71	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT161	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT163	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	1		19	PT168	186.967,20	186.967,20	186.967,20	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		18	PT112	15.897.754,77	15.897.754,77	15.897.754,77	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		18	PT118	880.366,81	880.366,81	880.366,81	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT111	28.170,00	28.170,00	28.170,00	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT112	371.073,21	292.389,57	371.073,21	9
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT113	381.766,26	381.766,26	381.766,26	24
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT114	193.119,00	193.119,00	193.119,00	11
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT115	340.482,47	340.482,47	340.482,47	20
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT116	357.205,46	319.092,82	357.205,46	15
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT117	143.549,60	143.549,60	143.549,60	9
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT118	74.507,74	74.507,74	74.507,74	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT161	300.524,80	300.524,80	300.524,80	18
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT163	262.875,84	262.875,84	262.875,84	16
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT164	43.533,67	43.533,67	43.533,67	5
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT168	20.715,00	20.715,00	20.715,00	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT169	74.937,80	74.937,80	74.937,80	4

Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT16A	110.633,09	110.633,09	110.633,09	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT16B	137.943,00	137.943,00	137.943,00	7
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT16C	32.479,71	32.479,71	32.479,71	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT181	26.879,71	26.879,71	26.879,71	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT182	77.444,42	77.444,42	77.444,42	5
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT183	126.387,67	126.387,67	126.387,67	7
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT184	65.679,71	65.679,71	65.679,71	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		19	PT185	70.459,00	70.459,00	70.459,00	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT112	16.590,00	16.590,00	16.590,00	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT114	132.626,14	92.838,30	132.626,14	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT118	382.340,14	267.638,10	382.340,14	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT163	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT181	117.162,27	82.013,59	117.162,27	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		21	PT183	380.746,46	266.522,52	380.746,46	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	2		23	PT163	16.600,00	16.600,00	16.600,00	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		15	PT166	269.401,05	269.401,05	269.401,05	2
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT112	969.027,76	969.027,76	969.027,76	7
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT113	1.045.017,75	1.045.017,75	1.045.017,75	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT115	1.573.177,86	1.573.177,86	1.573.177,86	9
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT116	810.354,66	810.354,66	810.354,66	5
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT117	463.084,30	463.084,30	463.084,30	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT118	772.569,00	772.569,00	772.569,00	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT161	1.007.687,02	1.007.687,02	1.007.687,02	9
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT163	1.118.079,76	1.118.079,76	1.118.079,76	6
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT166	56.601,62	56.601,62	56.601,62	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT168	390.226,62	390.226,62	390.226,62	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT169	148.093,13	148.093,13	148.093,13	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT16A	384.938,17	384.938,17	384.938,17	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT16B	399.954,96	399.954,96	399.954,96	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT181	277.931,58	277.931,58	277.931,58	2



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT182	524.890,69	524.890,69	524.890,69	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT183	540.503,29	540.503,29	540.503,29	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT184	559.723,03	559.723,03	559.723,03	4
4	ESF	L	115	1	2	7	10	5		19	PT185	454.961,01	454.961,01	454.961,01	3
4	ESF	L	115	1	2	7	10	8		18	PT169	9.685.463,93	9.685.463,93	9.685.463,93	1
4	ESF	L	115	1	2	7	10	8		18	PT183	856.307,55	856.307,55	856.307,55	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		14	PT184	54.638,68	54.638,68	54.638,68	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		15	PT111	4.000,00	4.000,00	4.000,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		18	PT183	24.724,93	24.724,93	24.724,93	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT111	82.251,71	82.251,71	82.251,71	5
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT115	459.274,89	459.274,89	459.274,89	7
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT116	18.396,87	18.396,87	18.396,87	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT117	230.467,72	230.467,72	230.467,72	4
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT118	29.852,00	29.852,00	29.852,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT162	11.764,05	11.764,05	11.764,05	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT163	15.000,00	15.000,00	15.000,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT164	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT165	242.245,62	242.245,62	242.245,62	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT168	11.764,00	11.764,00	11.764,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT16A	37.754,71	37.754,71	37.754,71	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT16B	42.130,00	42.130,00	42.130,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT16C	16.572,00	16.572,00	16.572,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT181	15.360,00	15.360,00	15.360,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT182	33.172,00	33.172,00	33.172,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT183	150.085,85	150.085,85	150.085,85	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	1		19	PT184	11.500,00	11.500,00	11.500,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		1	PT184	16.572,00	16.572,00	16.572,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		17	PT164	207.406,14	145.184,30	207.406,14	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		18	PT183	4.737.503,48	4.737.503,48	4.737.503,48	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		18	PT185	824.809,89	824.809,89	824.809,89	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT111	112.403,71	112.403,71	112.403,71	6



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT113	20.715,00	20.715,00	20.715,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT115	99.189,71	99.189,71	99.189,71	6
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT117	180.492,47	180.492,47	180.492,47	11
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT118	263.230,13	263.230,13	263.230,13	16
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT161	155.613,87	155.613,87	155.613,87	10
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT162	253.884,49	253.884,49	253.884,49	16
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT163	104.567,42	104.567,42	104.567,42	6
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT164	511.196,36	485.837,60	511.196,36	15
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT165	320.276,26	320.276,26	320.276,26	21
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT166	53.914,00	53.914,00	53.914,00	3
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT167	130.899,42	130.899,42	130.899,42	8
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT168	60.663,32	60.663,32	60.663,32	4
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT169	29.879,00	29.879,00	29.879,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT16A	16.462,80	16.462,80	16.462,80	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT16B	279.884,56	279.884,56	279.884,56	16
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT16C	327.117,10	327.117,10	327.117,10	22
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT181	179.182,31	179.182,31	179.182,31	9
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT182	11.764,71	11.764,71	11.764,71	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT183	41.644,71	41.644,71	41.644,71	3
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT184	104.599,71	104.599,71	104.599,71	6
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		19	PT185	296.869,12	296.869,12	296.869,12	17
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		21	PT161	94.992,95	66.495,06	94.992,95	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		21	PT164	204.249,47	142.974,63	204.249,47	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		21	PT16C	20.715,00	20.715,00	20.715,00	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	2		21	PT185	155.878,25	109.114,77	155.878,25	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		15	PT167	189.456,00	189.456,00	189.456,00	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		18	PT16C	6.660,79	6.660,79	6.660,79	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		18	PT184	71.807,73	71.807,73	71.807,73	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		18	PT185	80.623,33	80.623,33	80.623,33	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT111	786.863,28	786.863,28	786.863,28	6
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT115	48.279,93	48.279,93	48.279,93	1



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT117	458.771,05	458.771,05	458.771,05	5
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT118	283.363,43	283.363,43	283.363,43	3
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT162	415.771,12	415.771,12	415.771,12	3
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT164	546.171,07	546.171,07	546.171,07	6
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT165	523.035,99	523.035,99	523.035,99	7
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT167	36.570,64	36.570,64	36.570,64	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT16B	1.225.176,51	1.225.176,51	1.225.176,51	9
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT16C	1.164.960,46	1.164.960,46	1.164.960,46	7
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT181	189.518,79	189.518,79	189.518,79	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT182	199.681,73	199.681,73	199.681,73	3
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT183	229.090,43	229.090,43	229.090,43	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT184	125.832,07	125.832,07	125.832,07	1
4	ESF	L	115	1	3	7	10	5		19	PT185	867.952,68	867.952,68	867.952,68	7
4	ESF	L	115	1	3	7	10	8		18	PT161	8.766.164,62	8.766.164,62	8.766.164,62	2
4	ESF	L	115	1	3	7	10	8		18	PT184	9.835.657,36	9.835.657,36	9.835.657,36	3
4	ESF	L	115	1	7	7	10	1		19	PT114	36.656,93	36.656,93	36.656,93	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	1		19	PT117	63.280,81	63.280,81	63.280,81	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	1		19	PT162	39.067,83	39.067,83	39.067,83	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	1		19	PT16B	78.836,83	78.836,83	78.836,83	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	1		19	PT183	18.343,92	18.343,92	18.343,92	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		18	PT1	12.759.461,06	12.759.461,06	12.759.461,06	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		18	PT162	590.481,22	590.481,22	590.481,22	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		19	PT1	859.874,08	859.874,08	859.874,08	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		19	PT171	170.890,30	119.623,21	170.890,30	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		21	PT1	346.754,73	346.754,73	346.754,73	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	2		23	PT114	464.015,65	324.810,95	464.015,65	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5		14	PT162	52.111,51	52.111,51	52.111,51	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5		15	PT166	38.782,96	38.782,96	38.782,96	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5		15	PT167	35.549,60	35.549,60	35.549,60	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5		19	PT111	119.760,07	119.760,07	119.760,07	3
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5		19	PT112	105.042,23	105.042,23	105.042,23	3



Eixo Prioritário	Fundos	Categoria de região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Objetivo Temático	Tema secundário FSE	Tema secundário FSE II	Dimensão económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (€)	Despesas totais elegíveis (€)	Número de operações selecionadas
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT113	252.123,30	252.123,30	252.123,30	5
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT114	356.939,86	356.939,86	356.939,86	8
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT115	251.840,20	251.840,20	251.840,20	5
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT116	82.713,06	82.713,06	82.713,06	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT117	73.409,21	73.409,21	73.409,21	3
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT118	95.158,14	95.158,14	95.158,14	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT161	158.819,79	158.819,79	158.819,79	4
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT162	90.747,26	90.747,26	90.747,26	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT163	73.452,58	73.452,58	73.452,58	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT164	129.208,21	129.208,21	129.208,21	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT165	109.139,28	109.139,28	109.139,28	4
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT168	23.897,68	23.897,68	23.897,68	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT16A	82.867,35	82.867,35	82.867,35	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT16B	177.927,21	177.927,21	177.927,21	3
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT16C	200.564,57	200.564,57	200.564,57	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT181	27.559,41	27.559,41	27.559,41	1
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT182	127.228,55	127.228,55	127.228,55	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT183	175.832,88	175.832,88	175.832,88	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT184	110.531,35	110.531,35	110.531,35	2
4	ESF	L	115	1	7	7	10	5	0	19	PT185	182.765,79	182.765,79	182.765,79	3
4	ESF	L	115	1	7	7	10	8	0	18	PT1	5.403.546,75	5.403.546,75	5.403.546,75	3
4	ESF	M	115	1	1	7	10	8	0	18	PT171	47.159.540,03	47.159.540,03	47.159.540,03	3
4	ESF	M	115	1	2	7	10	8	0	18	PT172	4.292,70	4.292,70	4.292,70	1
4	ESF	M	115	1	7	7	10	8	0	18	PT172	9.660.984,00	9.660.984,00	7.922.887,68	1
4	ESF	T	115	1	1	7	10	8	0	18	PT150	9.681.234,34	9.681.234,34	9.681.234,34	2
4	ESF	T	115	1	2	7	10	8	0	18	PT150	120.298,82	120.298,82	120.298,82	2
4	ESF	T	115	1	7	7	10	8	0	18	PT150	1.996.071,00	1.996.071,00	1.936.823,81	1
5	ESF	L	121	1	7	7	12	1	0	18	PT1	1.751.971,43	1.751.971,43	1.751.971,43	2
5	ESF	L	121	1	7	7	12	8	0	18	PT1	42.650.085,73	42.650.085,73	36.404.724,72	8
5	ESF	L	121	1	7	7	12	8	0	19	PT1	1.507.844,36	1.507.844,36	1.507.844,36	3
5	ESF	L	123	1	7	7	12	8	0	19	PT1	200.500,00	200.500,00	200.500,00	1



Quadro 10 – Despesa incorrida fora da União (FSE) ⁽¹⁾

(1) Nos termos e limites máximos fixados no artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013.

Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (€)	Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou parte do FSE de um programa multifundos (%) (coluna 1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos*100)	Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (€)	Parte do total da dotação financeira destinada ao programa (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%) (coluna 3/ total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos*100)
(1)	(2)	(3)	(4)
9.247.544,86	0,2%	8.357.772,86	0,2%